



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

EDNA MARTA PELOSI

**COMPLEXIDADE E ECONOMIA SOLIDARIA:  
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO E  
SOCIABILIDADE – UM ESTUDO DE CASO DE  
EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO.**

Londrina  
2013

EDNA MARTA PELOSI

**COMPLEXIDADE E ECONOMIA SOLIDARIA:  
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO E  
SOCIABILIDADE – UM ESTUDO DE CASO DE  
EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos

Londrina  
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

P392c Pelosi, Edna Marta.

Complexidade e economia solidária: a construção de novas concepções de produção e sociabilidade – um estudo de caso de empreendimento solidário / Edna Marta Pelosi. – Londrina, 2013.  
179 f. : il.

Orientador: Luiz Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2013.  
Inclui bibliografia.

1. Crise paradigmática – Teses. 2. Novo paradigma de sociabilidade – Teses. 3. Complexidade – Economia solidária – Teses. I. Santos, Luiz Miguel Luzio dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:334

EDNA MARTA PELOSI

**COMPLEXIDADE E ECONOMIA SOLIDARIA:**  
A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO E  
SOCIABILIDADE – UM ESTUDO DE CASO DE EMPREENDIMENTO  
SOLIDÁRIO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Luis Artur Bernardes  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 29 de julho de 2013.

*“Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar”.*

***Paulo Freire***

Dedico este trabalho ao meu marido Ednei, meu maior incentivador, com quem compartilho minha vida, meus sonhos, e cujo amor, companheirismo e solidariedade me foram fundamentais em cada passo dessa caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Luís Miguel Luzio do Santos, pela orientação e dedicação concedidas na realização deste trabalho e, principalmente, pela confiança e amizade.

À professora Dr. Sonia Regina Vargas Mansano e ao professor Dr. Luis Artur Bernardes, pelas valorosas contribuições concedidas na banca de qualificação do presente trabalho.

Ao professor Dr. Benilson Borinelli (Coordenador do Mestrado PPGA-UEL), pelo apoio, confiança e solicitude com que sempre me acolheu.

Ao querido Francisco Carlos Navarro (Secretário do Mestrado PPGA-UEL), sempre prestativo e disposto a ajudar.

Aos demais professores do programa de pós-graduação: Prof. Dr. Luciano Munck, Prof. Dr. Paulo Basani, Prof. Dr. Ivan Dutra, Prof. Dr. Saulo Vieira, Prof. Dr. Mario Nei Pacagnan e Prof. Dr. José Carlos Dalmas, pelos ensinamentos.

A todos os colegas da pós-graduação com quem tive o prazer de conviver durante este período tão importante da minha vida. Em especial aos amigos Bernardo Carlos Oliveira, Dayanne Gonçalves, Mauro Guilherme Capelari, pelo apoio, solidariedade e parceria.

Aos membros da COPAVI, cuja acolhida e disposição em colaborar foram imprescindíveis para a consecução deste trabalho.

Ao programa de Pós-graduação em Administração da UEL (PPGA-UEL), pela oportunidade de realizar o sonho do mestrado numa Instituição pública e de qualidade.

A Deus.

PELOSI, Edna Marta. **Complexidade e economia solidária: a construção de novas concepções de produção e sociabilidade – um estudo de caso de empreendimento solidário.** 2013. 179f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

O tema desta dissertação está relacionado com as discussões em torno das alternativas socioeconômicas ao capitalismo. Através de um amplo debate teórico, orientado principalmente pelo pensamento complexo de Edgar Morin, argumentamos que as narrativas tradicionais, representadas pelo socialismo e pelo capitalismo apresentam limitações epistemológicas diante da realidade complexa que pressupõe um ser humano multidimensional e uma sociedade multiforme. Neste sentido, a obra de Edgar Morin oferece contribuições importantes para uma melhor compreensão da realidade e dos novos movimentos socioeconômicos que veem se manifestando, cuja pluralidade de propósitos e perspectivas abarcados, pode contribuir para a construção de um novo paradigma de sociabilidade. Tendo como principal objetivo compreender como novas concepções de produção e sociabilidade podem ser tecidas no seio de um contexto adverso, permeado pelos ideias capitalistas – elegemos como foco de análise a Economia Solidária. A pesquisa, que se deu na Cooperativa Agrícola Agroindustrial Vitória – COPAVI, fundada por trabalhadores sem-terra ligados ao MST, teve como objetivo principal compreender, a partir de uma perspectiva complexa, como os pressupostos solidários são vivenciados no seio desta cooperativa e como esses atores têm guiado suas ações ao longo do tempo para se manterem atuantes diante de um contexto adverso. Através de um estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório, buscamos compreender qual o sentido da Economia Solidária para estes sujeitos e como essa visão tem guiado suas ações em âmbito interno e externo. A análise nos permitiu compreender que a vivência dos pressupostos solidários é tecida cotidianamente a partir das possibilidades reais destes indivíduos que, embora guiados por alguns preceitos centrais, imprimem neste contexto suas diferentes trajetórias de vida, culturas e concepções, produzindo assim, novos sentidos e novas formas de se vivenciar estes pressupostos. Ademais, a análise permitiu-nos inferir que a viabilidade destas alternativas no contexto econômico, passa, sobremaneira, pela sua inserção no mercado tradicional e pela possibilidade de acesso a políticas públicas de incentivo. Neste sentido, este trabalho contribui para o entendimento de que a construção de um novo paradigma de sociabilidade, através destas múltiplas alternativas e contracorrentes, pressupõem um processo lento, gradual, incerto, mas, sobremaneira dependente da articulação que estabelecem entre si, com o mercado e com as esferas públicas de poder – é nesta interação, neste processo dialógico, que se inicia no interior de cada empreendimento e extrapola para o contexto externo, que entendemos, poderá haver inícios de transformação.

**Palavras-chave:** Crise paradigmática. Novo paradigma de sociabilidade. Complexidade. Economia solidária.

PELOSI, Edna Marta. **Complexity and solidarity economy: the construction of new concepts of production and sociability – a case study of a solidarity enterprise.** 2013. 179p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## ABSTRACT

The theme of this dissertation relates to the discussions on the socioeconomic alternatives to Capitalism. Through a broad theoretical debate, guided mainly by Edgar Morin complex thought we argue that the traditional narratives represented by Socialism and Capitalism have presented epistemological limitations before the complex reality that implies a multidimensional human and a multiform society. In this sense, the work of Edgar Morin offers important contributions to a better understanding of reality and the new socioeconomic movements that have emerged, whose plurality of perspectives embraced by them can contribute to the construction of a new sociability paradigm. Thus, in order to understand how new concepts of production and sociability can be conceived within a challenging environment, permeated by capitalist ideas - the Solidarity Economy was chosen as the focus of analysis. The survey was conducted at Victoria Agroindustrial Cooperativa Agrícola - COPAVI - which was founded by landless workers linked to the Landless Workers Movement - MST - and it is aimed at understanding, from a complex perspective, how the solidarity assumptions are experienced within this Cooperative and how these individuals have guided their actions throughout time to remain active before the adverse context. Through a qualitative, descriptive and exploratory case study we aim at understanding the meaning of the Solidarity Economy for these subjects and how this has guided their internal and external actions. The analysis has allowed us to understand that the experience of solidarity assumptions is daily conceived from the real possibilities of these individuals. In spite of being guided by some central precepts, they have printed in this context their different life histories, cultures and ideas, thus producing new meanings and new ways of experiencing the solidarity assumptions. Moreover, the analysis has allowed us to infer that the viability of these alternatives in the economic context elapses greatly of its insertion on the traditional market and the possibility of access to public incentive policies. Accordingly, the construction of participative democracy and civic education experienced in the context of the Cooperative and its extension to external context, through linking it with other spheres of organized society is at the same time, product and producer of this transformation process, for when joining in common demands these individuals gradually conquer space with the government and society. For this reason, this work contributes to the understanding that the construction of a new sociability paradigm through these multiple and competitor alternatives, imply a slow, gradual, uncertain process, but greatly dependent on the established linkage between them, with the market and public spheres of power - we assume that this interaction, this Dialogic process, which begins within each enterprise and goes beyond the external context, may be the beginning of a transformation in the society.

**Keywords:** Paradigmatic crisis. New sociability paradigm. Complexity. Solidarity economy.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Produção total mensal 2012-2013 .....	153
<b>Gráfico 2</b> – Escalas de comercialização e consumo interno.....	154
<b>Gráfico 3</b> – Escala de comercialização por produto .....	158

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Agrovila .....	117
<b>Figura 2</b>	– Organograma – organização política e produtivas da COPAVI.....	123
<b>Figura 3</b>	– Subsetor de leite e derivados – gado leiteiro e equipamentos .....	128
<b>Figura 4</b>	– Subsetor de cana e derivados.....	129
<b>Figura 5</b>	– Subsetor de horta .....	129
<b>Figura 6</b>	– Refeitório – reunião de grupos de trabalho .....	130
<b>Figura 7</b>	– Refeitório – horário das refeições.....	131
<b>Figura 8</b>	– Refeitório sede da cooperativa – refeitório e escritório.....	132
<b>Figura 9</b>	– Subsetor de cana e derivados – equipamentos adquiridos com recursos do programa Terra Sol.....	148
<b>Figura 10</b>	– Refeitório – lado a lado as bandeiras do MST e da Via Campesina .....	161

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>I. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS CRISES DECORRENTES</b> .....	19
1.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL .....	20
1.2 ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO .....	25
1.3 AS MAZELAS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL .....	30
1.4 GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA .....	37
<b>CAPÍTULO 2 - A NECESSIDADE DE UM PENSAMENTO COMPLEXO</b> .....	39
2.1 A COMPLEXIDADE DA CRISE MUNDIAL E A INSUFICIÊNCIA DO PENSAMENTO MARXISTA EM FORMULAR ALTERNATIVAS.....	40
2.2 O PENSAMENTO COMPLEXO E A PROPOSTA DE UMA NOVA VIA. ....	44
2.3 OS DESAFIOS DA COMPLEXIDADE PARA O SÉCULO XXI.....	53
2.3.1 A Sociologia das Ausências e das Emergências de Boaventura Sousa Santos .....	61
2.3.2 A ecologia das produtividades – do pensamento complexo às alternativas de produção. ....	66
<b>CAPÍTULO 3 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	71
3.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA AÇÃO ECONÔMICA EM SOCIEDADE. ....	72
3.2 AS CONCEPÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. ....	76
3.2.1 A Economia Solidária de Singer .....	78
3.2.1.1 Crítica ao capitalismo .....	78
3.2.1.2 A Economia solidária na visão de Singer.....	88
3.2.2 A Economia Solidária de Mance.....	88
3.2.2.1 A crítica ao capitalismo .....	88
3.2.2.2 As redes de colaboração solidária de Mance.....	90

<b>CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>95</b>
4.1      ESTRATÉGIA DE PESQUISA .....	95
4.2      SUJEITOS DA PESQUISA.....	96
4.3      COLETA DE DADOS .....	98
4.4      ANÁLISE DOS DADOS.....	99
4.4.1    Categorias de Análise.....	99
<b>CAPÍTULO 5 - CONTEXTO DA COOPERATIVA .....</b>	<b>101</b>
5.1      A COPAVI NO CONTEXTO DO MST .....	101
5.1.1    As origens do Movimento Sem Terra .....	103
5.1.2    A Cooperação nos Assentamentos .....	104
5.1.3    Um Breve Histórico da COPAVI.....	112
5.2      OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO - ANÁLISE DAS AÇÕES INTERNAS .....	116
5.2.1    Autogestão.....	116
5.2.1.1  A propriedade coletiva da terra e dos meios de produção.....	116
5.2.1.2  A construção da democracia participativa.....	122
5.2.1.3  As relações de trabalho – cooperação, igualdade e diferença .....	136
5.2.2    A Importância do Apoio Estatal no Contexto da COPAVI.....	144
5.3      OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO - ANÁLISE DAS AÇÕES EXTERNAS .....	150
5.3.1    Orientação mercadológica.....	151
5.3.2    Redes de Colaboração e Apoio Mútuo.....	160
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>
APÊNDICE .....	177
APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	178

## INTRODUÇÃO

A racionalidade moderna privilegiou uma visão simplista de que o crescimento e o desenvolvimento das forças produtivas, da ciência, da tecnologia, pudessem levar a uma situação de bem-estar e qualidade de vida para todos; de que o domínio da natureza pelo homem pudesse libertá-lo de todas as agruras da pré-modernidade, da fome, dos riscos, da ignorância. A contemporaneidade, entretanto, trazendo em seu bojo um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes, traz, paradoxalmente, a reprodução de todo o risco, ignorância, fome e injustiça que este projeto de sociedade prometeu dissipar. Se de um lado vê-se a riqueza, o desenvolvimento científico, produtivo, industrial, por outro, e em maior proporção, vê-se a fome, a exclusão social e os riscos derivados tanto das injustiças sociais, que podem levar à guerra, quanto da exploração e degradação da natureza, que pode levar ao desastre ecológico e de forma mais intensa, à ameaça de nossa própria existência (MORIN, 2005a, 2011).

Estas contradições indicam, pois, uma crise social, política, moral, ambiental, decorrente do modelo de produção e de sociabilidade eleito pela modernidade como o mais adequado para bancar sua proposta de desenvolvimento, a saber: o capitalismo, que reforçado pelos pressupostos neoliberais desde as últimas décadas do século XX, parece ser compreendido como único modelo social e econômico viável (ANDERSON, 1992; SANTOS, 2002; MORIN, 2011). O desenvolvimento suscitado por esta racionalidade, que sustenta uma ideia de progresso linear – mais ciência, mais tecnologia e mais riqueza, considerando que tudo o que virá será melhor do que o que já passou (SANTOS, 2002), não é capaz de compreender as ambivalências de sua concepção de desenvolvimento, de progresso, de bem-viver, que à medida que promove grandes progressos em alguns domínios, provoca, em outros, grandes regressos.

Assim, em nossa breve explanação acerca da crise capitalista do século XX, percebemos que, embora tendo sido este um período de conquistas imensuráveis nos domínios da ciência, da tecnologia, da geração de riquezas e até mesmo, por um breve período, no domínio social, com as conquistas democráticas e cidadãs suscitadas pelo Estado de Bem-estar social, ao menos nos países do centro capitalista – este século chega ao fim evidenciando profundas misérias e calamidades.

Para Santos e Rodríguez (2002), dois são os motivos pelos quais é preciso pensar e lutar por alternativas sociais e econômicas ao capitalismo. Em primeiro lugar porque

se vive numa época em que a ideia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação sem precedentes na história do capitalismo mundial, o que implica numa maior agressividade das políticas e práticas neoliberais, por parte das elites políticas, econômicas e intelectuais. Em segundo porque ao contrário dos séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pela economia centralmente planejada, não se demonstrou viável e nem pode ser identificada como desejável, já que o autoritarismo político e a tentativa de regular todas as variáveis econômicas de forma centralizada, demonstram-se cada vez mais afastadas da realidade complexa, que pressupõe um ser humano multidimensional e uma realidade multiforme. Deste modo, ambas as narrativas – socialismo e capitalismo, por partirem de uma mesma concepção reducionista do progresso, do desenvolvimento humano e social evidenciam suas limitações, precisando, pois, serem revistas (MORIN, 2011).

É nesse contexto que adentramos ao pensamento complexo de Edgar Morin, que ao apresentar os limites de nossa razão, de nosso pensamento parcelado, simplificado, argumenta em favor de uma reforma de pensamento, que por sua vez, iluminará um novo conceito de política – uma política da humanidade ou uma “antropolítica”. A consideração da complexidade humana, da complexidade da vida, da era planetária que une a todos por problemas fundamentais e globais – conduzem à proposição de uma nova via.

Assim, conectamos ao pensamento complexo de Edgar Morin, que vê nas contracorrentes à lógica dominante, a possibilidade de uma mudança no curso dos acontecimentos à proposta de Boaventura de Sousa Santos que, partindo da mesma crítica ao pensamento hegemônico, propõe uma “epistemologia do Sul”, que consiste em resgatar a realidade, a cultura, os saberes e práticas há tempos desperdiçados pelo pensamento hegemônico. Ambas as propostas, ao evidenciarem que a compreensão do mundo excede largamente à compreensão ocidental do mundo, convergem para a possibilidade de trazer para a realidade econômica, política e social, dimensões há muito ignoradas.

É neste caminho que ambos os autores se voltam para a importância das alternativas plurais de produção econômica e de sociabilidade que na contemporaneidade emergem por todo o mundo, ora como um novo alento aos excluídos do sistema capitalista, ora como uma proposta ideológica contra-hegemônica, mas que apresentam similaridades e pontos em comum, centradas numa nova possibilidade de convívio social, em que pese principalmente as dimensões qualitativas – o respeito ao outro, ao meio ambiente, à diversidade. São, pois, para estas emergências, que como argumenta Morin (2000a), são da ordem do complexo, e por isso surgem, inesperadamente, de maneira dialógica, como um

ruído, a partir do que já existe, mas que pode ser transformado, metamorfoseado – que nos remeteremos nesta pesquisa, que tratará mais pormenorizadamente das alternativas representadas pela Economia Solidária.

Assim, é para esta problemática que conduziremos nosso trabalho de pesquisa – a necessidade de, diante do momento de crise paradigmática que vivenciamos buscarmos novas possibilidades, novas formas de conceber as relações de produção, novas formas de conceber o agir econômico em sociedade. Ao buscar apreender novas propostas de produtivismo e sociabilidade, que emergem como um ruído ao sistema dominante e incluí-las nos estudos sociais e organizacionais, entendemos que estamos contribuindo para este repensar, fundamental para a compreensão e resolução dos problemas globais que no atual momento histórico nos acometem a todos.

Mas, como uma nova racionalidade, pautada nos princípios da igualdade e da cooperação pode ser construída dentro de um contexto social adverso, permeado pelos princípios competitivos e individualistas? É este questionamento que nos conduz a realizar um estudo de caso em um empreendimento solidário – A Cooperativa Agroindustrial Vitória LTDA, a COPAVI, uma cooperativa organizada num assentamento do Movimento dos trabalhadores sem Terra, o MST.

Como um recorte necessário para estabelecermos nossos objetivos de pesquisa, buscamos no vasto repertório acerca da Economia Solidária, principalmente, nas obras de Boaventura de Sousa Santos, Paul Singer e Euclides Mance, alguns elementos que poderão circunstanciar a compreensão dos pressupostos solidários. Da mesma forma, buscamos através destas leituras compreender as diferentes opiniões e os principais desafios que permeiam o campo.

Assim, de Boaventura de Sousa Santos, trazemos para a nossa análise as teses elencadas em uma ampla pesquisa dos empreendimentos solidários por todo o mundo e evidenciadas em sua obra *Produzir para viver*, como fundamentais para a consolidação da Economia Solidária. Das obras de Singer e Mance, buscamos, além de evidenciar o potencial da Economia Solidária enquanto ressignificação do agir econômico em sociedade, estabelecer um contraponto entre os dois autores. Por um lado a visão de Singer da necessidade de competição com o mercado capitalista e do incentivo governamental em termos de políticas públicas que favoreçam as iniciativas solidárias e, por outro, a visão de Mance de uma abordagem mais afeita ao pioneirismo cooperativista – o de se criar uma economia paralela,

que pode vir a superar o modelo capitalista através de um processo de mudança ideológica nos hábitos de consumo e de bem viver, sem a necessária participação do Estado.

Da obra de Morin, buscamos, dentro de nossas possibilidades de assimilação do seu amplo pensamento, elementos que nos ajudarão a compreender o fenômeno a ser estudado dentro de uma perspectiva complexa. Assim, trazemos para a nossa análise a importância de se conceber a multidimensionalidade do ser humano complexo, as relações de autonomia e dependência que este exerce com seu contexto, bem como as possibilidades de, através de um processo dialógico – para o qual é imprescindível a regeneração da democracia e da cidadania entre indivíduos e entre estes e a sociedade se caminhar no sentido de uma transformação nas relações de produção e sociabilidade.

Desta forma, tendo elencado os elementos que nortearão nossa análise, cumpre delinear os objetivos gerais e específicos que, acreditamos, nos conduzirão a possíveis respostas para nosso problema de pesquisa.

Como objetivo geral, buscamos compreender como os pressupostos da Economia Solidária são vivenciados no seio desta cooperativa e como esses atores têm guiado suas ações ao longo do tempo para se manterem atuantes diante de um contexto adverso, seja nos domínios objetivos (materiais) seja nos domínios subjetivos (humanos).

1. O primeiro objetivo específico consiste em compreender como esses atores percebem a emancipação pela Economia Solidária;

2. O segundo objetivo consiste em compreender como essa visão de Economia Solidária se efetiva nas ações internas da cooperativa em que pese principalmente o processo de construção da autogestão e o acesso a políticas públicas.

3. O terceiro objetivo consiste em compreender como tal visão se efetiva no relacionamento da cooperativa com o contexto externo, onde analisamos o processo de comercialização e sua articulação em redes de colaboração e apoio mútuo.

4. O quarto objetivo, por fim, consiste em compreender, dentro de uma perspectiva complexa, como o princípio da igualdade e da cooperação são trabalhados com sujeitos complexos e singulares, afeitos tanto à cooperação quanto à competição e, da mesma forma, influenciados pelo contexto social onde o que predomina são as concepções capitalistas de consumo e poder.

Isto posto, acreditamos que, numa tentativa de resposta a estes objetivos estaremos contribuindo para tal problemática. Entendemos que a relevância deste trabalho de pesquisa está na sua proposta de apreender uma nova forma de racionalidade econômica e social, de estudá-la, analisá-la, repertoriá-la, contribuindo assim para o aprimoramento teórico

no contexto das ciências sociais e organizacionais. Ademais, dentro da visão complexa que usamos como pano de fundo neste trabalho, este esforço de elucidação, de análise, de teorização, poderá contribuir para a produção de novas “ressonâncias”, isto é, novos abalos aos pressupostos vigentes, gerando assim, novas tendências, que poderão, por fim, expulsar antigas ortodoxias, expulsar antigos dogmas e se abrir para novos arranjos dentro de uma perspectiva multiforme.

## I. APRESENTAÇÃO

Além desta parte introdutória o trabalho está organizado em mais cinco capítulos e considerações finais:

- **Capítulo 1: CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS CRISES DECORRENTES.** Neste capítulo expomos a crise do Estado de Bem-estar Social e a ascensão do neoliberalismo. Embasados na crítica à globalização neoliberal, evidenciamos as consequências econômicas, sociais e ambientais engendradas. Concluímos o capítulo apresentando a possibilidade de estar emergindo, através de múltiplas contracorrentes, uma globalização contra-hegemônica.

- **Capítulo 2: POR UMA NOVA RACIONALIDADE.** Neste capítulo buscamos argumentar, através do pensamento de Edgar Morin e de Boaventura de Sousa Santos que as crises que vivenciamos são consequências da racionalidade que dominou a ciência moderna, dos seus fundamentos reducionistas de progresso, desenvolvimento e bem viver. Neste caminho, expomos os principais fundamentos do pensamento complexo de Edgar Morin, bem como a sua proposta de uma nova via para concebermos o progresso, o desenvolvimento e as relações entre seres humanos. À proposta de Morin, conectamos o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, que ao partir também de uma crítica ao pensamento hegemônico, defende um novo caminho para a crítica capitalista, uma nova via para tratar os problemas da sociedade capitalista globalizada.

- **Capítulo 3: A ECONOMIA SOLIDÁRIA.** Neste capítulo fazemos uma breve explanação conceitual da Economia Solidária, evidenciando a possibilidade de mudança de paradigma contemplada em sua proposta. Ademais, voltando-se mais pormenorizadamente para as visões de Paul Singer e Euclides Mance, buscamos tratar a Economia Solidária como um campo em construção, evidenciando as problemáticas, os desafios e as diferentes perspectivas que atravessam o campo.

- **Capítulo 4: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.** Neste capítulo são delineados os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização de nossa pesquisa. Os procedimentos metodológicos estão estruturados de modo que possamos elucidar: a estratégia da pesquisa; os sujeitos da pesquisa; as técnicas de coleta de dados e a técnica de análise de dados.

- **Capítulo 5: CONTEXTO DA COOPERATIVA.** Aqui analisamos a vivência dos pressupostos solidários no âmbito da COPAVI. O capítulo está estruturado em três seções.

Na primeira, buscamos situar a COPAVI no contexto do MST, buscando evidenciar como a visão de Economia Solidária por parte destes atores está correlacionada com a luta do movimento do qual fazem parte. Da mesma forma, problematizamos a cooperação no contexto do movimento.

Na segunda seção analisamos os elementos internos de sua gestão. Num primeiro momento analisamos o processo de construção da autogestão – que se consubstancia na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, na construção da democracia participativa e nas relações de trabalho. Depois, analisamos o acesso a políticas públicas de incentivo à reforma agrária e à Economia Solidária, como forma de evidenciarmos a importância que estes atores conferem ao papel do Estado no fortalecimento das iniciativas solidárias.

A terceira seção está voltada para a análise da atuação da cooperativa no contexto externo, onde analisamos sua orientação mercadológica e sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo. Assim, no âmbito da orientação mercadológica buscaremos evidenciar o potencial produtivo da cooperativa e as estratégias de inserção no mercado. No que se refere a sua articulação em redes de colaboração e apoio mútuo, buscaremos evidenciar como a COPAVI tem se assimilado a outros movimentos da sociedade civil e como tem buscado através de sua experiência, contribuir para o desenvolvimento de outros empreendimentos solidários no contexto do MST. O quinto capítulo é seguido das considerações finais.

## CAPÍTULO 1

### **CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E AS CRISES DECORRENTES.**

Neste capítulo exporemos a crise do Estado de Bem-estar e a Ascensão do Neoliberalismo. Buscamos, brevemente, delinear como a nova fase de acumulação capitalista iniciada pelas políticas neoliberais, que se opõe a qualquer intervencionismo estatal e controle democrático, engendra uma globalização perversa. Além dos problemas de ordem ambiental, suscitados pelo modelo de produção e consumo, discutiremos as mazelas sociais desta economia globalizada e desregulamentada, que produz desigualdades e polarizações crescentes dentro de cada país e entre os países, crise ambiental, atomização e empobrecimento da sociabilidade.

Embasados em autores como Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos e Edgar Morin, concluimos o capítulo afirmando que, paralelo à globalização capitalista hegemônica, de corte liberal, há um outro tipo de globalização emergindo – a globalização contra-hegemônica. Esta nova globalização se constitui de um conjunto de iniciativas que partem do real, das possibilidades reais de melhoria de vida de populações geralmente excluídas pelo capitalismo – é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que poderão ser tecidos os novos caminhos da emancipação social. É para a importância de reconhecer estas alternativas como uma nova via para o progresso, o desenvolvimento e a sociabilidade, que nos voltaremos nos próximos capítulos.

O capítulo está organizado em quatro seções. A primeira se ocupa em discutir a emergência do Estado de Bem-estar social, seu desenvolvimento e posterior crise, motivada em grande parte pelo colapso do bloco socialista. Na segunda seção expomos a ascensão do neoliberalismo, que se apresentou como uma solução para a crise do Estado de Bem-estar social e a consequente diminuição do intervencionismo estatal, e erradicação dos mecanismos de controle democrático do capital. Na terceira seção buscamos delinear as mazelas suscitadas pelo neoliberalismo – desigualdades crescentes, concentração de renda, crise do trabalho e emprego, e empobrecimento da sociabilidade. Por fim, na última seção, damos ensejo ao discurso que permeará os próximos capítulos – a emergência de uma globalização contra-hegemônica que, emergindo da periferia do capital, apresenta-se como uma nova via para o pensamento crítico e emancipatório.

## 1.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Os “Anos Dourados”, ou a “Era de Ouro”, como ficou conhecido o período compreendido entre os anos de 1945 e 1970, marca uma fase excepcional na história da economia capitalista, talvez uma fase única, como salienta Hobsbawm (1995), cujo desenvolvimento econômico propiciado pela revolução tecnológica do pós-guerra e pela política intervencionista inaugurada com a adoção do keynesianismo, foram determinantes para a recuperação dos países devastados pela Grande Depressão dos anos 1930.

Não obstante a expressividade da revolução tecnológica, propiciada em larga medida pelas altas demandas tecnológicas do período entreguerras, a qual se deveu grande parte do surto econômico vivenciado na época, dois fatores foram fundamentais para o triunfo da economia capitalista e as décadas de prosperidade que se seguiram: a substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia (HOBBSAWM, 1995). A primeira – a reestruturação do capitalismo – produziu uma economia mista, fundamentada nos pressupostos keynesianos de forte intervencionismo estatal e compromisso com o pleno emprego, permitindo assim um melhor planejamento e administração da modernização econômica e aumentando enormemente a demanda, tão necessária para a recuperação das potências capitalistas. A globalização, por sua vez, multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão do trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada.

No que pese à reestruturação da economia capitalista, a adoção da política econômica keynesiana deveu-se, principalmente à experiência catastrófica que os países capitalistas vivenciaram com a Grande Depressão dos anos 30. Assim, uma vez que a Depressão se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito, era quase um consenso entre os homens de negócios que, daí em diante, o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, com o intuito de não permitir um retorno do desemprego em massa (HOBBSAWM, 1995).

Como afirma Schwartz (1984), as teorias keynesianas tornaram-se mundialmente conhecidas como a contrapartida do pensamento liberal smithiano, e, portanto, como a contrapartida da crise do critério da concorrência perfeita, segundo o qual tudo vai bem quando as forças do “livre mercado” agem livremente. Assim, a teoria de Keynes passa a ser aceita num momento em que estava definitivamente desmascarada, por conta da Grande Depressão, a ilusão de um mercado em que uma infinidade de empresas individuais promove, através da concorrência, o bem comum.

Neste sentido, para John Maynard Keynes, proponente desta política econômica intervencionista, o papel do Estado é fundamental para o controle da economia e civilização do mercado, no sentido que, ao Estado cabe intervir na economia a fim de garantir formas mais seguras de geração de riqueza, renda e emprego (SCHWARTZ, 1984). Cabe ao Estado a responsabilidade na organização do investimento, de modo que este sirva aos interesses da sociedade, o que implica em investir em capacidade produtiva, gerando desta forma, emprego e renda, e impedindo que o investimento privado, diante das múltiplas alternativas de apropriação da riqueza (dinheiro, títulos de dívida, ações) e com base apenas em cálculos quantitativos, siga caminhos que ameaçam a própria geração de riqueza social, como foi o caso da extrema especulação na bolsa de valores de Nova Iorque, que acarretou a crise de 1929.

Dessa forma, a constituição do Estado de Bem-estar se deu no lastro das políticas keynesianas, cuja proposta se concretiza na reativação da economia privada por meio de estímulos gerados a partir do Estado, através do planejamento e de políticas de investimento público. Este investimento do Estado na economia tem como principal objetivo o estímulo à produção, o pleno emprego e a manutenção do poder de compra no longo prazo. Assim, aliados à revolução tecnológica, estes fatores foram determinantes para a recuperação da economia capitalista e para o grande *boom* pós II Guerra Mundial. Outra característica derivada do pensamento de Keynes e que permeou o Estado de Bem-estar é a reconciliação com a classe operária, através, principalmente, da legitimação dos sindicatos, que passam a pressionar a incorporação, pelo capital, do atendimento de parte das necessidades sociais dos trabalhadores. Ao operar mudanças na legislação trabalhista e nas medidas de proteção social, os sindicatos funcionam como um obstáculo à violência da economia capitalista contra as partes (SCHWARTZ, 1984, p. 43).

Assim, esta incorporação das demandas operárias na dinâmica econômica é definitiva para a evolução do Estado de Bem-estar pela Europa do pós-guerra, marcada pela chegada ao poder da social-democracia e pela presença de um movimento operário ativo neste período. Como salienta Cunha Filho (2010), ao aceitar as políticas keynesianas, os partidos da social democracia passam a ter em suas mãos instrumentos que permitiam o incentivo ao crescimento econômico, à manutenção do pleno emprego, e à captação pelo governo de excedentes econômicos que possibilitavam a implantação de políticas sociais robustas, atendendo assim aos anseios do proletariado – que aceitava a propriedade privada dos meios de produção em troca de emprego, renda e serviços públicos de qualidade. De certa forma, a adesão das políticas keynesianas pelos partidos da social democracia na Europa, redefine seu

papel político. Se antes o objetivo era uma transição da economia capitalista para a economia socialista, através da revolução ou de reformas graduais, agora o papel da esquerda era administrar o mercado, corrigindo suas assimetrias intrínsecas e promovendo o bem estar social através da incorporação dos anseios da classe trabalhista (CUNHA FILHO, 2010).

Nesse entendimento, o Estado de Bem-estar teria representado um abrandamento do conflito entre capital e trabalho e uma solução política para as contradições sociais do pós-guerra europeu (PIRES; DEMO, 2006). Conforme pondera Hobsbawm (1995, p. 267-268), a contenção do socialismo também era um forte motivo para a reestruturação capitalista:

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muito dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença do governo. [...] o futuro estava na economia mista.

Assim, um misto de liberalismo econômico e democracia social deram o tom destas “décadas de ouro” do capitalismo, tanto nos Estados Unidos, quanto em outros países da Europa não comunista. A crescente produção industrial aliada ao pleno emprego, bem como uma política previdenciária para controlar a oferta de trabalho e manter a possibilidade de consumo por parte daqueles não empregados (OFFE, 1994), foi a receita para a democratização do mercado, para a melhoria da qualidade de vida dessas populações e para a recuperação dos países capitalistas ocidentais. Vale ressaltar também que uma economia capitalista mundial desenvolveu-se em torno dos EUA, que pelo temor do comunismo, convenceu-se de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível, garantindo assim, a hegemonia capitalista (HOBSBAWM, 1995).

O Estado de Bem-estar social, proporcionado pela forte presença de um Estado intervencionista, isto é, uma autoridade externa ao mercado na forma de políticas estatais de proteção social e trabalhista passa a regular estrategicamente a oferta de mão de obra, através de seguro desemprego, aposentadorias e demais benefícios sociais, compensando assim, a clara desvantagem que o lado da oferta de trabalho sempre demonstrou em relação à demanda (OFFE, 1994). Obviamente este intervencionismo resultou em melhores salários e melhores condições de trabalho – garantidos em boa medida também pela forte presença dos sindicatos, que, como já ressaltado, desempenhavam um papel formal tanto

nas negociações coletivas quanto na vontade política (PIRES; DEMO, 2006). Este modelo de participação social baseado em uma política salarial orientada para a produtividade foi fundamental para o “grande salto adiante” vivenciado pela economia capitalista neste período (HOBSBAWM, 1995).

Entretanto, com a livre negociação entre países, começa a surgir, sobretudo a partir de meados da década de 1960, uma economia cada vez mais transnacional, ou seja, um sistema de atividades econômicas que não tem base ou fronteiras determináveis, para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. Instala-se uma “economia mundial” (HOBSBAWM, 1995, p.272). O novo cenário é caracterizado pela forte presença das multinacionais, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento externo. Neste contexto, grandes empresas multinacionais passam a operar em diversos países de Terceiro Mundo ou em outros pequenos Estados Nação, onde menores taxas de impostos e a mão de obra mais barata tornavam-se formidáveis atrativos à expansão destas empresas e a consequente concentração de capital.

É neste momento que se dá a industrialização dos países periféricos; o primeiro período onde o campesinato se tornou a minoria, tanto em países desenvolvidos quanto em países do Terceiro Mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 275) este período assistiu à mudança social mais espetacular, rápida e abrangente, profunda e global já registrada na história e que mudaria radicalmente as condições de acumulação em escala mundial:

Essa foi a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse a plena maioria depois. Isso só poderia ter acontecido graças à revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre, digamos, Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre estes centros e controlando centralmente todo este processo com a moderna tecnologia de informação.

O motivo de estas grandes organizações abandonarem os países núcleo da velha industrialização estava claro; era a incomum combinação “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida. O modelo de bem-estar social, de certa forma, um consenso político entre esquerda e direita e entre patrões e organizações trabalhistas na maioria dos países ocidentais (CUNHA FILHO, 2010), dependia,

como pré-requisito básico para sua manutenção, de um crescimento constante na produção e consumo, ou seja, os salários deveriam crescer na medida certa para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros.

Ocorre, entretanto, que paralelo ao processo de mundialização da economia, não paravam de crescer e se intensificar as reivindicações por parte dos sindicatos e do movimento operário. Como Salienta Hobsbawm (1995), o movimento organizado da classe trabalhadora já nos idos dos anos 60 e início dos anos 70 passou a questionar o poder da classe capitalista e a pressionar o Estado para atender mais e mais suas demandas, principalmente no que tangia a melhores condições de trabalho e de vida. Esta pressão devia-se também, segundo Dupas (1999), às novas estruturas de acumulação expandidas multinacionalmente, que ainda eram de trabalho intensivo e, portanto, fortaleciam o poder da classe trabalhadora. Da mesma forma, assistia-se a um crescente aumento nas despesas do Estado derivado do ingresso da mulher no mercado de trabalho - pois as crianças necessitavam de creches e escolas para serem acompanhadas - e ao envelhecimento da população, redundando em maiores despesas com a população não ativa. Em suma, os Estados de Bem-estar assumiam cada vez mais compromissos sociais, tanto pelo processo democrático plenamente ativo que possibilitava à classe trabalhadora a reivindicação de seus direitos, quanto pela revolução social propiciada pelas décadas de prosperidade.

No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado “Estados de Bem-estar”, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro. [...]. Como, porém, controlar salários numa era de demanda excepcionalmente florescente? Como, em outras palavras, controlar a inflação, ou pelo menos mantê-la dentro dos limites? (HOBBSAWM, 1995, p. 279).

O financiamento dos programas sociais, base da política econômica keynesiana, ao ser ampliado constantemente para atender as reivindicações trabalhistas, aumenta, conseqüentemente, o valor das contribuições necessárias para seu funcionamento, reduzindo então a poupança e logo o investimento. Por outro lado, elevadas cargas de contribuição dos empregadores provocam uma elevação dos custos salariais que, num cenário de mundialização da economia leva a uma perda de competitividade e à fuga de investimentos em busca de mão de obra mais barata. O Estado de Bem-estar entra em crise com a constatação da existência de um dilema entre eficácia econômica e equidade social (LUZIO DOS SANTOS, 2007).

Dessa forma, o modelo de Estado de Bem-estar social, que outrora tivera sido fundamental para a recuperação da economia capitalista mundial, começa a apresentar sinais de desequilíbrios, que se intensificariam ainda mais com o aumento de preços do petróleo em 1973, que tem como consequência a diminuição da acumulação capitalista e do consumo, e o aumento das taxas de inflação e do déficit público. O declínio do crescimento econômico nos países capitalistas centrais, a queda da taxa de lucro e o desemprego foram indícios da saturação deste padrão de acumulação, vindo a se manifestar numa crise estrutural do capital (DURIGUETTO, 2005).

Neste sentido, para Pires e Demo (2006) a crise do Estado de Bem-estar revela as contradições inerentes ao próprio Estado capitalista que, tendo como pressuposto básico a acumulação crescente de capital é incompatível com os interesses sociais. Assim, tendo representado a face mais humana a qual o capitalismo conseguiu chegar; a única fase do capitalismo em que a cidadania predominou sobre o lucro – o Estado de Bem-estar social começa a ruir no momento em que a acumulação começa a estremecer com a falência fiscal do Estado capitalista provocada pela crise do petróleo.

Este contexto de crise oferece um terreno fértil para os argumentos conservadores - de que uma política de pleno emprego baseada no estímulo à demanda é ineficaz, uma vez que a política keynesiana do gasto deficitário reside em níveis intoleráveis de endividamento do Estado e uma intensificação na inflação, tendo pois, que ser usada no longo prazo para ser eficaz, e que, devido ao crescimento dos gastos do Estado, essa política solapa seu próprio êxito (OFFE, 1994, p. 83). Assiste-se então, a partir daí, a pressões de caráter liberalizante no intuito de desregular a economia. A maioria das economias mundiais, em decorrência da dificuldade de sanar os problemas apresentados pelo modelo de Estado de Bem-estar social passam a substituí-lo por leis de maior liberalização do mercado, tão propagadas pelos teólogos econômicos ultraliberais e crentes do livre mercado irrestrito (HOBSBAWM, 1995).

## 1.2 ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

O projeto neoliberal surge então como resposta à crise do Estado de Bem-estar social; como forma de retomar o controle econômico e o patamar de acumulação presenciado nos momentos de pico da Era de Ouro. A batalha entre keynesianos – que argumentavam a favor de uma economia mista com forte intervenção estatal e altos investimentos na esfera pública, a fim de garantir o pleno emprego e a capacidade de

demanda e neoliberais – que afirmavam que a política da Era de Ouro impedia o controle da inflação e o corte dos custos, e portanto, impediam o aumento dos lucros – verdadeiro fator de crescimento numa economia capitalista – foi finalmente vencida pelos últimos, que passam a dominar as políticas de governo na década de 1980 .

Faz-se necessário, entretanto, compreender que a economia nestes dois casos (keynesianismo e liberalismo) racionaliza um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana (HOBSBAWM, 1995, p. 399). O keynesianismo, que redundou no projeto de um Estado de Bem-estar, segue uma perspectiva mais estruturalista, para a qual o mercado é imperfeito por natureza, e por isso, quando entregue à própria lógica sai de uma crise para outra infinitamente e jamais consegue estabelecer relações de equilíbrio justas e eficientes para o todo social. Já o liberalismo econômico apresenta uma concepção individualista, para a qual a liberdade individual é o bem maior e, portanto, percebe as instituições que visam proteger o trabalhador contra os riscos econômicos, como barreiras à expansão da própria atividade econômica, principal meio de ampliação do nível de emprego e do desenvolvimento social. As diferenças sociais neste caso são vistas como responsabilidade única de cada indivíduo, de suas escolhas, esforços e da própria natureza.

A ideologia liberal está muito bem expressa no pensamento de Hayek e Milton Friedman, cujas teorias estão associadas à teoria da “mão invisível do mercado” de Adam Smith e cujos pressupostos passam a orientar a política neoliberal que dominaria os Estados a partir década de 1980.

Friedrich A. Hayek em seu livro “O Caminho da Servidão”, publicado na Inglaterra, em 1944, atribui ao individualismo e à livre concorrência o desenvolvimento e o progresso da sociedade moderna. Para este ávido defensor do liberalismo econômico qualquer organização intencional das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido e de um interesse comum, como buscam os sistemas coletivistas, conduz inevitavelmente a um comprometimento das liberdades individuais, motor de todos os avanços econômicos. Uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado por uma instituição central e, por isso, ela deve evoluir livremente, devendo qualquer intervenção de natureza solidária ficar restrita ao plano microsocial, voluntário e individual e não dar-se no nível macrossocial de política pública de Estado (HAYEK, 1987).

O Estado deve respeitar o fundamento lógico de uma sociedade livre, cujas oportunidades estão relacionadas com as eficácias individuais que se harmonizam de forma não intencional e não planejada, portanto, qualquer tentativa do Estado em planificar a

economia, impedindo que esta se ajuste espontaneamente segundo o livre jogo das forças de mercado é uma forma de totalitarismo.

Ao Estado cabe criar condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, sejam de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos” (HAYEK, 1987, p. 60).

Comungando com Hayek os princípios do liberalismo econômico, Milton Friedman, em sua obra “Capitalismo e Liberdade” publicada em 1962 faz uma veemente defesa ao sistema de mercado e livre concorrência. A este respeito Friedman (1984, p.21) assevera: “há apenas dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Um é a coerção imposta por um sistema totalitário e o outro, a cooperação voluntária dos indivíduos através da técnica de mercado”. O livre mercado além de se constituir na melhor forma de organização voluntária das pessoas, de geração de riqueza e de distribuição de renda é considerado também a principal garantia da liberdade individual quando, ao remover a organização econômica do poder político, faz com que a economia passe a controlá-lo e a equilibrá-lo, evitando a concentração de poder – considerada no contexto do pensamento individualista e liberal, a principal fonte de coerção e limitação da liberdade individual.

Assim, toda a ação do governo que consista em redistribuir renda, tirando dos mais ricos para dar aos mais pobres, além de uma afronta ao próprio mérito é também uma forma de coerção, que entra em conflito total com a liberdade individual. Da mesma forma, todas as medidas de bem-estar social, como planos de habitação, leis de salário mínimo, seguridade compulsória, dentre outras, prejudicam em vez de favorecer o desenvolvimento, pois fazem com que os indivíduos tenham que agir contra seus interesses imediatos a fim de promoverem um suposto interesse geral (FRIEDMAN, 1984, p. 182).

Desta forma, para os adeptos do neoliberalismo de mercado, a participação do Estado na economia deve ser mínima, limitando-se à criação de condições para o pleno funcionamento da livre concorrência, por meio da elaboração de uma estrutura legal, indispensável para o seu bom funcionamento. A reforma do Estado defendida pelo neoliberalismo materializa-se na implementação de políticas voltadas para a retração da sua intervenção na regulação da economia e dos gastos públicos com políticas sociais.

Contudo, o que se presencia com a ofensiva neoliberal é, ao contrário do que prega a doutrina que lhe é subjacente, não uma redução do papel do Estado, mas uma espécie de transferência das funções do Estado de mediador entre capital e trabalho para financiador e provedor de condições para que o grande capital possa exercer seu domínio sobre a sociedade. Como enfatiza Chomsky (2006), ao limitar o papel do Estado à proteção da propriedade privada e à execução de contratos, os problemas reais de produção e distribuição de recursos e da organização social devem ser resolvidos pelas forças de mercado, o que pressupõe a supressão da participação popular nestas decisões e, portanto, um predomínio do interesse do capital em detrimento dos interesses da sociedade. Assim, a redução da intervenção estatal na dinâmica da vida econômica vai na direção de favorecer à grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira através de ações que possibilitam

[...] erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do capital, ou seja, não se pretende “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possível com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus interesses particulares de classe. ( NETTO, 1995, p. 195).

A democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia. O sistema neoliberal tem, por conseguinte, um subproduto importante e necessário – uma cidadania despolidizada, marcada pela apatia e pelo cinismo. (CHOMSKI, 2006, p. 10).

Como bem expresso por Netto (1995), Pires e Demo (2006), Cunha Filho (2010) e Duriguetto (2005), a concretização do verdadeiro Estado de Bem-estar Social, deveu-se, em grande parte, pelas demandas históricas dos trabalhadores por direitos sociais e políticos; pelas lutas de classe. O que pressupõe que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora, a que o Estado, como afirma Netto (1995), por vezes, responde com antecipações estratégicas. Neste sentido, o dismantelamento do movimento operário, da luta da classe trabalhista por melhores condições de trabalho e de vida é condição fundamental para que o projeto neoliberal se sobreponha ao Estado de Bem-estar.

Um exemplo elucidativo de erradicação de mecanismos reguladores de controle do capital, como expresso por Neto (1995), está no governo de Thatcher na Grã-Bretanha, que, à medida que dismantelou a proteção do governo e dos sindicatos, dividiu a classe trabalhista. Os trabalhadores mais bem qualificados e que auferiam melhores rendimentos, viam no livre mercado uma oportunidade de se beneficiarem – tornado-se assim,

defensores potenciais da direita política, enquanto se recusavam a subsidiar, como contribuintes nacionais e locais, a subclasse de trabalhadores com menores rendimentos e desempregados. O sucesso do governo de Thatcher está, essencialmente, no rompimento dos trabalhadores qualificados com o Partido Trabalhista. “A dessegregação, ou antes, uma mudança na segregação, promoveu esse desmoronamento do bloco trabalhista” (HOBSBAWM, 1995, p. 302).

Assim, os regimes de Thatcher na Grã-Bretanha e o de Reagan nos EUA, depois de anularem o movimento operário, fizeram recuar a regulamentação e a redistribuição. Espalhando-se da Grã-Bretanha para o resto da Europa, a privatização do setor público, os corte nos gastos sociais e altos níveis de desemprego criaram um novo padrão de desenvolvimento neoliberal, por fim adotado tanto por partidos de esquerda quanto de direita – “no final da década de 1980, a missão social-democrata do pós-guerra na Europa Ocidental – o Estado de Bem-estar social – tinha sido abandonada pela Internacional Socialista” (ANDERSON, 1999, p. 108).

Neste ponto, faz-se necessário ressaltar que a crise do Estado de Bem-estar, decorreu, em grande medida, da crise do seu metapressuposto, a pós-revolução socialista. Como já explicitado neste capítulo, tendo representado um abrandamento do conflito entre socialismo e capitalismo, o período de concretização do Estado de Bem-estar representa, para Santos (1998) um período pós-revolucionário, em que os anseios da revolução socialista foram apaziguados através da incorporação da questão social na agenda política, que se deu pelas mãos da democracia e da cidadania. Assim, com a queda do muro de Berlim, representando o fim deste período pós-revolucionário, o reformismo deixou de ter sentido. “Deixou de ser possível porque deixou de ser necessário, e não o contrário” (SANTOS, 1998, p.4). Nas palavras de Netto (1993, p. 68):

salvo em poucos estudos de cariz marxista não é frequente o entendimento que a crise do *Welfare State* explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica de acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos.

É por isso que, enquanto paradigma de transformação social, a substituição de um Estado intervencionista por um Estado fraco é, nas palavras de Santos (1998) um processo político muito preciso, destinado a construir um outro Estado forte, cuja força esteja mais finamente sintonizada com as exigências políticas do capitalismo global. A força do Estado, que no período do reformismo consistiu em sua capacidade de promover

interdependências não mercantis através da participação democrática e cidadã, passou, na fase neoliberal, com a supressão de todos os mecanismos de regulação social, a consistir na capacidade de o Estado submeter todas as interdependências à lógica mercantil.

Assim, com a ofensiva do projeto neoliberal e o colapso do bloco socialista, assiste-se, inversamente ao declínio do intervencionismo estatal, ao desenvolvimento da economia privada, acelerado com a derrubada das fronteiras comerciais entre as nações, proporcionando um mercado em escala mundial e altamente favorável às grandes corporações capitalistas transnacionais, vinculadas aos bancos estrangeiros e às multinacionais, que passam a dominar o espectro econômico mundial. O modelo de Bem-estar é definitivamente solapado pela globalização mundial, que coloca os governos de todos os Estados à mercê do incontrolável mercado mundial (HOBSBAWM, 1995).

### 1.3 AS MAZELAS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

As consequências econômicas dessas políticas têm sido as mesmas em todos os lugares: um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante na pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedentes para os ricos (CHOMSKY, 2006; DOWBOR, 2010). Ademais, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista e exacerbadas no contexto da globalização hegemônica, produzem formas de sociabilidade cada vez mais empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em detrimento da solidariedade (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 28). Todos estes fatores são estruturais, porque derivados essencialmente da lógica utilitarista que domina os mecanismos de mercado.

Assim, a tendência à polarização e exclusão percebida no contexto da atual globalização revela a dominância do novo padrão de acumulação capitalista, onde a escolha da localização dos investimentos é função dos níveis de rentabilidade do capital e das formas de obtenção de lucro na esfera financeira (CARDOSO, 2008). A polarização é primeiramente interna a cada país, onde os efeitos do desemprego estrutural não podem ser dissociados daqueles que resultam dos diferenciais que foram acentuados entre rendas mais elevadas e mais baixas.

A polarização, em seguida, é internacional e cava um fosso brutal entre os países ricos e pobres (HOBSBAWM, 1995, CARDOSO 2008). Os países do Terceiro Mundo, que durante a Guerra Fria tiveram seus projetos de desenvolvimento financiados pelo capital

internacional, encontram-se todos devedores e cada vez mais dependentes dos primeiros – diferenciados entre si, muitos destes países tornaram-se não mais atraentes para o capital em expansão e foram excluídos, o que fragiliza ainda mais a situação dos países que pretendem integrar-se ao processo de globalização, o que se traduz em facilidade e concessões cada vez maiores ao grande capital mundializado (CARDOSO, 2008, p.109).

A este respeito, vale a pena voltar-se para o pensamento de Milton Santos (2010), um crítico contundente do processo de globalização hegemônico. Para ele, o poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador e excludente. Movidas pela lógica perversa da competitividade, utilizam o território em função unicamente de seus próprios fins, desconsiderando o seu entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, criando assim, formas e ritmos diferentes de evolução dentro dos países e entre países, sem nenhuma chance de proteção por parte dos Estados, que se tornam diminutos diante do poder das grandes corporações (SANTOS, 2010).

Corroborando estas afirmações, Bauman (2003), ao discorrer sobre como se dá a perda da capacidade normativa do Estado nesta nova fase do capitalismo, explica que no processo de globalização, a rede de dependências adquire com rapidez um âmbito mundial – processo que não é acompanhado na mesma extensão pelas instituições passíveis de controle político. Concomitante ao desenvolvimento desigual da economia, da política e da cultura, outrora coordenadas pelo Estado-nação, se dá a separação do poder em relação à política. “O poder, enquanto incorporado na circulação mundial do capital e da informação, torna-se extraterritorial, enquanto as instituições políticas existentes permanecem como antes, locais” (BAUMAN, 2003, p.89). Isso leva inevitavelmente ao enfraquecimento do Estado-nação que, incapaz de realizar uma política social independente, acaba por abrir mão do controle dos processos culturais e econômicos, entregando-os às forças extraterritoriais.

Ainda segundo a crítica de Milton Santos, a globalização é movida pela tirania do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas. Se a tirania do dinheiro exclui do processo de globalização pessoas e nações das quais não depende o processo de acumulação capitalista, e da mesma forma, atua sobre a natureza de maneira predatória, comprometendo a sustentabilidade ambiental, a tirania da informação procura legitimar a globalização como processo viável e inevitável, e o faz através do controle maciço da mídia e da política pelas grandes corporações transnacionais.

Assim, a globalização apresenta-se como fábula (SANTOS, 2010) constituindo-se de diversas mentiras ou “mitos”, como prefere o autor. O primeiro mito está na visão equivocada de aldeia global e de espaço-tempo contraídos. Estas ideias permitiriam

imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas (SANTOS, 2010, p.41). Todavia, a fluidez que a ideia de aldeia global e espaço tempo contraídos denota é equivocada porque ela não é acessível a todos, isto é, socialmente ela é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso. Nem todas as pessoas são realmente fluídas, nem todas as empresas são realmente fluídas. A este respeito corrobora Bauman (2003, p.54):

O estilo de vida “cosmopolita” dos novos atores em secessão não foi feito para imitação das massas [...] o que este estilo de vida celebra é a irrelevância do lugar, uma condição inteiramente fora do alcance das pessoas comuns, dos “nativos” estreitamente presos ao chão e que (caso decidam desconsiderar os grilhões) vão encontrar no “amplo mundo lá fora” funcionários de imigração pouco amigáveis e severos em lugar de sorridentes recepcionistas de hotéis.

A globalização como fábula também leva a crer numa humanidade desterritorializada, quando na verdade, as fronteiras, ditas inexistentes, apenas mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território. Da mesma forma, a politização das estatísticas, na forma do Produto Interno Bruto (PIB), sob a qual é feita a comparação da riqueza das nações é equivocada e apresenta informações distorcidas da realidade, pois leva em conta apenas as atividades mercantis, desconsiderando a descapitalização, o esgotamento dos recursos naturais e a degradação da natureza que comprometerá as gerações futuras; também desconsidera os custos sociais dos excluídos com o processo de mecanização da agricultura e da automação do trabalho nas organizações capitalistas. E suma, privilegia o desempenho do setor mais avançado, escondendo comodamente os outros setores e silenciando dados essenciais relativos à qualidade de vida e à sustentabilidade ambiental (DOWBOR, 2010; SANTOS, 2010).

Desta feita, se por um lado, o neoliberalismo, anunciado como principal fundamento da democracia – que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, consumir e de viver não é estendido a todas as empresas e indivíduos, aumentando cada vez mais a desigualdade econômica e a exclusão social, por outro, o controle ideológico exercido pelo grande capital e disseminado pela mídia, tende a incutir a ideia de que as oportunidades existem para todos e que o sucesso ou o fracasso é fruto da própria competência individual e

nada dependem de um controle político e democrático. Conforme salienta Dupas (1999, p. 115) “nesse novo capitalismo desenfreado, reina uma espécie de ‘lei da selva’: só sobrevivem os mais fortes”.

No que pese à polarização e exclusão desencadeada pelo atual regime de acumulação do capital no interior de cada país, a melhor maneira de ilustrá-la é através da crise estrutural do desemprego e do trabalho (DUPAS, 1999; HOBSBAWM, 1995; OFFE, 1994). A possibilidade de ampla fragmentação da cadeia produtiva global de uma empresa transnacional, viabilizada a partir da revolução tecnológica na informática e nas telecomunicações – além da progressiva fragilização das fronteiras nacionais - veio possibilitar uma profunda alteração nos padrões de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão de obra no mundo atual. Ao contrário dos anos 1960 onde a internacionalização do mercado ainda se deu através do uso do trabalho intensivo, conferindo à classe trabalhista um maior poder de organização e mobilização, os anos 1970 e 1980, assistiram à incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos com vistas a garantir uma maior acumulação capitalista. Aqui o conflito entre capital e trabalho passa a apresentar uma nova situação estrutural.

Para Dupas (1999) os fatores determinantes para o entendimento da nova estrutura do trabalho e do emprego consistem (a) na emergência de um novo padrão de acumulação pelo uso do capital intensivo em substituição ao trabalho intensivo; (b) na flexibilidade conseguida pelo atual modelo que racionaliza o uso do capital, colocando-o onde as melhores condições de mercado apontam e, por conseguinte, desestabilizando a estrutura de salários, uma vez que desloca a concorrência para fora da esfera nacional e reduz o poder de manobra dos Estados; e (c) o enfraquecimento dos sindicatos, decorrente da fragmentação da classe trabalhista e a consequente quebra da isonomia de classe do período fordista-keinesiano.

Assim, este novo padrão de acumulação movido pelos preceitos do neoliberalismo e viabilizado pela revolução tecnológica, passa a dispensar os seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gera novos empregos para eles. A promessa de que o setor de serviços geraria novos empregos em substituição aos empregos perdidos com a automatização das fábricas também não se cumpriu, uma vez que este setor foi ainda mais sensível às novas tecnologias poupadoras de mão de obra na área da informática, teleprocessamento e automação, além do que, as qualificações requeridas para estes novos postos de trabalho têm pouca relação com as habilidades dos trabalhadores que tiveram seus postos de trabalhos destruídos (DUPAS, 1999). Assiste-se ao crescimento alarmante dos

índices de desemprego estrutural – que passa a gerar bolsões de excluídos de difícil absorção pelos sistemas previdenciários estatais perigosamente deficitários do primeiro mundo e mais ainda nos países de terceiro mundo onde as políticas de Bem-estar social nunca chegaram a se concretizar (HOBSBAWM, 1995).

Somado à retração da participação do governo na economia e na geração de empregos e ao declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela hostilidade dos governos neoliberais, quanto pela fragmentação da classe operária, essa conjuntura torna-se ainda mais dramática, uma vez que as empresas privadas não têm outro interesse a não ser o seu próprio, pecuniário (HOBSBAWM, 1995). E como são estas que exercem a centralidade no debate político sobre a competitividade e a criação de empregos, ocorrem mudanças profundas na organização do trabalho, com tendências frequentes para a flexibilização e redução dos trabalhadores em tempo integral, contribuindo ainda mais para a deterioração da identidade de classe, tão importante para a regulação entre capital e trabalho (OFFE, 1994).

Votando-se mais uma vez para Dupas (1999) o drama do desemprego e da precarização do trabalho é ainda maior nos países periféricos, uma vez que a baixa qualificação e a enorme oscilação da demanda geram problemas crônicos de subemprego e informalização. A capacidade de mobilidade tecnológica sobre a qual se articula e organiza a produção global torna esses países expectadores de novas oportunidade e provedores do grande capital, ao mesmo tempo em que propiciam as políticas de flexibilização que tendem a romper as estruturas coletivas de resistência dentro dos diferentes espaços nacionais.

A questão do desemprego e da precarização do trabalho, é certamente, a forma mais evidente de demonstrar as deficiências estruturais da atual lógica econômica capitalista, que tendo o lucro como elemento racionalizador sistêmico não inclui o bem comum nos seus objetivos, ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para a sociedade, reverte exclusivamente para o capital (CARDOSO, 2008). Porém, as mazelas provocadas por esta lógica demasiado utilitarista não se limitam a estas questões. Como evidenciado no início desta seção, assiste-se, paralelamente à polarização social, a um empobrecimento nas formas de sociabilidade e a uma exploração crescente dos recursos naturais em nível global, que põem em perigo as condições físicas da vida na terra (SANTOS; RODRÍGUES, 2002).

As relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista, e agravadas no contexto da globalização hegemônica, onde a concorrência, como afirma Santos (2010) se transforma em competitividade, produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade. Um exemplo elucidativo desta relação de

competitividade pode ser encontrado na própria precarização das relações de trabalho, discutidas nos parágrafos anteriores e na fragmentação e polarizações que esta suscita, engendrando uma situação em que as dores causadas aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa causa comum, que possa representar uma forma de resistência (BAUMAN, 2003, p.48). Num contexto de tamanha insegurança e ordenado pela lógica irrestrita do mercado, o outro, passa a ser percebido, ora como uma fonte de enriquecimento, ora como uma ameaça (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.28).

A competitividade, o isolamento e o desengajamento se sobrepõem à noção de comunidade, que entra em decadência, havendo desta forma, cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos, que parecem ter sido substituídos pela possibilidade de inserção nas benesses do consumo capitalista. Como afirma Chomski (2006), para que a democracia seja efetiva é necessário que as pessoas se sintam ligadas aos seus concidadãos e que essa ligação se manifeste por meio de um conjunto de instituições extramercado – associação de moradores, grupos comunitários, cooperativas, sindicatos e etc., os quais geralmente são hostilizados no contexto da democracia neoliberal.

Neste contexto, o senso de solidariedade, de coletividade e de bem estar geral, colorário da democracia em seu estado pleno, cede lugar à construção de uma democracia de mercado (CHOMSKI, 2006). O desemprego, a pobreza e a desigualdade cada vez maior entre ricos e pobres são relegadas ao mérito individual, dadas como algo racional, um resultado necessário do atual processo e até mesmo um fato natural, como se a nação não devesse nenhuma solidariedade a cada um de seus membros (SANTOS, 2010). Na interpretação de Chomski (2006, p.12): “Em vez de cidadãos, o capitalismo produz consumidores. Em vez de comunidades, produz *shopping centers*. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes”.

No que pese à questão ambiental, faz-se útil nos reportarmos à Foladori (2001), que em sua obra “limites do desenvolvimento sustentável”, se opõe ferreamente ao discurso comumente aceito sobre sustentabilidade ambiental, que tem seu eixo nos limites físicos com os quais a sociedade se defronta, expressos em superpopulação e pobreza, escassez de recursos e poluição. Para o autor, todas estas questões são consequências da forma social de produção capitalista – e, portanto, ao se insistir nas consequências, desvia-se a atenção do problema central, que são as relações de produção que se desenvolvem no seio do capitalismo. Desta forma, ainda que a crise ambiental explicita um desajuste entre ser humano e natureza, ela é, essencialmente, uma crise nas relações sociais entre seres humanos.

Assim, Foladori (2001) argumenta que as relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento em relação ao meio ambiente que por sua própria natureza, são insustentáveis. Essas tendências se traduzem na utilização dos fatores de produção capitalista – capital, terra e trabalho – unicamente em benefício do capital.

Desta forma, em relação ao capital, na direta implicação com o meio ambiente, estão as tendências à diminuição do capital constante e ao incremento da rotação de capital, com seu correlato na depredação da natureza sem preço e na geração de desperdícios a ritmos não recicláveis; e na geração de produtos de curta vida útil e de novos produtos em quantidades sempre crescentes. Em relação à terra, o capitalismo cria tendências de sobreexploração do solo e colonização de novas terras pelo capital, se apropriando da renda do solo e permitindo a aplicação de uma racionalidade não ecológica aos recursos naturais. Por fim, no que tange aos efeitos do capital sobre o trabalho, o capitalismo gera tendências de perda de diversidade cultural, à geração de excedente e à perseguição do capital. A perda de diversidade cultural se revela na assimilação da cultura das nações do centro, por parte dos países explorados da periferia – tendência esta denominada por Boaventura de Sousa Santos de pós-colonialismo: “terminou o colonialismo político, mas não o colonialismo social e cultural” (SANTOS, 2007a, p.59). A geração de excedente e a pobreza são manifestações da mercantilização da força de trabalho, já abordada em parágrafos anteriores, que absorve e rechaça a mão de obra segundo os vaivens do mercado e substitui crescentemente força de trabalho por máquinas. Por último, a tendência à perseguição do capital, se dá pelo fato de que no sistema de produção capitalista os trabalhadores migram perseguindo o capital em busca de trabalho, sempre de áreas menos desenvolvidas para mais desenvolvidas (FOLADORI, 2001).

Assim, ao evidenciar como a crise ambiental é antes de tudo, uma crise nas relações sociais entre seres humanos, isto é, uma crise na forma como as pessoas se relacionam entre si e com seu contexto ambiental dentro da lógica capitalista, Foladori (2001) nos evidencia o caráter sistêmico e estrutural da crise capitalista. Em suma, as três principais características negativas do capitalismo, que segundo Santos e Rodríguez (2002) são apontadas pelas linhas de pensamento crítico e que tentamos evidenciar nesta seção: sistematização das desigualdades de recurso e poder; exploração crescente dos recursos naturais; e a conseqüente deterioração das relações humanas frente a um contexto hostil e competitivo – demonstram a característica estrutural da crise que se nos apresenta – uma crise econômica, social, ambiental, política e moral como sintetiza Milton Santos (2010).

#### 1.4 A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

A construção teórica empreendida até aqui, embora representando um pequeno recorte da história econômica do século XX, evidencia que o modo de pensar a economia em termos de dois opostos mutuamente excludentes: capitalismo ou socialismo, não se faz mais possível diante da complexidade da sociedade atual. Se por um lado, o socialismo, como alternativa sistêmica ao capitalismo entrou em decadência nos anos 1980, uma vez que seu autoritarismo político e sua proposta de planejamento centralizado se tornaram incompatíveis com a economia global que se desenvolveu, o capitalismo de livre mercado, que emergiu vitorioso depois de sua derrocada e tomou conta do mundo e seus governos, demonstrou por outras vias, que também não é compatível com uma sociedade social e ambientalmente sustentável, ou como sugere Santos (2002) também não é capaz de cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Em suma, como afirma Dowbor (2010) ambos os caminhos se tornaram inviáveis, mas se o caminho da direita ainda se mantém, não é por credibilidade teórica, mas porque serve aos interesses das classes dominantes.

Por outro lado, diante do colapso do único sistema que representava uma ameaça ao capitalismo, da fragmentação da classe trabalhista, que exercia pressões de cunho regulador entre capital e trabalho, e do desmonte dos mecanismos nacionais utilizados para proteger as vítimas da livre economia global dos custos sociais dos sistemas de acumulação capitalista, este não tem mais nenhum estímulo para se reformar (HOBSBAWM, 1995). A globalização do capitalismo, como salienta Anderson (1992, p.130) não uniu as resistências a ele, mas dispersou-as e contornou-as, fazendo com que a extensão potencial de interesses sociais numa alternativa ao capitalismo fosse acompanhada de uma redução nas capacidades sociais para lutar por uma alternativa, isso porque as alegações contra o capitalismo são mais fortes no próprio plano onde a influência socialista é mais fraca – ao nível do sistema mundial como um todo. Portanto, como sugere Santos (2002, p.13), a divisão entre capitalistas e socialistas parece ter sido decidida total e irreversivelmente a favor dos capitalistas.

Por tudo isso, Santos (2002, 2004) afirma que vivemos um tempo paradoxal, em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental – que constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por emancipação social – por outro, é cada vez mais evidente que tais promessas, e portanto, tal forma de emancipação, nunca estiveram tão longe de se concretizar. Isso porque, as lutas políticas modernas que se concentraram sobre a concepção

de tais promessas e sobre os modos de realizá-las (divisão entre capitalistas e socialistas, liberais e marxistas, revolucionários e reformistas, e nacionalistas e internacionalistas) parecem hoje inadequadas diante das grandes transformações ocorridas, e, portanto, incapazes de oferecer soluções para os problemas modernos.

Entretanto, como a própria globalização capitalista hegemônica revela um movimento globalizador seletivo, com a maior parte da população do planeta sendo menos diretamente atingida, ou em certos casos, muito pouco atingida – não podendo então, estas populações majoritárias consumirem o Ocidente globalizado em suas formas puras (financeira, econômica e cultural), as respectivas áreas acabam por ser os lugares onde esta globalização é relativizada ou recusada e a vida local se manifesta como uma resposta e uma reação a esta exclusão (SANTOS, 2010). Este é o caso de muitos países da Ásia, África e América Latina, donde acaba emergindo uma nova forma de globalização, uma globalização, como afirma Milton Santos, de baixo para cima, isto é, a partir dos países da periferia do sistema mundial, e a partir das características próprias destes países e regiões, a partir de sua realidade local, a partir da sua cultura local.

Trata-se nas palavras de Santos e Rodríguez (2002), de uma globalização contra hegemônica, alternativa à globalização neoliberal, que exatamente por emergir da periferia e das múltiplas culturas, conhecimentos e práticas existentes no seio destas sociedades, não está baseada em uma unidade do saber, em uma unidade das ciências, como outrora se deu a globalização hegemônica – e da mesma forma, nada tem a ver com uma “macroteoria”, ou mesmo uma alternativa sistêmica como se propôs o socialismo. Esta nova globalização se constitui de um conjunto de iniciativas que partem do real, das possibilidades reais de melhoria de vida destas populações e que estão contribuindo gradualmente para construir uma outra visão de mundo – é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que Santos e Rodríguez (2002, p. 15) afirmam que estão sendo tecidos os novos caminhos da emancipação social.

A possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária emerge, desta forma, de alternativas (no plural) como bem salientam (SANTOS, 2010, SANTOS E RODRÍGUEZ, 2002), ou de múltiplas vias, como prefere Morin (2011), que embora unidas pelos mesmos ideais igualitários e solidários expressos no socialismo, não se condensam numa única forma de produtivismo e sociabilidade, não representam uma solução definitiva, mas ampliam o espectro do possível através da experimentação e da reflexão – contribuindo de forma grandiosa para o pensamento crítico ao evidenciar que a realidade pode ir além daquilo que existe.

## CAPÍTULO 2

### A NECESSIDADE DE UM PENSAMENTO COMPLEXO

Como já referido no capítulo anterior, atravessamos no momento presente uma sucessão de crises, crises econômicas, ambientais, de sociabilidade. Para Morin (2011) trata-se de crises emaranhadas e interdependentes, da economia, da civilização ocidental, das civilizações tradicionais, do desenvolvimento, conjugadas numa “policrise” planetária, que nos conduz rumo a perigos crescentes: turbulências graves de uma economia capitalista desenfreada; degradação da biosfera que constitui nosso meio vital, multiplicação das armas de destruição que coincidem com as crescentes convulsões belicosas e crises de desintegração da solidariedade que povoam não somente as nações mais o interior de cada indivíduo, enfim, todos eles, perigos que se desenvolvem entre si. Estas crises são, pois, derivadas das ambivalências, das insuficiências e carências do desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, desejado pela e para a sociedade moderna. Assim, neste capítulo, exporemos a crítica de Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos ao pensamento moderno, que para ambos, é um aspecto invisível da crise mundial, precisando, pois, ser revisto, repensado, reformado (MORIN, 2011).

A crise que vivenciamos se revela ainda mais feroz se pensarmos na insuficiência dos partidos de esquerda de pensarem os problemas que nos acometem, e formularem alternativas factíveis ao modelo econômico capitalista – motor do desenvolvimento desejado pela modernidade. Como postula Morin (2011, p.21), no ocidente, não foi somente a globalização que suprimiu muitas das conquistas sociais do pós-guerra; não foi só a corrida desenfreada pelo lucro que “desengordurou” as empresas, excluindo e expulsando tantos empregados e operários, foi também a incapacidade dos partidos que supostamente deveriam representar o mundo popular de elaborar uma política que respondesse a esses desafios. O pensamento marxista, tendo representado até os meados do século passado uma alternativa ao capitalismo, se deteriorou em meio à complexidade da sociedade contemporânea globalizada, justamente por se pautar na mesma racionalidade reducionista que domina o pensamento moderno (SANTOS, 2002; MORIN, 2002, 2011).

Desta feita, ambos os autores, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, argumentam em favor de uma reflexão, que nos permita compreender as ambivalências do desenvolvimento econômico, tecnológico, científico, e da mesma forma, nos permita pensar uma outra concepção de progresso e desenvolvimento. É assim que adentramos ao pensamento complexo de Edgar Morin, que nos apresenta os fundamentos, as premissas e os

argumentos de uma refundação epistemológica, que poderá alimentar a reforma do pensamento. Por fim, apresentamos as propostas políticas destes dois críticos da racionalidade moderna, propostas que mantêm a ambição socialista de fazer da terra a grande pátria humana (MORIN, 2011), mas de forma renovada, não por uma única via, como se pretendia o socialismo, mas pelas múltiplas possibilidades que emergem de forma contra-hegemônica por todo o mundo e que neste momento, representam para ambos, uma via alternativa, uma segunda globalização, uma globalização contra-hegemônica, como por vezes se referem.

Este capítulo está organizado em três seções. A primeira, busca demonstrar a complexidade da crise mundial e as limitações dos partidos de esquerda em pensar e formular alternativas à crise. Na segunda, nos ocupamos do pensamento complexo de Edgar Morin e da sua proposta de uma reforma do pensamento, que converge por fim, numa proposta de regeneração política, na construção de uma política da humanidade, mais afeita aos problemas da sociedade contemporânea globalizada, que é tratada, mais pormenorizadamente, na terceira seção. Nesta, de forma complementar ao pensamento político de Edgar Morin, conectamos o pensamento de Boaventura de Sousa Santos que defende um novo caminho para a teoria crítica, uma nova via para tratar os problemas da sociedade capitalista globalizada, que aqui encontra respaldo, nos termos do autor, em uma “epistemologia do Sul”, isto é, nas contribuições que emergem como uma contracorrente, formada pelos excluídos do sistema hegemônico e das muito ricas experiências, culturas e formas de pensar dessa grande parcela da humanidade.

## 2.1 A COMPLEXIDADE DA CRISE MUNDIAL E A INSUFICIÊNCIA DO PENSAMENTO MARXISTA EM FORMULAR ALTERNATIVAS.

O pensamento contemporâneo privilegiou uma visão simplista de que o progresso técnico-econômico é a locomotiva que traz consigo os progressos sociais, políticos, morais e mentais, consubstanciado na ideia linear de que tudo que está por vir será melhor do que já passou (SANTOS, 2002, 2004). E este é um aspecto central de nossa crítica, que questiona a perspectiva reducionista do conceito de desenvolvimento, um conceito *pseudo* universal, como bem explicita Boaventura de Sousa Santos, e que nos fornece como modelo universal um modelo predominantemente ocidental, masculino, branco, antropocêntrico e economicista. Assim, Morin (2011, p. 16) ressalta: “um componente invisível da “policrise” é a crise do pensamento.

Um fenômeno chave da última globalização, a posterior a 1990, e que Morin aponta como um dos aspectos mais cruciais para compreendermos a crise mundial é a autonomização de megamáquinas econômicas cada vez mais ligadas entre elas para constituir uma nova megamáquina transnacional (MORIN, 2005a, p.236). Estas megamáquinas são as grandes corporações internacionais, já citadas no capítulo anterior, que aliando seu poder financeiro ao potencial tecnológico da comunicação, formam uma rede econômica tão poderosa que ultrapassa o poder dos Estados. “Ao mundo da legalidade dos Estados mistura-se um mundo sem fronteiras e fora da lei” (p. 237).

Neste contexto, Morin alega que não se pode mais falar apenas numa crise capitalista, mas numa multiplicidade de crises derivadas do próprio desenvolvimento técnico e científico que o capitalismo, eleito como modelo de desenvolvimento mais adequado para bancar a proposta de desenvolvimento ocidental, suscitou. “O capitalismo é o animador de uma nova megamáquina; mas a burocracia, a tecnologia e a tecnocracia não são mais abstratas nem menos reais do que o capitalismo” (MORIN 2005a, p.237), sendo, pois, tão importantes para a compreensão destas crises quanto o próprio capitalismo. O impacto da burocracia, da tecnologia e da tecnocracia, ficou evidenciado no capítulo anterior, quando delineamos as transformações derivadas dos avanços tecnológicos na composição do trabalho e do emprego, bem como os impactos sociais e morais que estas transformações provocaram.

Se por um lado as crises se multiplicam, por outro, passamos por um momento da história em que a ideia de que não há alternativas concretas ao modelo socioeconômico dominante conseguiu um nível de aceitação sem precedentes, o que parece transformar tal concepção de desenvolvimento num verdadeiro dogma, numa perigosa naturalização da realidade, como se não houvesse a possibilidade de se pensar diferente, evidenciando também um perigoso conformismo.

Em sua obra *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*, Morin (2002) expõe sua crítica ao pensamento marxista, onde evidencia que, ao partir dos mesmos pressupostos reducionistas e deterministas que permearam o pensamento dominante, o marxismo acaba por se tornar tão inadequado aos problemas contemporâneos quanto o próprio capitalismo que tentou combater. Daí a incapacidade da esquerda ortodoxa, compreender e formular alternativas para os problemas globais e fundamentais que hoje nos acometem. De forma complementar à crítica de Morin, Santos (2002, 2007a) ressalta que ao compartilhar do mesmo ideal da unidade do saber, da universalidade do saber científico e da sua primazia, o marxismo apresenta sérias dificuldades para a análise do tempo presente e para uma visão de futuro.

Um primeiro aspecto dessa dificuldade reside no fato de que ao converter o capitalismo em fator de progresso, em uma fase de progresso da humanidade, o marxismo desconsidera, deixa fora de sua análise a questão colonial, tão importante para a compreensão dos problemas da globalização que ultrapassa a questão econômica e abrange a cultura, os saberes, as práticas e etc.

Por outro lado, ao concentrar sua problemática na questão da desigualdade proveniente da relação capital/trabalho o marxismo torna invisíveis outras formas de opressão, discriminação e exclusão, que hoje são muito importantes para a análise social. No contexto da nova globalização, presenciamos a exclusão de um contingente enorme de pessoas do mercado de trabalho, que passaram do sistema de desigualdade ao sistema de exclusão; que não estão mais dentro do sistema de uma maneira subordinada, mas fora do sistema, tendo sido excluídos definitivamente do contrato social; da sociedade civil. Assiste-se também, a outras formas de exclusão que convivem simultaneamente com o sistema de desigualdade, como o racismo e o sexismo. “Enquanto a importação de imigrantes é uma forma de desvalorizar a força de trabalho, a mulher tem sua entrada no mercado de trabalho de maneira subordinada ao homem” (SANTOS, 2007a, p.63). Todas estas formas de discriminação, opressão e exclusão são latentes em nossas sociedades globalizadas e não são bem tratadas pela teoria marxista (MORIN, 2002).

Os fundamentos do pensamento marxista se desintegraram em meio à complexidade da sociedade atual (especificidades dos países de Terceiro mundo, sem classe operária nem burguesia nacional; problemas colocados pelo desenvolvimento da burocracia e da tecnocracia; problemas do capitalismo evoluído e da sociedade de consumo que se acomoda no Estado-providência, problemas suscitados pelo progresso técnico e científico), e com eles os fundamentos da esperança socialista, provocando assim, este sentimento de que não há alternativa ao modelo socioeconômico vigente (MORIN, 2011). A perda destes fundamentos, como explica Morin, se deve à “petrificação” do marxismo em relação à Marx e sua incapacidade de conceber os problemas de uma sociedade globalizada como algo novo e, portanto, passível de uma revisão em suas teses e métodos (Morin, 2002, p.95).

O diagnóstico marxista sobre o mundo contemporâneo concentrava-se no aspecto capitalista. Os aspectos, democráticos, técnicos e burocráticos, bem como as ideias, a vida intelectual, as instituições sociais de uma forma geral, eram vistas apenas como superestruturas simples e ilusórias e todas subordinadas à infraestrutura, isto é, à produção econômica material. Assim, para a dialética marxista, estando a condição econômica como determinante de todo o resto, só poderá haver mudança profunda com a superação do modelo

econômico, neste caso, superação do modo de produção capitalista por outro. “Difícilmente se poderia admitir mudança na superestrutura, do tipo mudança na educação, na cultura, na arte, na consciência, e mesmo na política” (DEMO, 1989, p.111), uma vez que a própria consciência é ela mesma determinada pelo modo de produção. Isso implica em dizer que as ideias de autonomia e liberdade são inconcebíveis na concepção marxista, posto que o indivíduo é totalmente determinado pelo aparato econômico (MORIN, 2011).

Tais preposições derivam da crença na racionalidade e linearidade da História que permeou o pensamento marxista, e que para o pensamento moriniano, que trataremos neste capítulo, se constitui em um grande equívoco. Para Morin (2011), mesmo obedecendo a certos determinismos, a História é tributária do aleatório e conhece bifurcações inesperadas, não avançando de modo frontal, mas por desvios que se fortalecem e se transformam em tendências. Isso implica em dizer que as transformações não se dão apenas de forma dialética, como supunha Marx, mas de forma dialógica, ou seja, não se dão por superação e supressão, mas sim por antagonismos que se complementam e se combatem e, através deste processo, produzem novas tendências e fazem emergir o novo (MORIN 2005a). A dialógica moriniana traz em seu bojo a proposta de reintrodução do sujeito, da autonomia, e, portanto, da possibilidade de transformação sem a necessária superação do modelo capitalista.

Diante dos novos desafios de um mundo globalizado, impõe-se, segundo Edgar Morin, a atenção e a preocupação com o espírito inovador mais do que com a repetição de fórmulas desgastadas; a consideração do valor da pesquisa para o progresso do conhecimento e o sentimento de que o real se transforma e pede uma constante reflexão intelectual para apreendê-lo e meios práticos para modificá-lo. Impõe-se, sobretudo, a necessidade de um sentimento de que há sempre uma via mais humana e que melhor corresponde às necessidades do homem, e que é isto o que se precisa buscar (MORIN, 2002, p. 90).

Neste caminho Morin (2000c), propõe a conservação da utopia, não a utopia de um mundo perfeito, sem conflitos, um mundo de total harmonia, por que isso seria impossível, e a tentativa de realizá-lo, atroz, como o foi a tentativa stalinista de suprimir todas as diferenças. Mas é possível conservar a utopia de um mundo melhor, de uma sociedade menos desigual. A utopia é necessária então, para Morin, para superarmos o vazio político que se estabeleceu com a morte do modelo de socialismo experimentado na extinta União Soviética e com o enfraquecimento dos postulados sociais democratas dos países ocidentais, cuja fertilidade estava no Estado de bem-estar social, que se enfraquece paulatinamente diante

da ascensão do ideário neoliberal e dos problemas suscitados pelo desenvolvimento globalizado.

Por outro lado, essa utopia terá que ser alimentada por uma política regenerada, que por sua vez, depende de uma reforma no pensamento. Para Morin, a incapacidade de pensar os problemas locais e os problemas globais em conjunto constitui o aspecto intelectual da tragédia de nossa época (MORIN, 2011, p.45). É preciso, pois, ampliar as dimensões não abraçadas pelo pensamento dominante que está centrado no economicismo e que despreza as demais dimensões, como a social, cultural, ambiental, ética, as subjetividades. É preciso conceber a complexidade dos problemas atuais e buscar entender como esses diferentes problemas se relacionam entre si – temos que ter uma visão não separada e não fragmentada do mundo. Esta é a proposta do pensamento complexo, que para Morin, é vital para evitar a cegueira que na época atual pode ser muito perigosa para a humanidade.

Assim, se partimos da ideia de que todas estas crises – do capitalismo, do desenvolvimento técnico, científico e industrial desenfreado, do socialismo, é, sobretudo, uma crise da racionalidade moderna, estas questões precisam ser revistas a partir de uma reforma do pensamento, de modo que a procura de alternativas ao modelo político e econômico seja mais afeito à complexidade e dilemas do tempo presente. Como argumenta Santos (2007a, p.52), “necessitamos de outro tipo de racionalidade, porque a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima o que é criticável”. É para esta discussão que nos voltaremos a seguir.

## 2.2 O PENSAMENTO COMPLEXO E A PROPOSTA DE UMA NOVA VIA

Os sistemas complexos são descobertos na ciência depois de séculos de exaltação da simplicidade, séculos ao longo dos quais se buscou a ciência do geral, das leis básicas, universais e invariantes que descreveriam o funcionamento de absolutamente todo o universo – um funcionamento essencialmente simples (BAUER, 2009). A descoberta da complexidade; do caos, da desordem, do desequilíbrio, da variância nas ciências naturais, vem abalar os pressupostos epistemológicos no qual se fundou o pensamento moderno. Assim, em meio a uma explosão de avanços no conhecimento e à crise dos princípios que norteavam a ciência clássica, Edgar Morin vai buscar os subsídios, os fundamentos, as premissas, que alimentarão, através de uma migração conceitual, uma reforma do pensamento.

Estou persuadido de que um dos aspectos da crise do século XX é o estado de barbárie das nossas ideias, o estado de pré-história da mente humana que ainda é dominada por conceitos, por teorias, por doutrinas que ela produziu, do mesmo modo que achamos que os homens primitivos eram dominados por mitos e por magias. Nossos predecessores tinham mitos mais concretos. Nós somos controlados por poderes abstratos (MORIN, 2005b, p.193).

O paradigma dominante opera, segundo Morin e Le Moigne (2000) sobre quatro pilares básicos, “os pilares da certeza” – que têm por causa e efeito dissolver a complexidade pela simplicidade: O primeiro pilar é o “princípio da ordem” e postula um universo regido por leis deterministas (Newton). O segundo pilar é o “princípio da separação”, segundo o qual, todo o fenômeno deve ser decomposto em suas partes elementares a fim de ser melhor compreendido (Descartes). O princípio da separação foi o maior responsável pela fragmentação dos saberes e pela especialização não comunicante. Separou os grandes campos do conhecimento e, no interior deles, as disciplinas. Separou as ciências das técnicas, a filosofia das ciências e assim por diante, até configurar uma parcelarização generalizada do saber. O terceiro pilar é o “princípio da redução”, que reforçou o princípio da separação. Por um lado este princípio supõe que os elementos de base do conhecimento se circunscrevem aos domínios físicos e biológicos, deixando em plano secundário a visão de conjunto, a mudança e a diversidade. Por outro, tende a reduzir o cognoscível àquilo que é mensurável, quantificável e formalizável.

O princípio da redução opera a partir de conceitos mestres e domínios privilegiados e determinantes, explicando o humano pelo biológico, o biológico pelo químico e assim por diante. Assim, no domínio da especialidade do cientista, esse princípio subsume o homem ao domínio da natureza, das estruturas psíquicas, ou da história, da genética, e etc. (MORIN; LE MOIGNE, 2000). O quarto pilar no qual se assenta o paradigma dominante é o pilar da “lógica indutiva-dedutiva-identitária”, que se identifica com a razão. Por esta lógica, tudo que não passa pelo crivo da razão é expurgado da ciência. Esse princípio privilegia a ordem e tudo o que é inferível a partir de um sistema de premissas (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Este paradigma constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais (SANTOS, 2002). Porém, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. O sucesso desta racionalidade e sua transposição para a esfera social se devem, sobretudo, pela sua pretensa capacidade de dominar as leis da natureza e

conduzir a sociedade rumo ao desenvolvimento científico e, portanto, rumo à liberdade (SANTOS, 2002; BAUER, 2009).

Um conhecimento que tem como pressuposto metateórico a ideia de ordem e estabilidade do mundo é, para Santos (2002) a pré-condição da transformação tecnológica do real. Assim, o desenvolvimento científico-tecnológico decorrente desta racionalidade fez com que a crença nesta abordagem se propagasse com tal velocidade durante o século XVIII que esse período ficou conhecido como o Iluminismo, o século das luzes, representando a transição do reino da necessidade para o reino da liberdade, cujo maior instrumento era o progresso. O fermento intelectual daí resultante vai criar as condições para a emergência das ciências sociais do século XIX.

Contudo, para Santos (2002, p.64-65) essa transposição da ciência natural positivista para o plano social, não se deu de forma despretensiosa:

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominá-lo e transformá-lo. No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente, que via na sociedade, em que começava a dominar, o estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte, a sociedade industrial de Spencer, a solidariedade orgânica de Durkheim). Daí que o prestígio de Newton e das leis simples a que reduzia toda a complexidade da ordem cósmica tenham convertido a ciência moderna no modelo de racionalidade hegemônica que pouco a pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade. Tal como foi possível descobrir as leis da natureza, seria possível descobrir as leis da sociedade.

Assim, uma transposição pretensamente “fria” dos modelos da ciência natural para a ciência social, por meio de uma sociologia positivista, é um gritante reducionismo do subjetivo ao objetivo (BAUER, 2009). Essa visão reducionista chegou ao seu auge na metáfora da “mão invisível” de Adam Smith, segundo a qual o comércio e a indústria são guiados por uma lei (natural) de oferta e demanda, se constituindo ainda hoje no principal fundamento do neoliberalismo econômico e no conceito de “darwinismo social” que desde Darwin, principalmente através da obra de Herbert Spencer, vem sendo utilizada para dirimir a compaixão e esclarecer serem os pobres os inadaptados na seleção natural do capitalismo (BAUER, 2009, p.27).

Ainda segundo Bauer (2009) o mais grave dos perigos desta normatividade social é o fato de ela geralmente passar despercebida ao esforço investigativo, pois é justamente sua natureza de norma que a torna óbvia, tanto que tendemos a torná-la como

conteúdo estrutural *a priori* da realidade. Foi assim que as relações capitalistas ao serem percebidas como funcionalmente necessárias à concretização do grande projeto da modernidade, passaram a ser naturalizadas, e as relações de trabalho alienantes apresentadas como necessárias para o bom funcionamento da sociedade (SANTOS, 2002). Da mesma forma, esta normatividade pode ser percebida nos dias atuais, onde o saturado sistema econômico abandona sua vocação de satisfação de necessidades e tenta se perpetuar sob a forma de um sistema de geração de necessidades, tendo a indústria da propaganda o braço ideológico que condiciona as pessoas a tornarem-se consumidoras daquilo que não necessitam.

Neste ponto, nos remetemos à obra *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985), publicada pela primeira vez em 1947, onde estes autores defendem que o esclarecimento que tomou o ocidente no século das luzes converte-se novamente em mito quando, ao colocar todo o conhecimento e toda a ciência a serviço da dominação da natureza, da tecnologia e do capital, acaba por exercer a mesma dominação e controle que as figuras mitológicas outrora exerciam na humanidade. Isto porque, como representações da essência da realidade e da verdade, as figuras mitológicas e também agora o progresso, o mercado e o capital não deixam nenhuma brecha para a manifestação de outras perspectivas, já que em ambos os casos a realidade é dada como fato acabado.

A julgar pelo pragmatismo, normatividade e hermetismo dos quatro pilares do conhecimento sob os quais opera o paradigma dominante – o princípio da ordem, da separação, da redução e da lógica indutiva-dedutiva-identitária – poder-se-ia supor que eles permaneceriam inabaláveis para sempre. Contudo, a ciência do século XX, em meio ao conjunto desordenado de seus avanços, provocará um abalo sísmico que o atingirá. A identificação dos limites e insuficiências estruturais do paradigma moderno é, para Santos (2002, p. 68) o resultado do grande avanço no conhecimento que ele mesmo propiciou. “O aprofundamento no conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda”.

Os quatro pilares são, desse modo, sacudidos pelo surgimento da desordem, da não separabilidade, da não redutibilidade, da incerteza lógica (MORIN, 2000a, p. 103). Instala-se então, o que diversos autores, dentre os já citados aqui, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, chamam de uma crise paradigmática<sup>1</sup>.

Assim, em meio a uma explosão de avanços no conhecimento e à crise dos princípios que norteavam a ciência clássica, coube a Edgar Morin o desafio de religar e fazer

---

<sup>1</sup> Almeida (2004); Bauer, (2009: 36-140); Morin (2007); Morin e Le Moigne (2000) Santos (2002: 68-74).

dialogar o que à partida constituíam em revoluções dispersas por domínios disciplinares. “Se, pois as ciências da complexidade não têm patri-maternidade definida, o método complexo, tem, em Edgar Morin, seu artífice e construtor” (ALMEIDA, 2004, p. 11).

Para Almeida (2004), se é possível indicar as ferramentas morinianas, estas são a migração conceitual e a construção de metáforas. Migração conceitual de um domínio para outro, o que garante a ressignificação e ampliação de conceitos e noções originalmente disciplinares; construção de metáforas, que permitem religar homem e mundo; sujeito e objeto; natureza e cultura; mito e *logos*; objetividade e subjetividade; ciência, arte e filosofia; vida e ideias. A partir destas ferramentas, Morin formula os argumentos, as premissas e os fundamentos a favor de uma ciência nova, e que alimentarão uma reforma do pensamento, ou como preferimos denominar aqui, um “paradigma da complexidade”. A construção de um método que ultrapasse o modelo disjuntor e redutor no qual se ancora o pensamento simplificador é o maior desafio de Edgar Morin (ALMEIDA, 2004, p.13):

Trata-se de um método capaz de absorver, conviver e lidar com a incerteza; de tratar a recursividade e a dialógica que movem os sistemas complexos; de reintroduzir o objeto no seu contexto, isto é, de reconhecer a relação parte todo conforme uma configuração hologramática; de considerar a unidade na diversidade e a diversidade na unidade; de distinguir sem separar nem opor, de reconhecer a simbiose e a complementaridade, e por vezes a hibridação entre ordem e desordem, padrão e desvio, repetição e bifurcação, que subjazem aos domínios da matéria, da vida, do pensamento e das construções sociais, de tratar do paradoxo com uma expressão de resistência ao dualismo disjuntor e, portanto, como foco de emergências criadoras e imprevisíveis; de introduzir o sujeito no conhecimento, o observador na realidade, de religar, sem fundir, ciência, arte, filosofia e espiritualidade, tanto quanto vida e ideias, ética e estética, ciência e política, saber e fazer.

Valendo-se mais uma vez do texto de Almeida (2004) e de algumas obras do próprio Edgar Morin, delinearemos aqui, alguns argumentos que nos permitem circunstanciar a compreensão do pensamento complexo.

1. A complexidade comporta a incerteza. “Em toda a complexidade existe a presença de incertezas, sejam empíricas ou teóricas, e mais frequentemente, ao mesmo tempo, empíricas e teóricas” (MORIN, 2000a, p. 169). Quanto maior a complexidade, maior o peso da incerteza, e disso decorre que:

2. O complexo é marcado pela imprevisibilidade. Justamente porque sobre ele incidem múltiplas causas, elementos diversos que interagem entre si e a aptidão para se modificar em função de eventos e informações externas, não sendo, portanto, possível prever a tendência de um fenômeno complexo.

3. O complexo é *não* determinístico, não linear e instável, isto porque:

4. O complexo se constrói e se mantém pela auto-organização, propriedade pela qual alguns sistemas tratam suas informações, regenerando-as, modificando-as, e gerindo novos padrões de organização. Como fenômenos abertos, os sistemas complexos dependem do meio e com ele trocam informações, são, portanto, sistemas auto-eco-organizados (MORIN, 2007).

5. Por serem auto-organizados, os sistemas complexos são sempre marcados pelo inacabamento. É a propriedade do inacabamento, como explica Almeida (2004), que permite a interação com outros fenômenos, matérias e sistemas, disso depreende que:

6. O complexo é simultaneamente dependente e autônomo. Necessita do contexto, do entorno, mas se organiza a partir de si. Em se tratando do ser humano, isso significa dizer que ao mesmo tempo em que o indivíduo recebe influências do seu meio cultural e social, também é dotado de uma hereditariedade biológica, de um processo cognitivo individual e autônomo que inibe o total determinismo cultural e social (MORIN, 2005a, p. 273). Neste sentido o pensamento complexo de Morin traz à tona a emergência do sujeito e, conseqüentemente, da autonomia, mundo e sujeito são colocados em situação de reciprocidade e inseparabilidade.

7. O complexo comporta, supõe ou expressa emergências. “Como o que é da ordem do conhecimento novo e não previsível, a emergência é uma noção crucial para entender a complexidade” (ALMEIDA, 2004, p. 19). Assim, o surgimento da vida é uma emergência ao domínio do não-vivo, uma descoberta científica é uma emergência diante de domínios já consolidados, um novo paradigma é uma emergência na história do conhecimento. A emergência, desta forma, tendo relação com os princípios de auto-organização, inacabamento e dependência e autonomia, é, como expresso por Almeida (2004, p.19) uma combinação original de elementos ou padrões já existentes.

8. O complexo se instala longe do equilíbrio. Como afirma Morin (2005b) não é possível prever com exatidão como se comportam os sistemas complexos para além de um certo tempo, contudo:

9. O complexo vive da tensão entre determinismo e liberdade. Mesmo sendo instáveis, dinâmicos, e imprevisíveis os sistemas complexos não escapam aos determinismos da natureza. Assim, no que se refere à complexidade humana, o homem, mesmo não sendo um projeto predeterminado pela natureza, é tampouco livre para decidir seu destino sem qualquer determinação, estando sempre atrelado a algumas situações das quais não pode

escapar (ALMEIDA, 2004, p.21), mais uma vez fica aqui explícita a relação de autonomia e dependência.

10. Por fim, é preciso distinguir complexidade de complicação. Esta questão é essencial para o entendimento da complexidade, pois, de certa forma, sintetiza o método complexo. O complicado pode ser decomposto em partes, tantas quantas forem necessárias para permitir sua compreensão (método cartesiano). Já, o complexo é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações e acasos que constitui o universo fenomênico, que constitui a relação paradoxal entre uno e múltiplo (MORIN, 2007, p.13). Assim, ao decompor um sistema complexo dividindo seus elementos, está-se operando pelo modelo mental da simplificação, derivado do pensamento cartesiano. Incorre-se então, no erro de tomar a parte pelo todo, de identificar uma causa única, de reduzir o fenômeno a uma de suas dimensões. Por fim, é possível afirmar que a complicação está na complexidade, é um dos constituintes da complexidade, mas uma não se reduz a outra – a complexidade reconhece a complicação e acolhe a complicação porque é capaz de pensar nas condições dramáticas e incertas de uma totalidade complexa (MORIN, 2007).

Como forma de complementar e melhor elucidar as características já elencadas, nos valeremos também de três princípios utilizados por Morin para explicar a complexidade, são eles: o princípio da recursão organizacional; o princípio dialógico; e o princípio hologramático. Estes princípios podem ser utilizados para explicar a natureza dos sistemas vivos, mas também as relações sociais.

Para explicar a recursão organizacional Morin (2007) vale-se do exemplo de um turbilhão. Cada momento do turbilhão é, ao mesmo tempo, produto e produtor. Então, num processo recursivo os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz. A sociedade, neste sentido, é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz. Assim, os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos; a emergência social depende da organização mental dos indivíduos, mas a emergência mental depende da organização social (MORIN, 2005a, p.167). Isso significa dizer que ao considerar que somos autônomos, mas dependentes, nossa autonomia é tanto maior quanto maior for a riqueza de nossa vida psíquica, que por sua vez, depende também das possibilidades que a sociedade nos oferece. O princípio da recursão organizacional, por fim, ultrapassa a noção de regulação, a noção linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, para aquele de autoprodução e auto-organização (MORIN, 2000a)

A relação indivíduo – sociedade é também dialógica, pois, é de múltiplas formas, ao mesmo tempo, complementar e antagônica (MORIN, 2005a). A complementaridade existe porque não há sociedade sem indivíduos, e não há indivíduos, propriamente humanos, dotados de espírito, de linguagem, de cultura, sem sociedade. Contudo, entre indivíduos e sociedade, que se autoproduzem, também existem antagonismos, que vem da oposição entre egocentrismo (rivalidade, competição, conflitos) e sociocentrismo. O que significa dizer que qualquer sociedade é um campo de interesses individuais e uma comunidade fadada ao interesse coletivo – um vasto campo de afirmação de interesses, de competições diversas, de conflitos pessoais e coletivos, de lutas de classes, mas ao mesmo tempo de entidades comunitárias, de sentimentos patrióticos, de unidade. O princípio dialógico permite manter a pluralidade no seio da unidade. A este respeito (MORIN, 2005a, p.300) esclarece: “Na dialética hegeliana, as contradições encontram uma solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos persistem e são constitutivos das entidades ou dos fenômenos complexos”.

No princípio hologramático por fim, o autor demonstra como tudo está interligado a tudo. “A visão simplificada diria: a parte está no todo. A visão complexa diz: não só a parte está no todo; o todo está no interior da parte que está no interior do todo!” (MORIN, 2007, p. 88). Isso é verdade para cada célula do nosso organismo que contém a totalidade do código genético presente em nosso corpo. Isso é verdade também para a sociedade que desde nossa infância se imprime em nossas mentes e corpos, através da linguagem, da cultura, das crenças e saberes. Isso é verdade também para a cultura capitalista, que com a globalização está cada vez mais presente em cada indivíduo. O indivíduo está na sociedade, que está no indivíduo. Portanto, a própria ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que está ligada, em parte, a ideia dialógica (MORIN, 2007, p.75).

Assim, tendo delineado alguns princípios básicos que nos permitem circunstanciar a complexidade, cabe ressaltar dois aspectos muito importantes desta abordagem e que nos ajudarão a compreender as preposições que seguiremos adiante. O primeiro aspecto se refere à necessária diferenciação entre complexidade e completude. Diferentemente do que se pode inferir numa leitura menos atenta, a complexidade não pretende obter uma visão completa a respeito das coisas, mas sim, evidenciar que a compreensão da realidade exige uma visão multidimensional, que as partes, que as múltiplas dimensões que compõe o humano, o mundo, a sociedade, não podem ser isoladas umas das outras.

Neste sentido, exemplifica Morin (2007, p. 68): “A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro, etc.” Numa abordagem complexa é preciso conceber que no econômico há as necessidades, os desejos as paixões humanas; que o econômico influencia na demografia e esta no econômico e assim por diante. E, portanto, essas categorias são sobremaneira simplificadas para a compreensão do real e neste momento especialmente, sobremaneira simplificadas para compreender as crises todas indissociáveis e sobrepostas que ameaçam nossa humanidade.

De certa forma a aspiração à complexidade traz em si a aspiração à completude já que se sabe que existe uma relação solidária entre as múltiplas dimensões, que nada está isolado. Por outro lado, a própria consciência da complexidade nos faz compreender que não se pode escapar à incerteza e que jamais se terá um saber total. Portanto, conforme argumenta Morin (2007), quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isto não significa um erro, como poderia pressupor o pensamento clássico, mas sim, o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução em nossa lógica, o que pressupõe a necessidade de uma constante revisão das estruturas que utilizamos para compreender o real.

E então, chegamos no segundo aspecto sobre o qual cabe refletir: A razão. Ao longo do trabalho a palavra racionalidade foi por vezes mencionada e, portanto, cabe diferenciá-la de uma concepção redutora de razão que é a racionalização. De acordo com Morin (2007) a razão corresponde a uma vontade de ter uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo, e, portanto, tem um aspecto incontestavelmente lógico. Contudo, a racionalidade deve compreender um diálogo incessante entre a mente, que cria estruturas lógicas, que as aplica ao mundo e que dialoga com este mundo real. Isto significa dizer que a racionalidade jamais deve ter a pretensão de esgotar num sistema lógico a totalidade do real, mas sim de dialogar com o que lhe resiste. Citando Shakespeare, Morin (2007, p.70), afirma: “Há mais coisas no mundo que em toda a nossa filosofia”. Ou seja, o universo é muito mais rico do que o podem conceber as estruturas do pensamento por mais desenvolvido que ele seja, e é essa premissa que deve permear qualquer lógica, qualquer razão, qualquer racionalidade.

Por outro lado, a racionalização consiste em querer prender a realidade a um sistema coerente, sendo que tudo o que escapa a esse sistema é afastado, esquecido, posto de lado – e essa, segundo Morin (2000a, 2007), é a principal característica do pensamento clássico que a complexidade vem evidenciar e buscar superar. Dessa forma, embora sendo

muito difícil perceber quando passamos da racionalidade à racionalização, já que ambas derivam da mesma fonte (a razão), quando dizemos racionalidade, estamos apelando para uma constante autocrítica da razão. A razão, a racionalidade, que pretende desvendar o mundo, deve apelar constantemente à experiência. Nos termos de Morin (2007, p.72), “temos a necessidade de uma racionalidade autocrítica, de uma racionalidade que exerça um comércio incessante com o mundo empírico, único corretivo ao delírio lógico [...]. Contra o delírio, o recurso é a racionalidade autocrítica e o apelo à experiência.”

Assim, é reconhecendo a incompletude de nosso saber e, da mesma forma, a necessidade que este tem de dialogar constantemente com o mundo empírico que Morin (2002, 2011), ao enaltecer a necessidade de uma reforma do pensamento, enaltece ao mesmo tempo a urgência em se repensar uma via política, um pensamento político regenerado que, a partir das considerações advindas de uma visão complexa possa nos ajudar a repensar algumas noções orientadoras – de progresso, de desenvolvimento e bem viver.

É neste caminho que, na próxima seção, adentramos à “antropolítica”, proposta por Morin em suas obras *Em busca dos fundamentos perdidos* (2002) e em *A minha esquerda* (2011), onde o autor busca apresentar uma via política alternativa. Assim, a antropolítica constitui-se numa abertura à realidade complexa que se nos apresenta, uma reflexão necessária para que possamos compreender e melhor lidar com as ambivalências da noção de progresso concebida pelo pensamento moderno e para a qual contribui também a noção de homem, de universo e de sociedade. Assim, tendo buscado evidenciar no decorrer deste trabalho que passamos por uma crise civilizatória engendrada pela concepção moderna de progresso, encontramos na proposta de Morin, subsídios que fortalecem nosso principal argumento aqui – o de que precisamos construir novas concepções de produção e de sociabilidade.

### 2.3 OS DESAFIOS DA COMPLEXIDADE PARA O SÉCULO XXI

Exporemos aqui, alguns elementos que poderão circunstanciar a compreensão do que Edgar Morin chama de uma “antropolítica”, bem como as finalidades que tal proposta de pensamento procura atingir e que consideramos ser, juntamente com a sua própria construção, os principais desafios da complexidade para o século XXI. Conectaremos ao pensamento de Edgar Morin a proposta de Boaventura de Sousa Santos, que ao partir também de uma perspectiva complexa defende a necessidade de se renovar a teoria crítica e, neste caminho, propõe a Sociologia das Ausências e das Emergências.

A refundação política – a antropolítica, trazendo em seu bojo a proposta de religação (entre homem e universo, entre as diversas culturas, práticas e saberes; entre o quantitativo e o qualitativo e etc.), deverá edificar-se sobre uma “refundação antropológica” e sobre um “pensamento planetário”.

A refundação antropológico-política consiste em reintroduzir o ser humano como meio, fim, objeto e sujeito da política (MORIN, 2011, p.47). Esta reintrodução do sujeito implica em um novo posicionamento do sujeito diante da realidade complexa do mundo, diante de sua condição humana e de suas limitações, restabelecendo assim, a responsabilidade diluída segundo Morin (2000b), pelo nosso pensamento parcelar e compartimentado, pela burocracia e pela tecnocracia instaurada em nossa sociedade globalizada. Trata-se, pois, de incluir o homem no centro do processo – cuja construção, ou reconstrução, se dará por meio de sua participação direta e efetiva.

Em vários momentos de sua obra o autor afirma que a normatividade e o reducionismo do pensamento moderno fez desvanecer a complexidade humana, fizeram o homem desaparecer<sup>2</sup>. Deste modo, a reintrodução do sujeito, é, como poderemos verificar nas preposições sequenciais, inseparável, e passa imprescindivelmente, pela revisão de algumas noções orientadoras – do próprio homem, do universo, do progresso, da ciência, do desenvolvimento e do bem viver.

Nestes termos, no que se refere à complexidade humana, a ideia de libertação absoluta, de conquista da natureza e de salvação na terra, através do domínio da razão e da ciência, como pressupunha o pensamento moderno é um delírio de uma racionalidade petrificada que se transformou em racionalização. Nesta nova visão, o homem, como postula Morin (2011, p. 47) “não é mais o sujeito prometeico do devir do mundo, empenhado em dominar a natureza”, nem tampouco um sujeito totalmente “desalienado”, que deve libertar-se de tudo que é estranho a si mesmo como pressupunha o marxismo. Isso porque somos dependentes de tudo o que nos alimenta e nos desenvolve, somos possuídos

---

<sup>2</sup> Interrogar nossa condição humana implica questionar primeiro nossa posição no mundo. O fluxo de conhecimentos, no final do século XX, traz nova luz sobre a situação do ser humano no universo. Os progressos concomitantes da cosmologia, das ciências da Terra, da ecologia, da biologia, da pré-história, nos anos 60-70, modificaram as idéias sobre o Universo, a Terra, a Vida e sobre o próprio Homem. Mas estas contribuições permanecem ainda desunidas. O humano continua esquartejado, par tido como pedaços de um quebra-cabeça ao qual falta uma peça. Aqui se apresenta um problema epistemológico: é impossível conceber a unidade complexa do ser humano pelo pensamento disjuntivo, que concebe nossa humanidade de maneira insular, fora do cosmos que a rodeia, da matéria física e do espírito do qual somos constituídos, bem como pelo pensamento redutor, que restringe a unidade humana a um substrato puramente bioanatômico. As ciências humanas são elas próprias fragmentadas e compartimentadas. Assim, a complexidade humana torna-se invisível e o homem desvanece “como um rastro na areia”. Além disso, o novo saber, por não ter sido religado, não é assimilado nem integrado. Paradoxalmente assiste-se ao agravamento da ignorância do todo, enquanto avança o conhecimento das partes (MORIN, 2000b, p. 47-48)

pelo que possuímos: a vida, o sexo, a cultura. Somos autônomos, mas também dependentes – essas duas instâncias são inseparáveis.

Trata-se, ao mesmo tempo, de considerar em toda a sua complexidade um ser que não se reduz às relações de produção, nem às relações econômicas, mas que é simultaneamente biológico, social, econômico, mitológico (MORIN, 2005a). Não se trata de considerá-lo principalmente em suas atividades prosaicas, mas também em suas atividades poéticas – a festa, o jogo a dança, a alegria, o amor, o êxtase. Trata-se enfim e, sobretudo, de acabar com o pobre mito unilateral do *homo sapiens* e considerar a complexidade indissociável do *homo sapiens demens*, que não se manifesta unicamente nos seus frenesim, desregramentos e divagações, mas se expressa também nos fantasmas, imaginações e exaltações e pode desviar suas energias no jogo, no esporte, na aventura (MORIN, 2011, p. 48). Para Morin, é esta antropologia complexa, que acolhe as múltiplas dimensões do humano que deve ser inserida na política, que no atual momento histórico e civilizatório deve se orientar acima de tudo para a “qualidade da vida”.

Por outro lado, voltando-se para a complexidade do real, Morin apela para a necessidade de se atentar para a incerteza, para o caos, para o aleatório, distanciando-se da visão tradicional que pressupõe a linearidade e a estabilidade. “É preciso saber, igualmente, que nada pode ser obtido de forma segura na civilização, que há tanto o risco de regressão como a chance de progresso” (MORIN, 2011, p. 49). Valendo-se do conceito de ecologia da ação<sup>3</sup>, o autor afirma que uma ação pode fugir às intenções de seu iniciador porque penetra nos jogos de inter-retroações do meio social. E a isso é preciso associar a incerteza ética: “Se meios vis corrompem finalidades nobres, pode ocorrer que, em virtude da ecologia da ação, finalidades vis retornem contra seus autores, bem como pode ocorrer que finalidades nobres sejam canalizadas como meios para finalidades vis” (MORIN, 2011, p.49). Dadas estas colocações, como não pensar nas profundas contradições do próprio socialismo que ao se colocar como uma solução para os problemas capitalistas agiu, por vezes, pior do que este na opressão dos operários. Da mesma forma, como não pensar nas profundas mazelas provocadas pela busca incessante do desenvolvimento técnico, científico e industrial, que

---

<sup>3</sup> A ecologia da ação pressupõe, em suma, a consideração da complexidade, o aleatório, o acaso, o inesperado, o imprevisto, a consciência de derivas e transformações [...] Tão logo um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra em um universo de interações e é finalmente o meio ambiente que se apossa dela, em sentido que pode contrariar a intenção inicial. Frequentemente a ação volta como um bumerangue sobre nossa cabeça. Isto nos obriga a seguir a ação, a tentar corrigi-la — se ainda houver tempo — e, às vezes, a torpedeá-la, como fazem os responsáveis da Nasa, quando explodem um foguete que se desvia de sua trajetória (MORIN, 2000b, p. 87).

tendo o propósito de libertação humana diante das adversidades do mundo, na contemporaneidade, se reverte como uma ameaça à humanidade.

Desta forma, para Morin (2002, 2011), a possibilidade antropológica e sociológica do progresso aponta para novas possibilidades de desenvolvimento, mas “sem certezas científicas” e nem “promessas históricas”, porque admite a condição humana diante de sua própria complexidade e diante da complexidade do mundo. E aí surge o grande imperativo: restabelecer nossa concepção de progresso que, tendo sido pautada principalmente no quantitativo, deve agora se encaminhar para o qualitativo. “A mudança na concepção moderna de progresso não significa o abandono do progresso, mas o reconhecimento de seu caráter incerto e frágil. A renúncia ao melhor dos mundos não é de forma alguma a renúncia a um mundo melhor” (MORIN, 2011, p.50). Tal colocação nos parece também pressupor um distanciamento da perspectiva polarizada e reducionista do tipo tudo ou nada (capitalismo ou socialismo).

Esta refundação antropológica, no entanto, é inseparável de uma refundação filosófico-científica que reinsere o humano em seu planeta e seu planeta no universo, isto é, de uma “refundação antro-po-planetária” (MORIN, 2002, 2005a; 2011). Aqui, Morin atenta para a necessidade de considerarmos a Terra, a morada comum de todos os seres humanos, como nossa pátria, como uma comunidade que une a todos por problemas comuns de vida e morte. A conscientização dessa identidade terrena soma-se à conscientização dos problemas globais e fundamentais que surgem para toda humanidade. E argumenta: “A consequência antropológica é evidente: Trata-se de abandonar o sonho prometeico do controle do universo pela aspiração à convivialidade na Terra” (MORIN, 2011, p.51-52).

Reintroduzir o humano no planeta significa então, reintroduzi-lo na vida da qual ele se originou, da qual faz parte, que o nutre, e reintroduzi-lo no seu destino concreto, inseparável da biosfera, dada a relação autonomia/dependência entre homem e natureza. É integrar a consciência ecológica na política, e isto de maneira cada vez mais vital, uma vez que a destruição da natureza significa nossa própria destruição.

A antropolítica, edificando-se assim, sobre uma refundação antropológica (que considera a complexidade do homem e da vida) e sobre um pensamento planetário e, tendo como principal ambição restabelecer as responsabilidades e o papel do indivíduo perante a sociedade e perante o planeta como um todo, deve se pautar num novo caminho, numa nova via, através da qual um mundo melhor poderá começar a ser construído. Desta vez, não com base numa unidade do saber, mas numa pluralidade de possibilidades, numa

pluralidade de vias que, ao emergirem como um *feedback* negativo da atual globalização, trazem informações valiosas.

É neste sentido que este eminente pensador afirma que o fim do socialismo, que representava um programa pelo qual o capitalismo e com ele todas as mazelas do mundo seriam combatidos, representa um ganho, pois é o fim de uma ilusão (MORIN, 2002, 2011). Em situação de incerteza e complexidade o programa (sequencia de atos fixados *a priori* e não modificáveis) deve ser substituído pela estratégia e pelo desafio. O programa (o socialismo) deverá então, na proposta da antropolítica ser substituído por vias, por múltiplas possibilidades, dispersas, fragmentadas, mas que representam o potencial antropológico de “boas vontades” que nunca deixaram de existir dentro de cada indivíduo, região ou nação. No entanto, as finalidades do socialismo – a luta contra as barbáries de dominação e exploração e a ambição de fazer da Terra a grande pátria humana, devem ser retomadas, o que deve mudar são os seus termos (MORIN, 2011, p. 55).

Assim, dentro de uma perspectiva complexa, dentro da proposta de uma antropolítica, este novo pensamento planetário, que prolonga o internacionalismo, deve, para Morin (2002, 2011), romper com dois de seus aspectos capitais que, como já buscamos evidenciar em outras passagens, contribuíram para o enfraquecimento do socialismo: o universalismo abstrato (“os proletariados não têm pátria”) e o revolucionarismo abstrato (“façamos tabula rasa ao passado”) (MORIN, 2002, p.123).

Ao invés do revolucionarismo abstrato surge a noção de metamorfose, que, muito mais rica que a ideia de revolução, guarda sua radicalidade transformadora, mas liga-a à conservação (da vida, da história, das culturas, dos saberes). Radicalmente diferente da revolução da tabua rasa, pensada pelo socialismo, e da conservação sem mudança – uma metamorfose<sup>4</sup> traz em si a conservação do mesmo na sua transformação em outro (MORIN, 2002; 2005a; 2011).

---

<sup>4</sup> Num capítulo de “A minha esquerda” (2011), intitulado “O elogio da metamorfose”, Morin esclarece a importância deste conceito dentro da perspectiva complexa: “Quando um sistema não é mais capaz de tratar seus problemas vitais, ou ele se degrada, se desintegra (princípio da termodinâmica), ou produz um metassistema mais rico, capaz de tratar seus problemas: ele se metamorfoseia ou regenera. Citando um exemplo de metamorfose no reino animal, afirma: “a lagarta que se enclausura em uma crisálida começa um processo simultâneo de autodestruição e de autorreconstrução e, seguindo uma organização, adquire a forma de uma borboleta que é diferente da lagarta, mas ao mesmo tempo permanece a mesma” (MORIN, 2011, p. 259). Vale ressaltar que o sentido atribuído aqui à metamorfose equivale à “regeneração”, termo muito utilizado nas obras de Morin e que entendemos seja necessário uma tentativa de esclarecimento. Como o próprio Morin esclarece numa entrevista concedida no ano de 2000 ao programa Roda Viva, o termo regeneração adquire importância em sua obra a partir do momento em que ele começa a pesquisar sobre o significado da morte. Assim, em termos biológicos, sendo a morte a desintegração total de um sistema incapaz de se regenerar e, a vida, uma luta incessante contra esta desintegração (valendo-se da morte de suas células

Ao concebermos a ideia de metamorfose entendemos que ao contrário do que supunha o socialismo, o capitalismo não poderá ser totalmente aniquilado, uma vez que já faz parte da tessitura do planeta (MORIN, 2005a, 229). Contudo, ele poderá ser controlado, e sua área de influência, gradativamente reduzida se passarmos a considerar a possibilidade da coexistência de uma pluralidade de alternativas que se impõe como reação ao seu domínio.

No que pese ao universalismo abstrato, a ideia é que não podemos mais opor o universal às pátrias (a exemplo da ocidentalização do mundo), mas respeitar nossas pátrias – familiares, regionais, nacionais – como constituintes de uma unidade que é múltipla, que é diversa (MORIN, 2002; 2011). Da mesma forma, não se pode mais opor um futuro radioso a um passado de servidões e superstições (a exemplo da superioridade do científico ao mitológico, à crença, às sabedorias locais), isto porque, todas as culturas têm suas virtudes, experiências, sabedorias, e ao mesmo tempo, suas carências e ignorâncias. A diversidade humana é o tesouro da unidade humana que, por sua vez, é o tesouro da diversidade humana (MORIN, 2002, 2005a, 2007, 2011).

Nestes termos, da mesma forma que é necessário estabelecer uma comunicação viva entre passado, presente e futuro, é necessário estabelecer também uma comunicação viva e permanente entre singularidades culturais, étnicas, nacionais e o universo concreto de uma humanidade que pertence a todos (MORIN, 2011). Obviamente essa comunicação não se dará sem nenhuma interferência, sem nenhum combate, mas é justamente neste combate e nesta abertura ao diferente que temos a chance de refletir sobre nossas ideias, crenças e aspirações, reduzindo assim o poder que estas exercem sobre nós. Como já explicitado anteriormente, a racionalidade que não se renova, que não dialoga com o mundo empírico, que não busca uma incessante autocrítica, se transforma em racionalização e é aí que nos tornamos reféns de nossas próprias razões.

Então, como explicita Morin (2011, p.57) uma política regenerada deve ter por finalidade neste prelúdio de século:

- salvar o planeta ameaçado por nosso desenvolvimento técnico/econômico e nosso subdesenvolvimento moral e mental;
- regular e controlar os processos desencadeados;
- repensar o desenvolvimento humano em termos adequados e, neste caminho:

---

para se regenerar) - a regeneração adquire uma importância muito grande em todos os campos ( na sociedade, no amor, no conhecimento), pois indica que tudo o que não se regenera morre, se degrada, se desintegra.

-repensar, instaurar, restaurar, regenerar a democracia – para Morin (2002), é cada vez mais urgente propor modelos de uma democracia participativa, principalmente em escalas locais, favorecer um despertar cidadão, que é em si mesmo, inseparável de uma regeneração no pensamento.

Neste sentido, vale a pena remetermo-nos para um pensamento desenvolvido em *O método 5: a humanidade da humanidade* (MORIN, 2005a), quando o autor, ao se referir à primeira globalização, à globalização hegemônica<sup>5</sup>, afirma que paralelamente a esta foi sendo acrescentado progressivamente uma segunda globalização. Esta, complementar e, principalmente, antagônica à primeira tem início com as ideias universalistas do humanismo europeu e se atualiza na mundialização do humanismo, dos direitos humanos, dos princípios da liberdade – igualdade – fraternidade, da ideia de democracia e da solidariedade humana. Tendo estes ideais sido desenvolvidos *a priori* dentro do ocidente e para o ocidente, eles são ampliados ao horizonte do mundo pelos socialistas internacionalistas. E, a despeito do enfraquecimento das internacionais socialistas, de uma forma inusitada, ganham força novamente a partir dos anos 60 (MORIN, 2005a, p. 232).

Desta feita, estes ideais se manifestam através de uma diversidade de contracorrentes<sup>6</sup> que emergem como reação às correntes dominantes e que como bem expresso por Morin (2011), representam hoje o potencial de “boas vontades”, ou como podemos inferir, representam hoje o que ele chama de uma reintrodução do sujeito na política.

Assim, é esta abundância de iniciativas locais que surgem por todos os continentes, no sentido de regeneração econômica, social, política, cognitiva, educacional, ética, ou de reforma de vida, que hoje faz renascer os ideais humanitários, dos direitos humanos, da democracia, da solidariedade. Desta forma, tendo começado a se reunir, enfrentando o círculo vicioso, que se mantém e faz crescer seus componentes através do fortalecimento de uns pelos outros,

da agricultura intensiva, da rentabilidade forçada, da degradação da qualidade dos alimentos e da vida, da homogeneização dos gêneros da vida,

<sup>5</sup> Para Morin, o desenvolvimento da era planetária ou da globalização, tem início, ao contrário do que se possa imaginar (uma vez que quando falamos de globalização geralmente nos referimos à abertura econômica iniciada na década de 80 do século XX) no começo do século XVI, com o desenvolvimento impetuoso de algumas nações da Europa ocidental que se lançam à conquista do globo e colocaram em comunicação os cinco continentes. Assim, o ocidente tendo ao longo de séculos de colonização exercido seu domínio nos âmbitos militar e político, exerce, sobretudo, a dominação econômica, a partir de 1989 com a abertura da URSS, da China e de seus satélites ao capitalismo privado e ao mercado internacional (MORIN, 2005a, p. 226-227-228).

<sup>6</sup> Abordaremos algumas destas contracorrentes de forma mais detalhada na seção “Ecologia das Produtividades”.

da degradação dos meios naturais, urbanos, da biosfera, da sociosfera, da diversidade biológica, cultural, da redução da política ao econômico, da precarização do trabalho, da destruição das proteções sociais, da perda de visão dos problemas fundamentais e globais (que na maioria agora coincidem) (MORIN, 2005a, p. 233).

O novo círculo virtuoso, representado por estas contracorrentes – da agricultura racional, da busca do bem-estar e não do ter mais, da qualidade e não da quantidade, a vontade de proteger a diversidade biológica e cultural etc., cedo ou tarde, deverá convergir no fortalecimento de umas pelas outras para a formação de começos de transformação (p.234).

Desta forma, podemos inferir que é este “novo círculo virtuoso” que poderá fazer emergir uma democracia plena, ou nos termos de Santos (2007a) uma “democracia de alta intensidade” que, ao emergir localmente, através de múltiplas contracorrentes aos domínios hegemônicos, traz em seu âmago novos significados, novas concepções, que poderão, através de um embate, de uma coalizão com os pressupostos hegemônicos suscitar pequenas rachaduras nas estruturas vigentes. Ou ainda, como já buscamos ressaltar aqui, é este novo círculo virtuoso que poderá promover um diálogo necessário para que não sejamos sufocados e dominados por uma razão petrificada, transformada em racionalização. Da mesma forma, entendemos que este processo é interdependente, é produto e produtor de uma antropolítica (MORIN, 2002, 2011) e ou de uma democracia de alta intensidade (SANTOS 2007a).

É neste ponto que entendemos que a proposta de convergência das contracorrentes (MORIN, 2005a; 2002; 2011), embora, num primeiro momento, possa parecer um tanto destoante da perspectiva complexa, pode fazer sentido, à medida que estas trazem para a realidade um vasto campo de possibilidades, de debates, de coalizões. Assim, mesmo que haja embates inconciliáveis entre, por exemplo, distintas alternativas econômicas – cooperativismo, empresas sociais, organizações da sociedade civil multiformes, empresas de co-gestão, etc., estes embates acabam por produzir novos sentidos, novos significados, novos discursos, fundamentais para a ampliação do debate político e para a revitalização do pensamento.

Um pensamento, uma política regenerada, enfim – ao se desfazer das ideias reducionistas que conformam o pensamento hegemônico poderá abrir vias. A via econômica seria a via plural, que permitiria controlar e diminuir a influência da ditadura do mercado mundial. A via social seria a via de uma diminuição das desigualdades, da desburocratização, do resgate da responsabilidade que se fragmentou e se perdeu na complexificação da

sociedade moderna (principalmente através da burocracia e da tecnocracia). A via pedagógica seria a via de uma reforma cognitiva, que permitiria religar conhecimentos, mais do que nunca fragmentados e separados. A via existencial seria a via de uma reforma de vida, em que os bens mais preciosos seriam os afetivos (MORIN, 2011).

Contudo, uma questão que se apresenta de relevante importância para o nosso debate e não parece ser bem tratada dentro da proposta de Morin, é a assimetria de forças entre estas alternativas e o pensamento hegemônico. Como podemos perceber, o autor parece apostar numa convergência destas alternativas que, na assimilação de umas pelas outras, podem, através de um empoderamento comunitário, resultar em rupturas significativas. Todavia, há que se atentar, principalmente no tocante às alternativas econômicas, para o risco de estas pequenas iniciativas serem cooptadas pelo capitalismo, que tende a não dar espaço para iniciativas que possam ser vistas como ameaças. A questão que se coloca é: como conseguir ultrapassar o plano marginal e enfrentar a fúria do grande capital?

É neste ponto que consideramos de extrema importância a construção de modelos econômicos alternativos factíveis, isto é, que trazendo em seu bojo novas propostas de sociabilidade, novas concepções de bem viver e etc., possam também conferir a possibilidade de inclusão econômico/social de camadas da população que estão à margem do sistema. Da mesma forma, é no fortalecimento destas iniciativas, na ampliação de suas escalas de abrangência, que entendemos, poderá de fato haver começos de transformação e ou metamorfoses.

Assim, findamos nossa explanação sobre o pensamento complexo de Morin, com uma evidência que o próprio pensamento complexo nos apresenta – o de que não há certezas neste caminho, mas possibilidades, ricas possibilidades, que devem ser estudadas, incentivadas, repertoriadas, incluídas no debate político, acadêmico, etc., para que, gradualmente, possam passar de experiências marginais para experiências com potenciais de transformação.

### 2.3.1 A Sociologia das Ausências e das Emergências de Boaventura Sousa Santos

Conectaremos agora, ao pensamento de Morin, algumas contribuições de Boaventura de Sousa Santos que, ao partir também de uma crítica à racionalidade moderna nos apresenta uma perspectiva muito próxima a do primeiro. Santos (2002; 2007a; 2007b) defende, em outros termos, que a ciência moderna se pautou sobre uma razão indolente, uma razão preguiçosa, que se manifesta principalmente através da “razão metonímica” e da “razão

proléptica”.<sup>7</sup> A razão metonímica, ao tomar a parte pelo todo, apresenta um conceito restrito de totalidade, construído por partes homogêneas. Ao se pautar numa racionalidade monocultural, torna ausente e desperdiça muita diversidade, muita experiência, e por isso, contrai, diminui, subtrai o presente porque deixa fora muita realidade, que se torna invisível à realidade hegemônica do mundo.

Por outro lado, a razão proléptica, derivada de uma crença na linearidade da história, vê o futuro apenas como mais daquilo que já temos – mais progresso econômico, mais desenvolvimento técnico e científico, e por isso, expande demais o futuro, o futuro é infinito. Assim, o autor propõe uma estratégia oposta: expandir o presente e contrair o futuro. Ampliar o presente para incluir nele mais experiências e contrair o futuro para prepará-lo (SANTOS, 2007a).

Neste caminho, o autor se vale, de forma muito similar à Morin, da diversidade de saberes, práticas e experiências ignoradas pelo pensamento dominante e que ele intitula de “a epistemologia do Sul”. Para Santos, a nova epistemologia deve se pautar principalmente na experiência daqueles que se encontram à margem do sistema – o que significa dizer que além do Sul geográfico, devemos considerar o Sul que existe em cada continente, estado ou nação, o Sul dos excluídos, daqueles que sofrem as mazelas das contradições da ordem dominante, e que através de suas experiências e possibilidades produzem novas concepções de vida, reagindo ao que lhes oprime. É a partir desta “epistemologia do Sul” que o autor constrói a sociologia das ausências. Assim, a principal contribuição da sociologia das ausências é demonstrar que a compreensão do mundo excede largamente à compreensão ocidental do mundo. Por outro lado, como afirma Santos (2007b, p.21), quanto mais compreensões não ocidentais forem identificadas, mais possibilidade de captação da diversidade.

Assim, para contrapor a razão metonímica o autor propõe uma Sociologia das Ausências – um procedimento transgressivo, uma forma de sociologia insurgente que tem por objetivo confrontar o pensamento hegemônico, trazendo para a realidade, muito mais experiência, diversidade e conhecimentos há tempos desperdiçados pelo pensamento reducionista, nos permitindo então enxergar para além do que existe.

---

<sup>7</sup> metonímia e prolepse são figuras literárias das quais o autor se apropria para explicar a racionalidade subjacente à ciência moderna. A primeira é uma figura da teoria literária e da retórica que significa tomar a parte pelo todo. A segunda é bastante encontrada nos romances, nos quais o narrador sugere claramente a ideia de que conhece bem o fim mas não vai contá-lo - como explica Santos (2007), é conhecer no presente a história futura.

A primeira forma de produção de ausência é a monocultura do saber e do rigor (apenas o conhecimento científico tem valor); a segunda monocultura é a do tempo linear (o progresso econômico, a modernização, o desenvolvimento, e agora, a globalização, são os únicos conceitos credíveis para se pensar o futuro e, portanto, todos os países que estão assimétricos com esta realidade são considerados atrasados e residuais); a terceira é a da naturalização das diferenças (que ocultam hierarquias, das quais a classificação étnica, racial, sexual são as mais persistentes); a quarta é a monocultura da escala dominante (a realidade local e particular não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global, universal); e a última monocultura é a monocultura do produtivismo capitalista (é a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, e tudo o mais não conta).

Essa falta, essa ausência, é um desperdício da experiência, e para que se possa reverter essa situação tem-se de fazer com que o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem e são invisíveis e não críveis, estejam disponíveis (SANTOS, 2007a). A maneira pela qual procede a Sociologia das Ausências é substituir as monoculturas pela ecologia. A ecologia dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades.

A partir de uma ecologia dos saberes, o saber científico passa então a dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginalizadas, com o saber camponês. Como ressalta Santos (2007a, p. 33), isso não significa que tudo vale o mesmo, mas significa que não se pode mais construir hierarquias abstratas. É possível e necessário compreender como cada forma de conhecimento interfere na realidade e como cada conhecimento pode ser aproveitado.

Da mesma forma, a ecologia das temporalidades, permitiria, além da consideração da existência de um tempo linear, a possibilidade de reconhecer outras formas de vivenciar o tempo – isso implica basicamente em não considerar como atrasado, residual, aqueles que não vivenciam a mesma cultura progressista. É ampliar a contemporaneidade, incluindo novas formas de viver e conceber o tempo e a vida.

A ecologia do reconhecimento, por sua vez, permitiria a “descolonização” das mentes, de modo que as diferenças sejam percebidas e consideradas destituídas de hierarquia. O que é diferente não é inferior. O homem e a mulher, o europeu e o latino, o branco e o índio, enfim, seriam diferentes, distintos, apenas depois que as hierarquias fossem descartadas.

A ecologia da transescala permitiria a possibilidade de articular em nossos projetos, as escalas locais, nacionais e globais – dizendo de outro modo, é considerar os fenômenos, as iniciativas, as possibilidades e alternativas que emergem, muitas vezes de forma particular, localizada, regional, mas que, por partirem de uma outra racionalidade podem representar um controle da influência capitalista.

Por fim, no domínio da lógica produtivista há a ecologia das produtividades, que de certa forma, abarca todas as demais ecologias, uma vez que o sistema produtivo não está apartado das dimensões culturais, sociais, temporais. Aqui, a Sociologia das Ausências se traduz na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária e etc., que a ortodoxia capitalista ocultou e desacreditou e que também são potenciais alternativas à racionalidade capitalista (SANTOS, 2007a, p.36). Da mesma forma, podemos conectar a este domínio os diversos movimentos sociais pelo acesso à terra e contra os grandes latifúndios e megaprojetos de desenvolvimento, movimentos urbanos pelo direito a moradia, movimentos econômicos populares, movimentos pela sustentabilidade ecológicas, dentre outros (SANTOS, 2007a).

Assim, se para enfrentar a razão metonímica, Santos (2007a) propõe a Sociologia das Ausências, que por sua vez, postula a necessidade de substituição do pensamento monocultural por um pensamento ecológico; para enfrentar a razão proléptica – aquela que expande demais o futuro, o autor propõe a Sociologia das Emergências, que implica justamente em perceber os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais de futuro. A Sociologia das Emergências vai buscar numa ecologia de saberes, de práticas, e de sociabilidade, as possibilidades de emergências que poderão contrair o futuro, isto é, que permitirão outra concepção de futuro, não de um sentido único da História, mas de um futuro cheio de possibilidades e alternativas – a Sociologia das Emergências nos permite enfim, a abertura a novas possibilidades.

Contudo, e este é um aspecto essencial do paradigma da complexidade, não é possível prever, estabelecer uma teoria geral, uma epistemologia geral, não é possível conceber uma receita ou um programa para este novo mundo.

Não se trata do conceito do socialismo científico: é uma outra ideia muito mais aberta. Tampouco é a ideia de Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”. Rosa abriu a proposta de Marx, ou seja: a possibilidade do socialismo não é a única, há a possibilidade da barbárie e é preciso lutar para que uma delas seja a que se realize. Nós estamos ainda mais abertos: hoje dizemos que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades (SANTOS, 2007a, p.38)

Deste modo, esta abertura à diversidade produzirá uma enorme quantidade de realidade que não existia antes, e por isso, ainda mais fragmentada e mais caótica do que a realidade presente, o que implica, segundo Santos (2007a), a necessidade de criar inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade, através de um processo de tradução, que ao revés da tradução linguística, implica em traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros; “é buscar inteligibilidade sem canibalização, sem homogeneização” (SANTOS, 2007a, p. 38).

Dizendo de outro modo, é buscar compreender o que há de comum entre os diversos movimentos sociais, entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre este último e um movimento urbano ou camponês; é compreender as distinções e semelhanças para que se possa criar inteligibilidade sem destruir a diversidade, isto porque, há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa (SANTOS, 2007a). “Este é o princípio fundamental da epistemologia que lhes proponho e que chamo Epistemologia do Sul, que se baseia nesta ideia central: não há justiça social global sem justiça cognitiva global, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007a, p.40; 2007b, p.19-20).

Neste sentido, podemos dizer que a principal contribuição do pensamento de Edgar Morin e de Boaventura de Sousa Santos para este trabalho é a necessária abertura à diversidade, às dimensões esquecidas pelo pensamento ocidental, as quais poderão, se identificadas, ampliar as possibilidades de produção, de sociabilidade, de bem viver. Ademais, este processo, para ambos os autores, parece ser interdependente da ampliação da democracia – se abrir à diversidade é permitir a participação, o debate, a contraposição – é por fim, reconhecer a dialógica que move a sociedade.

Esta é, pois, a principal contribuição deste capítulo para este trabalho de pesquisa – a importância, a necessidade, de buscarmos novas concepções de progresso, desenvolvimento e bem viver, que vá à contramão do desenvolvimento unicamente economicista, progressista, individualista. A importância de reconhecermos a multiplicidade de movimentos sociais alternativos que emergem por todo o mundo com propostas singulares, anticapitalistas, antidesenvolvimentistas. Repertoriá-los, estudá-los, e buscar compreender a riqueza destas novas experiências, que se examinadas, consideradas, e inseridas no contexto da discussão acadêmica, poderão contribuir para uma ciência social e organizacional, mais afeitas à complexidade da contemporaneidade.

É com base nestes argumentos, que no próximo capítulo delinearemos os pressupostos de uma nova racionalidade econômica e social – a Economia Solidária.

Buscando compreender as diferentes perspectivas desta concepção econômica e seus principais desafios frente às adversidades de um contexto dominado pela lógica utilitarista capitalista.

Contudo, antes de adentrarmos nos fundamentos e desafios da Economia Solidária, onde evidenciaremos a perspectiva de economia plural que esta suscita; as origens de sua emergência nos países do Sul e do Norte, bem como as visões ao mesmo tempo complementares e antagônicas de dois renomados autores da Economia Solidária no Brasil – Paul Singer e Euclides Mance, nos valeremos mais uma vez das contribuições que Boaventura de Sousa Santos que, em sua obra *Produzir para viver* nos apresenta diversas formas existentes de produção alternativa, consubstanciadas numa “ecologia das produtividades”, tratada ainda nesta seção.

Além das três principais vertentes de alternativas de produção e sociabilidade elencadas por Santos e Rodríguez (2002), exporemos também algumas teses formuladas pelos autores a partir de diversas pesquisas realizadas em empreendimentos alternativos em diversas partes do mundo. Estas teses nos trazem algumas observações importantes no tocante ao desenvolvimento e consolidação destas iniciativas – que como já salientamos ao findar a explanação do pensamento moriniano – precisam, segundo nosso entendimento, ganhar força diante do contexto capitalista para que possam se tornar de fato, potencialmente transformadoras.

Desta forma, o texto que segue, nos servirá como uma transição do amplo pensamento complexo trabalhado aqui para o discurso da Economia Solidária. Através da ecologia das produtividades, buscaremos repertoriar a multiplicidade de contracorrentes produtivistas e situar a Economia Solidária neste contexto.

### 2.3.2 A Ecologia das Produtividades – Do Pensamento Complexo às Alternativas de produção.

Ao desenhar um mapa de alternativas de produção, Santos e Rodríguez (2002) apontam para três principais vertentes. A tradição cooperativa, cujos pressupostos, permeiam os princípios da Economia Solidária; as economias populares e o desenvolvimento alternativo na periferia e na semiperiferia; e os movimentos que buscam uma alternativa ao desenvolvimento. Todas estas contracorrentes emergem num contexto de crise profunda do modelo hegemônico ou, como argumentamos anteriormente, emergem como um *feedback*

negativo ao processo de globalização hegemônica, sinalizando, pois, a necessidade de regeneração.

No que pese à tradição cooperativa, Santos e Rodríguez (2002) afirmam que existem quatro razões fundamentais relacionadas às condições econômicas e políticas contemporâneas que tornam a promoção das cooperativas uma alternativa de produção emancipadora. (1) dada a comprovada inviabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo operam numa economia de mercado; (2) dadas suas características estruturais – em que os próprios proprietários participam do processo produtivo, as cooperativas estão mais aptas a competir em um ambiente instável do mercado contemporâneo; (3) como a característica essencial das cooperativas de trabalhadores é que estes são proprietários, sua difusão tem efeito igualitário e direto sobre a distribuição da propriedade na economia; (4) as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, quando ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso estendem o princípio da cidadania à gestão das empresas. “Esta ampliação da democracia tem efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico por outro”. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.37).

Em relação às economias populares e o desenvolvimento alternativo, Santos e Rodríguez (2002) afirmam que, embora haja um esforço de construção teórica sobre o tema, uma tentativa de salientar os componentes teóricos básicos do desenvolvimento alternativo, não se pode aqui, fazer perder de vista a importância da análise empírica, uma vez que estas alternativas, como citadas por Milton Santos (2010) no primeiro capítulo, emergem de baixo para cima, do contexto real, do local, e das possibilidades reais destas pessoas.

De toda a forma é possível repertoriar alguns pressupostos gerais que retratam estas iniciativas. Elas inspiram-se nos valores da igualdade e da cidadania, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e usufruto dos resultados do desenvolvimento. Neste sentido, a iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser uma competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil. A teoria que vem sendo formulada desde a década de 1970, por críticos que questionam o modelo de desenvolvimento vigente propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas que procuram

seguir em frente (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). As iniciativas econômicas que cabem dentro desta caracterização são muito variadas. Dentre as linhas fundamentais destacam-se: (1) os movimentos sociais, ONGs, comunidades e setores governamentais que continuam a promover formas associativas de produção, bem como o acesso das classes populares a bens e serviços básicos. (2) o movimento ecologista, e suas propostas de desenvolvimento sustentável que desde 1980 tem tomado visibilidade. (3) o movimento feminista, cuja crítica à sociedade patriarcal tem tomado visibilidade no desenvolvimento alternativo. (4) o microcrédito, cujo objetivo principal é facilitar o acesso de famílias pobres a pequenas quantias que lhes permitam empreenderem ou sustentarem atividades econômicas produtivas. E (5) os movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, que reivindicam a ação direta, legal ou ilegal, para promover o acesso das classes subalternas a recursos como a terra e a habitação, que permitam a estas empreenderem atividades de produção alternativas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Em relação às alternativas ao desenvolvimento, suas origens estão próximas do desenvolvimento alternativo, contudo, ao contrário desta última, que propõe modificações e limites ao crescimento, mas não põe em causa a própria ideia de crescimento econômico – as propostas alternativas ao desenvolvimento radicalizam a crítica à noção de crescimento e, por conseguinte, exploram alternativas pós-desenvolvimentistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p, 54). Para esta corrente, o desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da ideia de desenvolvimento como crescimento, como incremento. As atividades econômicas podem, neste sentido, desenvolver-se sem crescer. Do ponto de vista pós-desenvolvimentista, é necessário formular, contra o paradigma capitalista, um paradigma ecossocialista cosmopolita, que privilegie a democracia, a ecologia socialista, o antriprodutivismo e a diversidade cultural.

Apesar da proeminência destas alternativas elas se apresentam ainda muito esparsas e frágeis diante de um contexto dominado pela lógica capitalista. Por isso, como esforço de estabelecer alguns aspectos críticos no processo de consolidação destes empreendimentos, Santos e Rodríguez (2002) enumeram nove teses, que retratam temas comuns tratados em estudos de casos diversos em diferentes contextos sociais e, portanto, significativas para a análise que buscamos empreender aqui.

Tese 1. As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos.

Tese 2. O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo. Para vencer sua fragilidade característica, a solução mais adequada é a integração das iniciativas por redes compostas por outras iniciativas similares e por entidades diversas.

Tese 3. As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado – a primeira para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar os recursos do Estado a favor dos setores populares. A segunda, para manter a sua integridade, não depender das flutuações do ciclo político e continuar a formular alternativas ao *status quo*.

Tese 4. As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala. Contra o localismo, Santos e Rodriguez (2002) propõem alternativas capazes de atuar em diferentes escalas, desde o local até o global, passando pela regional e pela nacional.

Tese 5. A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda. “O objetivo é estender o campo de ação da democracia do campo político para o econômico e apagar, desta forma, a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram” (SANTOS; RODRÍGUES, 2002, p. 69).

Tese 6. Existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. As lutas pela produção não capitalista fazem parte das lutas contra todas as formas de opressão – o patriarcado, a exploração, o racismo, etc.

Tese 7. As formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção. Na busca de alternativas à produção capitalista, a contribuição de culturas minoritárias ou híbridas, marginalizadas pela hegemonia do capitalismo com a ciência moderna é fundamental – existem formas de encarar/ver o mundo que estabelecem uma relação radicalmente diferente da capitalista/moderna entre seres humanos e natureza, entre produção e consumo, entre trabalho e tempo livre, entre o uso e o lucro e entre o desenvolvimento e o crescimento (SANTOS, 2007a).

Tese 8. Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos. “Se o único critério de avaliação do êxito das alternativas não capitalistas é a transformação radical da sociedade no curto prazo, mediante a substituição do capitalismo por um novo sistema de produção, então nenhuma das alternativas que temos discutido vale a pena (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 72).

Tese 9. As alternativas de produção devem entrar em relação de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade, em esferas como o comércio (

iniciativas de *fair trade*), o investimento (o respeito à normas éticas por parte de investidores estrangeiros em países do Sul), etc. “Na nossa opinião, esta relação de sinergia entre propostas econômicas alternativas é fundamental para a sobrevivência e a expansão das alternativas de produção” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 74).

### **CAPÍTULO 3**

#### **A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Conforme já evidenciado nos capítulos anteriores, as décadas de 1980 e 1990, de forma particular trouxe à tona a polarização entre ricos e pobres, além da ampliação do contingente de indigentes e miseráveis ao redor do mundo. Diante deste cenário a busca por alternativas ao modelo produtivo dominante é cada vez mais frequente e assume diferentes nomenclaturas e posicionamentos, como já referido na ecologia das produtividades proposta por Santos (2002).

Embora tendo origens diferentes, e muitas vezes até combatentes, essas alternativas podem ser entendidas como um processo de globalização contra-hegemônico, conforme vimos tratando ao longo do trabalho, isso porque, partem de novas concepções de produção, de sociabilidade, de sociedade, sendo pois, de alguma forma complementares, uma vez que cada uma dentro do seu domínio produz pequenas rachaduras, pequenos abalos, necessários para o a perturbação das estruturas vigentes.

Neste trabalho, analisaremos mais pormenorizadamente a tradição cooperativa, que vem sendo teoricamente contemplada por uma pluralidade de nomenclaturas e perspectivas, tais como: Economia Solidária, Empresa Social, Cooperativas Autogestionárias, Redes de Colaboração Solidária, entre outras (SANTOS; BORINELLI; 2010). Cada um desses modelos apresenta particularidades, mas mantém em comum os ideais de subordinação dos aspectos econômicos aos sociais, numa proposta de sociabilidade que ultrapassa o simples atendimento das necessidades materiais, adentrando na produção de significados e sentidos, sendo a compreensão desses ideais o principal foco da análise aqui empreendida, que se consubstancia em evidenciar os fundamentos da Economia Solidária como uma abordagem antropológica, como uma possibilidade de ressignificação do pensamento e da ação econômica em sociedade (FRANÇA FILHO, 2007).

De modo específico, vale adiantar que, sendo nosso objeto de análise uma cooperativa do Movimento dos trabalhadores sem terra - MST, tal estudo contemplará a Economia Solidária no seio de um movimento popular, uma outra vertente, segundo Santos e Rodríguez (2002), de formas de produção contra-hegemônica. Assim, a tradição cooperativa aqui, se confunde, soma-se, à economia popular e com o desenvolvimento alternativo na periferia e na semiperiferia do capital.

Neste capítulo, faremos uma breve explanação conceitual da Economia Solidária, evidenciando a possibilidade de mudança de paradigma embutida em sua proposta e

situando sua manifestação e evolução dentro do contexto societário nos países do Norte e do Sul. Depois, nos voltamos para as visões de Paul Singer e Euclides Mance, onde buscamos tratar a Economia Solidária como um campo em construção, evidenciando as problemáticas, os desafios e as diferentes perspectivas que atravessam o campo.

### 3.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA AÇÃO ECONÔMICA EM SOCIEDADE.

A compreensão da natureza singular das práticas de Economia Solidária supõe a desconstrução do difundido conceito de fato econômico que o associa à noção de mercado ou troca mercantil (FRANÇA FILHO, 2007; 2008). Esta visão de economia como sinônimo de mercado encontra respaldo numa definição formalista, conforme os termos de Polanyi (1980), segundo a qual a economia se traduz em todo o comportamento visando economizar recursos raros para fins alternativos, em que o indivíduo procede sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios numa decisão pensada como uma questão de escolha racional. Esta concepção de economia inerente à ciência social ocidental produz uma visão reducionista da natureza humana, cujo comportamento, conforme argumenta Guerreiro Ramos (1989, p.2), é reduzido a uma questão de escolha racional, como se fosse próprio da conduta e da ação humana proceder sempre a partir de um “cálculo utilitário das consequências”. Daí a argumentação de Guerreiro Ramos (1989) de que a ciência social estabelecida é fundamentada numa racionalidade instrumental<sup>8</sup>, evidentemente, atributo do mercado.

A visão substantiva, por outro lado, associa a ideia de economia a toda forma de produção e distribuição de riqueza – o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural. Na visão polanyiana, tendo a ação econômica, isto é, as formas de produzir e distribuir riquezas, variado historicamente nas diferentes culturas humanas, é possível reconhecer diferentes tipos de economia, o que o autor denomina de diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade.

Em *A Grande Transformação* Polanyi (1980) argumenta que todos os sistemas econômicos pelo menos até o fim do Feudalismo na Europa Ocidental foram

---

<sup>8</sup> Segundo a análise de Guerreiro Ramos, a Razão Instrumental é baseada no cálculo das consequências utilitárias de cada ato humano, determinada por expectativas de resultados, ou fins calculados. Por outro lado, a Razão Substantiva orienta o homem na ordenação de sua vida pessoal e social, eticamente em direção à autorrealização, independentemente de suas expectativas de sucesso (PAULA, 2007).

organizados a partir de combinações entre reciprocidade (relações familiares e de parentesco), domesticidade (produção para uso próprio) e redistribuição (relacionado à chefia e ao território), sendo todos, em certa medida, institucionalizados, porque se deram com base nas relações sociais, como “mera função da organização social”, ocorrendo de forma concomitante, sem ocuparem, um em relação ao outro, um lugar primordial (POLANYI, 1980, p. 69). Neste sentido, Polanyi deixa claro que a ação econômica estava embutida nas relações sociais e não o contrário como presenciamos na modernidade, onde as relações sociais parecem serem tecidas pela ação econômica.

Neste sentido, como forma de rearranjar os princípios elencados por Polanyi à modernidade, França Filho (2007, 2008), postula que a economia, no sentido plural, admite: a) uma economia mercantil, fundada no princípio do mercado autorregulado onde o que predomina é a impessoalidade e a equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; b) uma economia não mercantil, fundada no princípio da redistribuição e marcada pela relação verticalizada da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de redistribuí-los; e c) uma economia não monetária, fundada no princípio da reciprocidade, onde o que predomina é a perenização dos laços sociais.

Dessa forma, como salienta França Filho (2007, 2008), a Economia Solidária pode ser compreendida como uma articulação inédita entre essas três formas de economia. Isso porque, mesmo buscando sua efetividade na economia mercantil, essas iniciativas apresentam um forte apelo à liberdade ao fortalecem a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria, possibilitando dessa forma um empoderamento comunitário que pode refletir na esfera política e alterar gradativamente suas bases estruturais.

De toda a forma, como poderemos observar no próprio estudo de caso, este empoderamento comunitário, capaz de estabelecer uma aproximação com a esfera política parece estar relacionado também à articulação destes empreendimentos em redes de cooperação popular.

Ademais, o debate acerca do conceito e prática da Economia Solidária permite-nos também desconstruir alguns reducionismos de visão (FRANÇA FILHO, 2007, 2008; GAIGER, 2004, 2009), fundamentais para o discurso que vimos empreendendo ao longo do trabalho:

a) a redução da ideia de empresa a empresa mercantil – o que implica ampliar o conceito de empresa produtiva para além da norma capitalista, bem como redefinir

os parâmetros de gestão comumente utilizados, na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias;

b) a redução da ideia de economia a troca mercantil - a superação de tal reducionismo permite enxergar as singularidades das diferentes formas de definir economia, entre as quais aquela que coloca a solidariedade no centro da elaboração das atividades produtivas;

c) a redução da ideia de política ao Estado – a visão de Economia Solidária aqui trabalhada insiste na ideia de economia como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais, etc, e não como fim em si mesmo, sendo este um aspecto crucial em nossa análise, que permite observar o quanto a autogestão praticada na cooperativa estudada, ao se confundir também com um processo de militância (SINGER, 2002) contribui para o processo de emancipação, ou nos termos de Edgar Morin, com o processo de reintrodução do sujeito (entendido aqui como sujeito de fato, participante ativo no seu contexto social e não como membro apenas, cuja principal necessidade é a de se conformar às normas)

d) a redução da ação humana a ação autointeressada – a Economia Solidária abre-se para uma perspectiva mais complexa do humano, que é percebido como um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo de incerteza. “Se a necessidade que impele os atores a condutas utilitárias constitui um elemento não desprezível na análise desta realidade, por outro lado, tal fator não pode ser considerado o motor exclusivo na explicação das condutas humanas” (FRANÇA FILHO, 2007, p.162); e,

e) A necessidade de encontrar alternativas totais para o sistema imperante – a Economia Solidária, um campo de práticas em construção, vem desmistificando essa ideia de totalidade e de alternativa única, uma vez que já nasce permeada por uma pluralidade de perspectivas, como poderemos ver a seguir na exposição das diferentes visões de Singer e Mance. Como salienta Gaiger (2009), se o fim do capitalismo deve preceder de qualquer configuração social que mereça o nome de *alternativa*, então as alternativas devem concorrer com a queda do capitalismo antes mesmo de existirem, salvo se este vier pretensamente a se deteriorar à revelia dos embates sociais. Como buscamos evidenciar no decorrer deste trabalho, para Gaiger (2009), esta contradição lógica subsiste por causa de um bloqueio epistemológico da razão crítica, que dentre outras dificuldades, concebe a sociedade como uma totalidade, não conseguindo, pois, visualizar e propor senão uma alternativa total à sociedade que existe.

No que se refere à manifestação e evolução das práticas de Economia Solidária no contexto societário, embora tendo ressurgido no mesmo espaço de tempo nos países do Norte e do Sul, elas apresentam diferenças em suas motivações, conforme assinala Gaiger (2009). Para o autor, há dois panos de fundo para a Economia Solidária: lutar pela integração e lutar contra a desintegração. Nos países do Sul a questão central consiste em garantir as condições materiais indispensáveis a um amplo contingente de pessoas que jamais se integraram estavelmente no mercado e no sistema de proteção social. O que explica a importância da Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, no sentido da construção de novas relações econômicas que não contenham processos de exploração e reprodução das desigualdades. Ao norte, trata-se antes de contrabalançar a crise do Estado do bem-estar, a obsolescência e a falta de mecanismos eficazes de regulação e proteção social, de reagir à exclusão social com base na energia contida na sociedade civil, na sua capacidade de iniciativa e engajamento. “Busca-se ativar a participação política no interior de um sistema institucional enfraquecido em sua capacidade de oferecer respostas, o que o torna este processo ainda mais democrático e legítimo” (GAIGER, 2009, p. 94).

A análise de Gaiger reafirma a problemática já evidenciada no primeiro capítulo. Enquanto nos países europeus o resgate das iniciativas solidárias se dá por conta da crise do Estado Providência e das grandes ideologias (com a queda do socialismo); nos países do Sul ela assume o papel de uma alternativa de sobrevivência que começa a emergir no contexto da informalidade que, dada a magnitude que tomou nestes países, deixou de ser negligenciada como um resíduo marginal do capitalismo ou como um elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva e passou a ser considerada um traço estrutural do capitalismo. Com o tempo, como explica Gaiger (2004), o alastramento e perduração da informalidade levou a perceber que ela se inseria em estratégias mais amplas e que os setores populares mostravam-se capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização – primeiro a Economia Popular: a economia dos pobres, e depois, nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda, germes da Economia Solidária, subsidiadas desta feita por diversas organizações como a igreja, instituições de microcrédito, comunidades de base, associações de moradores, dentre outros.

Por se referirem a contextos históricos específicos, estes prismas não impedem convergências entre a Economia Solidária ao Sul e ao Norte. Estas experiências, tanto no plano das iniciativas locais quanto naquele das grandes movimentações mundiais tem contribuído para a formação de identidades cosmopolitas, motivadas pela perspectiva da emancipação social e da construção de um novo agir econômico (SANTOS, 2002). As

práticas concretas de Economia Solidária verificam-se em diferentes contextos e possuem raízes às vezes muito particulares, mas encontram unidade nesta partilha de valores e no horizonte de transformações históricas que as impulsiona (GAIGER, 2009, p. 95).

A emancipação perseguida pelas experiências de Economia Solidária é esclarecida por Cattani (2003, p.130) como:

O processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se é atingir a maioria de consciência, com autonomia de conhecimento e de percepção da realidade independentemente de imposições ou influências externas apresentadas como naturais. É o inverso do pensamento elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses, ou seja, pressupõe-se que uns sejam mais capazes e aptos naturalmente que outros, justificando-se e naturalizando-se a liderança de alguns poucos sobre os demais.

Neste sentido, ao considerar a evolução dos debates e práticas que permeiam o campo no Brasil e no mundo, levando em conta a auto-organização de redes de Economia Solidária, de fóruns de debates que se multiplicam acerca do tema e da infinidade de atores que a compõe, é possível perceber a potencialidade emancipatória da Economia Solidária, cuja dinâmica parece evoluir de uma forma de auto-organização econômica, para formas de auto-organização sócio-política (FRANÇA FILHO, 2007). Tal evolução nos leva a pensar tal campo como um tipo de movimento social de natureza singular, pois operando por dentro da economia e essencialmente por isso, com potencial de gerar mudanças paradigmáticas na própria estrutura social vigente.

### 3.2 AS CONCEPÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Nesta seção, faremos a exposição das abordagens de Paul Singer e Euclides Mance. A escolha desses dois autores se dá pela importância de suas obras no cenário nacional da Economia Solidária. Além de serem militantes, participando ativamente da formação de cooperativas autogestionárias, como é o caso de Singer, e na formação de redes de economia solidária, como é o caso de Mance, estes autores apresentam contribuições teóricas de grande influência, em obras de grande escopo, podendo ser vistas, em cada conjunto, como modelos e teorias completas de Economia Solidária, como bem evidencia Vieira (2005).

Ademais, a escolha se dá em virtude de suas posições distintas sobre o caminho que a Economia Solidária deve trilhar rumo à sua consolidação. Enquanto Singer defende a necessidade de competição com o mercado capitalista e o incentivo governamental em termos de políticas públicas que favoreçam as iniciativas solidárias, Mance defende uma abordagem mais afeita ao pioneirismo cooperativista – o de se criar uma economia paralela, que pode vir a superar o modelo capitalista através de um processo de mudança ideológica, principalmente nos hábitos de consumo. Para Mance, o principal aspecto a ser superado são as subjetivações que operam na elaboração da identidade das pessoas dentro do domínio capitalista – tendências de consumo, profissionalização, afetividade e etc.

Estas concepções distintas podem ser compreendidas quando analisamos as orientações de ambos os autores. Singer, ao partir de uma perspectiva socialista, não deixa de evidenciar a importância do papel do Estado que, através de políticas públicas deverá favorecer a construção de uma nova forma de fazer economia – mais democrática e incluída. Mesmo ressaltando a inviabilidade de centralização econômica por parte do Estado e evidenciando os erros cometidos pelas tentativas socialistas de superar o capitalismo, ressalta o valor da ação democrática, da militância e do empoderamento comunitário em pressionar o Estado em favor de uma política mais redistributiva e mais direcionada ao bem estar social. Por outro lado, Mance, ao partir de uma perspectiva complexa, parece apostar na possibilidade de uma “revolução das redes”, cujo cruzamento e articulação entre inúmeras iniciativas anticapitalistas e movimentos sociais, pode resultar em movimentos de subjetivação coletiva que avançam para a transformação cultural da sociedade em seu conjunto. Ambas as abordagens, no entanto trazem contribuições imprescindíveis para nossa análise, e mais uma vez sinalizam a pluralidade de perspectivas que permeiam o campo.

De toda forma vale ressaltar que esses autores parecem conceber a Economia Solidária como uma forma de revolução, isto é, ambos postulam a possibilidade de, através das práticas solidárias, haver uma superação do modelo capitalista vigente, o que nos remete a uma perspectiva dialética. O que não nos impede, no entanto, de trazê-los para o contexto da complexidade, pois, é justamente para esse embate, que se dá entre essas múltiplas possibilidades de alternativas à lógica dominante, dessas múltiplas concepções e dos desafios que cada uma apresenta que encontramos a complexidade – que se consubstancia na pluralidade de formas de pensar, de ser e estar em sociedade.

### 3.2.1 A Economia Solidária de Singer

#### 3.2.1.1 Crítica ao capitalismo

Para Singer a exclusão social é inerente ao capitalismo, sendo, pois, o principal aspecto a ser superado. Em *Uma Utopia Militante* (1998) ele esclarece que o capitalismo apresenta duas tendências que se revelam em momentos diferentes e em função de fatores distintos, mas cujos efeitos acabam se somando no longo prazo. Uma perene é a concentração da renda e a exclusão da economia capitalista de uma parte significativa da população que vive do seu trabalho. Outra intermitente é a exclusão tanto de empregos como de empresas que acabam sendo substituídas por outras tecnologicamente mais avançadas e competitivas. Esta segunda tendência, para o autor, produz oscilações na conjuntura que aumentam ainda mais a insegurança e o desespero daqueles que subitamente perdem seu meio de vida (SINGER, 1998, p.117). Cabe ressaltar que essa tendência à exclusão, tem raízes na visão reducionista do capitalismo, que desconsiderando outras dimensões da vida subjuga os aspectos sociais, justificando todos os esforços e sacrifícios na alimentação da eficiência econômica.

Esta tendência excludente foi atenuada pelo que o autor chama de “implantes socialistas”, do sufrágio universal, da barganha coletiva, da legislação do trabalho e da previdência social que o movimento operário e seus aliados conquistaram no século XX. Contudo, como tratado no primeiro capítulo deste trabalho, com o avanço neoliberal no último quarto deste século, ocorreu uma rejeição orgânica destes implantes, exceto o sufrágio universal (SINGER, 2003, p. 9) e a tendência à exclusão voltou com força ainda maior, revelando seus traços estruturais.

Na nova fase do capitalismo a falta de “bons empregos” tornou-se um sentimento universal, conformando um mal estar de fim de século – resultado de uma reviravolta político ideológica ou uma característica estrutural do capitalismo recente (SINGER, 2003, p. 11). Como já observou Vieira (2005), essa é uma observação crítica essencial para Singer, pois é aí que a Economia Solidária se desenvolve, ou ressurgue – a partir da transformação estrutural suscitada pelo neoliberalismo.

As críticas ao capitalismo e a constatação de que os implantes socialistas, que no início do século XX foram tão importantes para o seu controle, foram solapados pela ofensiva neoliberal, preparam terreno para as propostas de Economia Solidária. Em nível macroeconômico é importante que a classe trabalhadora retome seus poderes, como ainda

defendem os marxistas. Mas ações de cunho nacional neste sentido são insuficientes no atual sistema econômico, pois não atingem muitos excluídos e miseráveis. Assim, é preciso ações efetivas na esfera microeconômica para resgatar indivíduos do círculo vicioso da pobreza (SINGER, 2003).

Neste ponto Singer afirma que o socialismo deve ser renovado, que as tentativas de controle e superação do capitalismo contemporâneo devem levar em conta a experiência histórica, isto é, o vasto processo de tentativas e erros que o socialismo, enquanto utopia militante desencadeou na tentativa de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição (SINGER, 1998, p.119). O autor argumenta que a maioria das tentativas iniciais foi ingênua ou baseada em hipóteses inverossímeis sobre a natureza humana e, por isso, estavam condenadas ao fracasso – destacam-se aí as primeiras tentativas de se construir comunidades comunistas ou “aldeias cooperativas” owenistas isoladas do mercado capitalista; as primeiras ondas ofensivas de sindicatos e cooperativas no século XIX que visavam substituir, mediante ação direta, as empresas capitalistas por empresas cooperativas, possuídas e dirigidas pelos trabalhadores e, posteriormente; a luta política operária pelo tomada de poder do estado, cujo modelo centralmente planejado se mostrou incompatível com os próprios pressupostos socialistas.

Assim, quando ao se referir as tentativas socialistas de superação do capitalismo, Singer afirma que foram baseadas em hipóteses inverossímeis sobre a natureza humana, parece, embora não avançando no discurso, considerar a complexidade da natureza humana e a inviabilidade, diante desta, de um modelo centralmente planejado, bem como de qualquer alternativa total ao sistema capitalista.

Contudo, Singer ressalta os importantes passos que foram dados neste processo e destaca principalmente a importância de se resgatar a democracia que – sendo resultado de um amadurecimento da luta pela revolução socialista, que no início do século XX começa a estabelecer pressões de dentro do capitalismo, culminando nos implantes socialistas que garantiram o Estado de bem-estar social – começa a ruir ao passo que o neoliberalismo passa a exercer sua ofensiva. E destaca: “Estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital” (SINGER, 1998, p 182).

A emergência da democracia econômica, como já destacado por Santos e Rodríguez (2002), aparece também em Singer como o desafio contemporâneo para a garantia da própria democracia política. Essa posição de Singer encontra respaldo nos pressupostos do MST, que busca através da posse da terra e da posterior efetividade econômica nos

assentamentos, formar um corpo militante e garantir assim a luta política, que se consubstancia em mobilizar cada vez mais os recursos públicos a favor dos movimentos populares e, dessa forma, contrabalançar a hegemonia do capital. Esse princípio, como poderemos observar na análise dos dados, parece ser um guia na condução da cooperativa.

Neste processo Singer parece apostar na economia cooperativa, para ele, “o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo” (SINGER, 1998, p. 122). Seja como alternativa à economia capitalista: “A economia solidaria é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba.” (SINGER, 2003, p. 10). Seja como um caminho para o resgate da democracia, uma vez que “a economia cooperativa ao pressupor a educação para a cooperação, para o convívio em sociedade, pode restabelecer a democracia nos planos de micropoder da sociedade civil” (SINGER, 1998, p. 133). Neste ponto o autor parece deixar claro que um socialismo renovado deve pressupor que a revolução política, isto é, a luta pela democratização do poder do Estado, deve passar por uma revolução social, ou seja, uma revolução na forma de produzir e viver no âmbito local, no âmbito da sociedade civil que, ao aderir os pressupostos cooperativistas da solidariedade e da autogestão, consegue resgatar sua autonomia frente à normatividade do capitalismo.

Deste modo, a Economia Solidária, para Singer, deve ser pensada como uma forma de continuação do projeto socialista: “O Projeto socialista precisa encontrar caminhos para minimizar a exclusão social sem almejar a ausência total de exclusão” (SINGER, 2003a, p. 76). Para o autor, o marxismo está apenas iniciando sua revisão, mas já tem se desfeito de alguns fundamentos, dentre os quais, o de uma sociedade na qual a exclusão social está completamente ausente. Embora ainda se opondo à visão individualista de que a exclusão social é sempre fruto de um malogro individual, postula que é preciso entender que numa sociedade livre, o direito de escolha também pressupõe o direito de autoexclusão. Dessa feita, o ponto fulcral da utopia de Singer é a de um sistema econômico em que não haja exclusão involuntária (VIEIRA, 2005). Ao enfatizar a necessidade de se considerar a experiência histórica, os erros e acertos das tentativas socialistas ao longo do tempo, deixa claro sua proposta de multiplicidade, ou seja, da necessidade da Economia Solidária ser construída a partir de dentro do capitalismo, sem a intenção de outrora – a de uma ruptura total com o sistema vigente.

### 3.2.1.2 A economia solidária na visão de Singer

Evidenciando a conotação plural e o caráter experimental que atribui à Economia Solidária, Singer afirma que “o objetivo almejado deve ser a criação de novas formas de organização de produção com lógica incluidora, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno” (SINGER, 2003, p.124).

Neste processo o autor argumenta em favor da livre experimentação organizacional por tentativa e erro de forma a aumentar a probabilidade de emergir “sementes” de um novo modo de produção (SINGER, 2003). O desafio está no campo institucional: como gerar formas de organização adequadas dos produtores, para que estes possam ativar sua capacidade de produção. “Neste caminho, todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franquizadas, associadas etc., a empresas coletivas, como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser inventado e experimentado” (SINGER, 2003, p.57).

O mais difícil, entretanto, para o autor, não é encontrar uma fórmula organizacional ideal, mas mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que disponham a empreender, para que disponham a aderir aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2002a, p. 112).

Neste caminho Singer não exclui, inclusive, a possibilidade de empresa individual autônoma, distanciada da Economia Solidária e que se coaduna mais com uma visão individualista, oposta à sua, que nitidamente é socialista, porque, segundo o autor “é melhor recuar e lidar com os problemas presentes dentro do possível” (SINGER, 2003, p. 119). Assim, para cada empresa que consegue um lugar no mercado (nos fala ao discutir a transformação de desempregados em microempresários), há um acréscimo correspondente da demanda, representado pela renda que a empresa gera e faz com que seja gasta (SINGER, 2003, p. 119). Dessa forma, parece ficar evidente sua disposição em lidar com a complexidade, com a estratégia e o desafio, e conceber a possibilidade de uma pluralidade de formas econômicas, que possam oferecer oportunidades de melhorias de vida para os que estão excluídos.

No entanto, em *Introdução à Economia Solidária* (2002a), o autor deixa claro que seu anseio maior é com a igualdade econômica. O princípio da competição que rege

o sistema capitalista acaba produzindo sociedades profundamente desiguais “vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos [...] os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram” (p. 8). Dessa forma, o caminho para o fim da desigualdade seria a substituição de uma economia competitiva por uma economia solidária. “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (p. 9).

Vale ressaltar que a competição não é totalmente rechaçada, inclusive, é vista por Singer como necessária para estimular o desempenho dos empreendimentos solidários, portanto ela deve se dar entre iguais, de forma equilibrada, diferentemente do que ocorre no contexto capitalista.

Da mesma forma, quando o autor se refere à distribuição dos lucros dentro de um empreendimento solidário ele afirma a possibilidade de haver pequenas desigualdades, que ocorrem devido a uma maior qualificação, a uma função mais estratégica e etc. “A maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho manual e mental” (SINGER, 2002a, p. 12). Por outro lado, a possibilidade de retiradas maiores, por parte daqueles cooperados mais necessitados e com maior prole também é concebível, o que evidencia, mais uma vez a conotação socialista de sua proposta de Economia Solidária: “Se alguém tiver mais necessidade, sei lá, mais filhos, família maior, doença ou qualquer outro motivo assim deveria ganhar mais do que qualquer outro que não precisasse de tanto (SINGER, 2000, p.150).

Para Singer o importante é entender que “a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é”. Ambas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina “modo de produção”. “A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002a, p.10). “A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER, 2002b, p.83).

Deste modo a arquitetura coletiva dos empreendimentos solidários deve ser norteada por princípios que primam pela igualdade dos indivíduos e pela proteção do empreendimento, tais quais a proporção equânime do capital entre os cooperados

(propriedade coletiva da terra e dos meios de produção), a rigidez das cotas não transacionáveis e a existência de fundos indivisíveis, que sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro (SINGER, 2002a, p.15).

É essa qualificação autogestionária que distingue os empreendimentos cooperativos em que os trabalhadores são ao mesmo tempo proprietários, controladores e produtores das empresas capitalistas onde há clara divisão entre os processos produtivos e decisórios. Nestes termos, pode-se dizer que a autogestão é uma forma de privilegiar a racionalidade social sobre a racionalidade econômica, já que a forma de propriedade dos meios de produção pode ser definida de maneira a democratizar a entrada no empreendimento sem a imposição de barreiras de capital. Na empresa solidária o ingressante não investe seu capital com vistas a obter lucro, mas sim no intuito de participar de um empreendimento coletivo, visando à geração de trabalho e renda.

No entanto, se a autogestão é para Singer uma característica primordial nos empreendimentos solidários – constituindo-se, juntamente com o processo de militância na base para a transformação social pela Economia Solidária – também pode ser um dos maiores motivos de sua degeneração. “O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (SINGER, 2002a, p.19). A dificuldade desta participação reside no fato de que grande parte dos cooperados se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, em momentos de crise ou retração da economia tradicional, como forma de se reinserir a produção social e escapar da pobreza. Neste caminho o autor postula a necessidade de introjeção dos valores democráticos, que pode se dar através de uma educação renovada, que permita que estes sujeitos transponham a carga alienante de uma vida de sujeições. “As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens [...]. Participar das decisões do coletivo educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (p.21).

É neste ponto que surge a importância da educação cooperativa, tratada ainda em *Uma Utopia Militante* (1998), quando o autor afirma: “O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas [...], é preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos” (SINGER, 1998, p. 131). Para o autor, a opção pelo cooperativismo bem como qualquer outra

ação de militância de esquerda é o oposto da opção pelo máximo bem-estar ou utilidade individual, não surge espontaneamente, como emanção de nossa natureza individualista, mas é constantemente reafirmada e negada – reafirmada pela propaganda comercial e pela cultura do consumo e negada pelas homilias da religião, pela cultura da responsabilidade pelo próximo e pela exigência da solidariedade e do desprendimento (SINGER, 1998).

Na experiência analisada poderemos observar este fenômeno – a grande maioria dos atores ingressou no Movimento dos sem-terra e/ou na cooperativa, em momentos de crise, porque perderam suas terras ou porque a situação de exclusão social era algo perene em suas vidas. Todavia, o processo de introjeção dos valores democráticos, da autogestão, dos princípios coletivistas não é algo linear e não atinge a todos da mesma forma. Mesmo assim, é possível perceber a importância dos valores democráticos e da militância, tanto no que se refere à condução da cooperativa, quanto na emancipação destes sujeitos. Por outro lado, não se pode rechaçar, como verificaremos numa análise mais pormenorizada, a preferência por parte de alguns, de uma relação menos comprometida e mais subordinada, ou seja, a preferência pelo processo de heterogestão.

Sobre o efeito militância, logo em seguida à citação anterior, o autor afirma:

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente [...] Irmanar-se com iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócio são militantes sindicais, políticos e religiosos (SINGER, 2002a, p. 21-22).

Assim, autogestão e efeito militância constituem-se em dois pilares na consolidação da Economia Solidária enquanto mecanismo de transformação social (SINGER, 2002a). Adiantando-nos mais uma vez ao estudo de caso, é possível perceber o quanto a inserção da cooperativa estudada num movimento maior, o MST, e de sua conexão, através deste, com outros movimentos sociais, numa constante atuação militante, é fundamental para a consolidação econômica do empreendimento bem como a manutenção de suas aspirações cooperativistas.

Aqui, faz-se interessante, remetermo-nos novamente a uma das teses formuladas por Santos e Rodríguez (2002), que ressaltam a importância da inserção da Economia Solidária em redes de apoio mútuo, em outros movimentos de cunho solidário e reivindicativos, como meio de fortalecer-se.

Ao apresentar as perspectivas da Economia Solidária para o futuro, a principal preocupação de Singer parece ser o risco que esta corre de apresentar-se apenas como uma solução intersticial diante de uma crise do trabalho e emprego. Contudo, argumenta: “há, no entanto, outra alternativa” (SINGER, 2002a, p114). A economia solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalho. Ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo, e não apenas em termos econômicos estritos, mas também uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor, em que pese um relacionamento melhor com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc.

Na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002a, p. 114-115).

Neste ponto, fica evidente a mudança de paradigma econômico e social que Singer confere à Economia Solidária, e que a torna superior ao modelo capitalista – o resgate do outro, o resgate dos laços comunitários da vida social, um novo conceito de bem viver, em que aspectos sociais se sobreponham aos meramente econômicos. Nos termos de Polanyi (1980) onde a economia esteja inserida nas relações sociais, como consequência destas e não a sua determinante.

No que se refere ao aspecto econômico, a perpetuação da Economia Solidária como alternativa factível ao modelo hegemônico capitalista deve prescindir, para Singer (2002a; 2003b) de sua capacidade de competição. Neste caminho, além da autogestão e do efeito militância está a necessidade de se investir em tecnologia e buscar independência financeira, o que implica em não se isolar do sistema capitalista.

O autor se mostra contrário a algumas perspectivas que apontam a autossuficiência da Economia Solidária baseada em consumo ideologicamente motivado, ou seja, numa conscientização por parte do consumidor em comprar produtos advindos de iniciativas solidárias, independente do preço e ou da qualidade. Esta perspectiva nós veremos de forma mais detalhada na exposição da visão de Euclides Mance. Para Singer, esta proposta protege as pequenas unidades lhes poupando a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade em que não podem competir com as empresas tradicionais.

Para Singer, se o grande público se mantiver nos padrões de consumo desenvolvidos sob a égide do grande capital, como até agora têm feito, os empreendimentos solidários terão de se tornar realmente competitivos (SINGER, 2002). “Então a forma mais provável de crescimento da Economia Solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países” (SINGER, 2002a, p. 120). Além disso, o consumo solidário precisa do consumo capitalista para se viabilizar e não depender da pequena fração representada por cooperados, fiéis da igreja, consumidores solidários ricos e comunidades alternativas.

Aqui parece que Singer comunga outra tese exposta por Santos e Rodríguez (2002) em “Produzir para Viver”: a importância de se estabelecer uma economia de escala, ampliado o escopo de atuação da Economia Solidária.

A Economia Solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento [...]. Em outras palavras, para que a Economia Solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002, p.120-121).

Por fim, ainda no que pese à consolidação da Economia Solidária como modelo factível ao sistema capitalista, o autor defende o financiamento estatal das cooperativas de produção. Para Singer, a ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção por diversos motivos. Dentre os quais, o fato de os trabalhadores não disporem de capital e ou propriedades que possam oferecer como garantia para obter capital no mercado financeiro, bem como a necessária equiparação de isenções fiscais e favorecimentos de crédito dados às empresas privadas e à extensão de cooperativas de apoio com vistas à superação do atraso tecnológico e econômico do país. Portanto, para concorrer em igualdade com estas firmas, as cooperativas solidárias precisam do apoio do poder público (SINGER, 2002a, p. 92).

Neste sentido, uma das estratégias potencialmente mais promissoras no desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, como bem analisam Santos e Borinelli (2010), apoia-se na defesa de políticas públicas de incentivo à comercialização de produtos e serviços destas iniciativas para o próprio Estado, seja através de cotas ou mecanismos de discriminação positiva a fim de privilegiar produtos/serviços advindos destas organizações. Essa estratégia parece ser uma das mais promissoras, ao garantir um mercado

fixo e estável, algo essencial principalmente nos primeiros momentos desses empreendimentos. Como exemplo, destaca-se a venda institucional, que abrange a lei da merenda escolar, que obriga que 30% dos alimentos adquiridos para as escolas públicas provenham de empreendimentos de agricultura familiar e a venda programada para centrais de abastecimento. Como poderemos verificar no nosso estudo de caso, a venda institucional, vem abrangendo uma boa parcela da comercialização dos produtos da cooperativa.

Ainda no que se refere às políticas públicas, podemos complementar com a visão de Eid (2007), para quem, no mínimo quatro instrumentos de políticas públicas devem ser implementados pelo Estado em favor da Economia Solidária, além dos dois já evidenciados por Singer (2002a) e Santos e Borinelli (2010), o autor argumenta em favor de políticas públicas de formação com a definição de um peso relevante para a educação associativa, cooperativa e de autogestão nos cursos públicos de nível superior – graduação e pós-graduação – nas diversas áreas de conhecimento. Da mesma forma, argumenta em favor da construção de distritos de Economia Solidária em cada município, através de apoio a projetos de instalação de empreendimentos solidários relacionados à internalização de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento municipal e regional à exemplo do que ocorre no âmbito das empresas tradicionais.

Ademais, com o intento de concluirmos a visão de Singer acerca da Economia Solidária, cabe citar mais uma das teses de “Produzir para Viver”, que também fica evidente no discurso de Singer e que consideramos aqui como imprescindível na análise da Economia Solidária, qual seja: “a de que os critérios para avaliar o êxito das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos e não apenas pautados na transformação econômica e social a curto prazo”. Esta concepção está clara no potencial de transformação social que Singer atribui à Economia Solidária – que acolhe outras preocupações além do domínio puramente econômico, considerando-a uma forma renovada de se implantar o socialismo dentro ou nas margens do capitalismo.

Assim, para Singer, se por um lado, o desenvolvimento mais recente das forças produtivas exige uma mudança nas relações de produção, numa direção mais liberal, libertária, democrática e igualitária, por outro lado as experiências que fracassam, embora produzam desânimos, dão lições importantes: “Todas as nossas experiências são válidas [...] à medida que somos capazes de registrá-las, de processá-las, de discuti-las, de transformá-las, dessa forma, em ensinamentos para avançar cada vez mais (SINGER, 2000, p.60).

Aqui fica mais uma vez evidente o caráter experimental e estratégico que Singer atribui à Economia Solidária – um processo em construção, que deve se valer da

experiência histórica para renovar-se e tornar-se perene. Ademais, encontramos em Singer os pressupostos de uma “economia plural” nos termos de Polanyi, ou de forma renovada como exposto por França Filho (2007, 2008) em que pese a presença de uma economia monetária (competição com o mercado capitalista); de uma economia não monetária (o papel do Estado como distribuidor e regulador da economia); e o de uma economia de reciprocidade (com prevalência dos aspectos sociais aos econômicos).

### 3.2.2 A Economia Solidária de Mance

#### 3.2.2.1 A crítica ao capitalismo

Enquanto em Singer a crítica ao capitalismo se volta para as relações de desigualdade e exclusão social inerentes ao capitalismo em Mance, a crítica parece estar mais voltada para os aspectos subjetivos, para o reducionismo inerente à lógica capitalista, sendo este o principal aspecto a ser superado. Neste caminho, Mance se vale do paradigma da complexidade, onde ao exaltar as dimensões ignoradas pelo pensamento hegemônico, busca construir os alicerces para uma sociedade que ele chama de “pós-capitalista”.

Dessa forma o principal contraponto da proposta de Mance ao domínio capitalista parece estar na sua concepção de bem viver. Para o autor não devemos crer que é preferível o padrão de vida de uma sociedade mais rica, uma vez que o padrão de riqueza vigente ignora a importância do tempo livre, os valores morais, o teatro, a dança, a música, etc., que nos conferem outra possibilidade e concepção de bem viver (MANCE, 2002). Dessa forma, em Mance, a finalidade da vida humana não é a política ou a economia, em particular, mas a ética realização do livre bem viver pessoal e coletivo. O bem viver é entendido como o exercício humano de dispor das mediações políticas, materiais, educativas e informacionais para garantir eticamente a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade individual que não negue a liberdade pública (MANCE, 1999, p. 16-17). Tal concepção de bem viver destoa da concepção capitalista, calcada na posse de bens materiais, na ostentação e nas imagens publicitárias e orienta sua proposta solidária.

Para Mance, a democracia também é um aspecto crítico, principalmente no tocante à manipulação das massas. A gestão democrática exige mecanismos que evitem qualquer tipo de subsunção de procedimentos democráticos em formas totalitárias de exercício de poder (MANCE, 1999, 2002). Neste caminho, evidencia o potencial de emancipação das redes de economia solidária: “Na dialógica da práxis desencadeada nas

redes solidárias, educação, organização, mobilização, são três aspectos de uma mesma ação cultural transformadora (MANCE, 2002, p. 146).

Há também uma crítica explícita ao modelo capitalista neoliberal, que propaga a concentração de recursos materiais, o controle hegemônico do poder político, a saturação de informações, a fragilidade de autonomia crítica da sociedade e uma moral individualista.

Dessa forma, um elemento essencial para a crítica à pretensão do saber totalizante moderno e suas implicações práticas na justificação de processos de exploração, expropriação e exclusão é a transdisciplinaridade. Mance recorre a um conjunto de reflexões emergentes em diversos campos do saber científico – às teorias de Capra, Winer, Heisenberg, Morin, dentre outros, cujas referências servem de contraponto crítico aos pensamentos racionais lineares e mecanicistas (MANCE, 1999, p.55).

Neste caminho, de forma semelhante a Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos, o autor defende uma mudança epistemológica, a concepção de uma realidade mais plural em que, de forma semelhante ao rompimento da solidão das ideias e do conhecimento, haveria também o rompimento da solidão no campo cultural: “não apenas uma interfecundação múltipla das ciências é algo a ser buscado, como especialmente [...] a interfecundação de todas as culturas, promovendo uma expansão das liberdades públicas e privadas” (MANCE, 1999, p. 62). A chamada transculturalidade ocorre em paralelo ao que chama de “agenciamentos de singularização” ou ainda de “subjetivação subversiva” (processo pelo qual o indivíduo liberta-se das semioses hegemônicas – tendências de consumo, profissionalização, afetividade e etc., que operam na elaboração de sua identidade).

Neste processo, a reorientação das práticas de consumo, aspecto fulcral da economia solidária de Mance surge como uma forma de libertação pessoal. “O modo como vivemos, nos comportamos, falamos, vestimos, etc., é o fluxo de inúmeras relações semióticas em que nossa subjetividade vai sendo produzida” (MANCE, 2002, p. 85 ).

Valendo-se da teoria complexa de Felix Guattari, Mance afirma que o processo de subjetivação ou singularização, constituindo-se um processo revolucionário (revolução molecular), tem por horizonte ético o desejo do outro em sua diferença (MANCE, 2002, p. 88). Elementos desta subjetivação estão presentes em inúmeras organizações sociais, tais como nos movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, sem terras, etc., cujos cruzamentos e articulação (revolução molar) podem resultar em movimentos de subjetivação coletiva que avançam para a transformação cultural da sociedade em seu conjunto.

Na perspectiva complexa de Mance a revolução das redes é uma estratégia de revolução molar que realimenta inúmeras revoluções moleculares por toda a parte alcançada (MANCE, 2002, p.89). Cada célula, ou seja, unidade de empreendimento solidário opera como uma molécula que agencia novos devires e novas práticas, que subvertem códigos sociais excludentes, que subvertem semioses dominantes, padrões antiecológicos e desumanos. Por outro lado, cada célula de revolução molecular expande-se em novos agenciamentos porque está conectada em laços de realimentação com células diversas, configurando-se com isso uma revolução molar, subvertendo-se não apenas códigos econômicos, mas também políticos e culturais.

Dessas argumentações é possível inferir que o grande argumento de Mance é o de que organizações isoladas não são capazes de subverter o capitalismo mundial integrado (MANCE, 2002, p.89). As redes de Economia Solidária, muito mais que uma alternativa econômica, representa uma fuga à normatividade do pensamento hegemônico ocidental que estabelece as significações que conduzem nossa ideia de bem viver, de trabalho, de riqueza e etc. Para o autor, entretanto, tal mudança paradigmática deve passar *a priori* por um movimento global que assumirá o caráter de uma rede, paralela e contraposta ao sistema hegemônico fortalecendo-se mutuamente e construindo o que ele chama de uma sociedade pós-capitalista.

### 3.2.2.2 As redes de colaboração solidária de Mance

A proposta de Mance apoia-se no desenvolvimento de um conjunto de redes interligadas de forma a abarcar empreendimentos complementares, num complexo sistema que inclui desde unidades produtivas, até distributivas e comerciais, ao que o autor denominou de redes de colaboração solidária. Mance defende o desenvolvimento de um modelo autônomo, emanado das bases populares e construído de baixo para cima, sem interferência das autoridades governamentais ou de empresas capitalistas, ganhando-se assim, em independência, preservando a autenticidade popular e a liberdade na condução das atividades. Dizendo de outro modo, o autor acredita que todo um conjunto de ações solidárias que despontam por todo mundo, ONG's, associações comunitárias, movimentos feministas, sistemas alternativos de produção e etc., tenderão, aos poucos, a se conectar em grandes redes, funcionando como um sistema aberto, autopoietico, que se autorreproduz (MANCE, 1999, p. 24).

Esta concepção de rede parte do princípio de que unidades produtivas que operam isoladamente tendem a fracassar, pois não conseguem superar a concorrência capitalista:

“os excluídos, isoladamente, não têm como competir com o capital [...] contudo, quando um movimento de redes integrar a todas, e elas se conectarem em cadeias produtivas, consumido e produzindo prioritariamente para ampliar a própria rede [...] então um novo movimento de geração de riquezas se desenvolverá progressivamente, em razão da incorporação ao processo produtivo dos trabalhadores atualmente excluídos” (MANCE, 1999, p.32).

A alternativa das redes de colaboração solidária baseia-se no trabalho em conjunto mediante a interligação entre movimentos de consumo e produção por meio de mecanismos verticalizados de produção, ou seja, o encadeamento de células produtivas, em que o bem final produzido por uma serve de insumo demandado por outra. Esse modelo apoia-se na preferência dada aos produtos desenvolvidos e disponibilizados numa rede, num processo de retroalimentação, capaz de fazê-la crescer e tornar-se cada vez mais autossuficiente.

Para a viabilização deste ideal, faz-se necessário um processo educativo e informativo capaz de criar uma cultura de consumo solidário desalienante, como expõe Mance (1999, p.30):

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornada de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não estatais etc.) é o que denominamos aqui consumo solidário.

A prioridade das redes de colaboração solidária está na geração de trabalho e renda e a sua manutenção de forma estável ao longo do tempo, ao invés da maximização do lucro ou de meros objetivos econômicos desvinculados de propósitos sociais. Neste sentido, Mance (1999) propõe a priorização de estratégias que possam conduzir ao bem-estar coletivo e à incorporação de um contingente cada vez mais numeroso de indivíduos. Para isso, defende a diminuição da jornada de trabalho, alias este, um dos aspectos mais destacados de sua crítica ao sistema capitalista, que não considera o valor do “tempo livre” como uma prerrogativa do bem viver, e a priorização do homem a certos meios tecnológicos que eliminam a necessidade de mão de obra e comprometem a capacidade de consumo. Deste modo, sua proposta é a

inversão do processo industrial vigente: dar primazia ao uso de trabalho intensivo, gerando renda e consumo capazes de realimentar toda a rede.

Deste modo, o modelo de Economia Solidária defendido por Singer, ainda que apresente semelhanças com as redes de colaboração solidária de Mance, principalmente em relação aos valores centrais apoiados na solidariedade e na construção de um novo modelo de economia e de sociabilidade, distancia-se profundamente na estratégia utilizada para implementar suas propostas (SANTOS; BORINELLI, 2010).

Mance (2002) acredita que não há necessidade de apoio do governo para o desenvolvimento das redes, diferentemente de Singer que vê no apoio governamental um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeje ser uma alternativa em larga escala ao modelo dominante. Mance (2002) defende a criação de uma rede paralela ao mercado capitalista sem ter que competir com este, enquanto Singer propõe o desenvolvimento da Economia Solidária dentro do sistema vigente, devendo esta ser capaz de enfrentá-lo e evoluir a ponto de superá-lo; executando algum tipo de competição como forma de pressão para melhoria de produtos, preços e eficiência, o que não seria conseguido pela simples pressão dos consumidores.

Neste ponto, a prerrogativa de uma superação do modelo econômico capitalista pelas redes de economia solidária, por meio de uma mudança ideológica do consumo, como pressupõe Mance, é criticada por Singer. Para este último, a argumentação de Mance torna-se frágil ao apoiar-se basicamente na priorização do consumo solidário como mecanismo de viabilização dos empreendimentos, mesmo quando os produtos são de pior qualidade e até mais caros. Outra fragilidade deste modelo do ponto de vista de Singer, é fazer com que a totalidade da produção das cooperativas integrantes da rede de colaboração solidária, pudesse ser absorvida pelos seus integrantes, levando-se em conta a dificuldade de regular a demanda e oferta para atender a todas as necessidades dos integrantes da rede.

Se a maioria dos que praticam consumo solidário for constituída pelos próprios trabalhadores das cooperativas autogeridas, o seu limitado poder aquisitivo impede que o consumo solidário seja mais do que uma fração irrisória do consumo total. O que implica que os empreendimentos solidários precisariam vender o grosso de suas mercadorias a consumidores que não vão lhes dar preferência por solidariedade. Eles seriam, pois, obrigados a competir diretamente com firmas capitalistas, em termos de preço e qualidade (SINGER, 2002a, p. 119).

Eis então o principal argumento de Singer contra a proposta de consumo solidário: “ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes

poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando” (SINGER, 2002, p. 119).

Nestes termos, Mance, embora partindo de uma visão complexa para a construção de sua crítica ao capitalismo e de sua proposta de redes de economia solidária, parece se distanciar da complexidade em alguns momentos, uma vez que não trata das múltiplas interferências e diversidades que possam colidir nesse contexto. Assim, pelo menos no discurso, parece conceber as redes de Economia Solidária como uma realidade à parte, na qual haveria uma coesão entre esses atores, tal que, poderiam se integrar totalmente em cadeias produtivas. Neste sentido parece desconsiderar as contingências advindas de um contexto permeado pela lógica capitalista e das múltiplas influências e ou subjetivações que tal contexto imprime nas concepções individuais de consumo, sociabilidade, bem viver, e etc. Ademais, parece também desconsiderar aspectos críticos relativos à viabilidade econômica destes empreendimentos, já que advoga em favor do isolamento, tanto do mercado capitalista quanto da participação estatal em prover condições para que se estabeleçam enquanto unidades produtivas.

Da mesma forma, ao conceber a natureza humana, parece partir do mesmo reducionismo de visão que permeou o pensamento dominante, só que desta vez, com a ideia de um homem naturalmente cooperativo e solidário, cuja imersão num contexto permeado pelas práticas solidárias pudesse libertá-lo de todas as subjetivações que formam sua identidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que enaltece a transculturalidade e a relação dialógica entre os sistemas, parece estar mais afeito a uma espécie de dualidade entre, de um lado, as perspectivas populares e um ser humano naturalmente solidário e emancipado, e de outro, o sistema capitalista no qual predomina a figura de um homem alienado e individualista.

De toda a forma, sua crítica ao sistema imperante e a proposta de ressignificação que traz acerca do bem viver em sociedade e das redes de economia solidária trazem contribuições importantes para a nossa análise.

Assim, com o intuito de finalizarmos o capítulo, ressaltamos que o que buscamos evidenciar aqui é o papel da Economia Solidária enquanto uma nova forma de pensar a ação econômica em sociedade, mas que, justamente por emergir das margens do sistema hegemônico em crise, parte, em suas proposições, de orientações diversas e, portanto, de caminhos também diversos. Embora nos valendo de um pequeno recorte do vasto repertório teórico acerca do tema, o que buscamos evidenciar é a pluralidade de perspectivas que permeiam o campo e que, acreditamos, seja o grande potencial da Economia Solidária.

Em nosso estudo de caso teremos a oportunidade de analisar uma experiência solidária imersa num movimento popular que, como ressaltado no início deste capítulo constitui-se ainda numa outra vertente de formas de produção anticapitalista. Desta forma, buscaremos compreender qual a visão destes atores acerca da Economia Solidária, qual a orientação que guia suas ações internas e externas, bem como os desafios enfrentados neste caminho.

## CAPÍTULO 4

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos estão estruturados de modo que possamos elucidar: a estratégia da pesquisa; os sujeitos da pesquisa; as técnicas de coleta de dados e a técnica de análise de dados. Seu desenvolvimento buscou alinhar, de maneira coerente, os conceitos e os objetivos iniciais em ferramentas e técnicas capazes de alcançar elementos empíricos que respondessem ao objetivo proposto.

#### 4.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O estudo proposto busca compreender através de uma abordagem complexa, a vivência dos pressupostos solidários no seio de uma cooperativa do MST. Assim, atentos a um dos principais pressupostos da complexidade – o princípio da reintrodução do sujeito no conhecimento – parte-se aqui de uma problemática cognitiva central – a de que todo o conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado horizonte temporal (BOEIRA; VIEIRA, 2006, p.42). Deste modo, embora partindo de elementos essenciais prévios, buscamos na realidade vivida, na percepção dos sujeitos envolvidos e, da mesma forma, na nossa percepção enquanto pesquisadores, novas proposições que possam contribuir para este campo de conhecimento.

Nestes termos, a apreensão da vivência dos pressupostos solidários na Cooperativa Agroindustrial Vitória LTDA, a COPAVI – nosso principal objetivo de pesquisa – não poderia se dar sem que os sujeitos fossem ouvidos, sem que houvesse uma compreensão anterior dos seus motivos e razões, dos conflitos e dos embates que se estabelecem em seu cotidiano e dos significados e compreensão que estes sujeitos atribuem à esta realidade. Assim, fez-se necessária uma maior aproximação com o seu contexto social, sua cultura, crenças e valores, de modo que a realidade pudesse ser captada a partir da interação complexa dos indivíduos com o seu mundo social, principal pressuposto do tipo de pesquisa qualitativa (GODÓI; BALSANI, 2006).

Deste modo, ao empreendermos uma pesquisa do tipo qualitativa, que aqui se justifica pela ênfase que esta atribui aos processos e significados (SALE; LOHFELD; BRAZIL, 2002) e, conseqüentemente, às representações dos atos e das expressões humanas – optamos como estratégia de pesquisa pelo estudo de caso – que, conforme salienta Merriam (2002), justifica-se quando o interesse do pesquisador está voltado à compreensão dos

processos sociais que ocorrem num determinado contexto ou, nos termos de Godoy (2006, p.127) do “por que” e “como” as coisas acontecem.

Assim, considerando a necessidade de apreensão da realidade a partir do seu significado para os próprios sujeitos envolvidos, o estudo de caso se nos mostra como a estratégia de pesquisa mais adequada para delinear os procedimentos de coleta e análise dos dados empíricos.

Seguindo a tipologia apresentada por Godói e Balsani (2006), é possível classificar o referido estudo como um estudo de caso descritivo-exploratório. Descritivo porque objetivamos um relato detalhado do fenômeno em questão, no que se refere principalmente, a sua estrutura organizacional, suas atividades, mudanças no tempo e relacionamento entre os pares e com o contexto externo. E, exploratório, porque mesmo partindo de alguns pressupostos prévios, não partimos aqui de hipóteses precisas (GIL, 2008), mas sim da possibilidade de descoberta e compreensão de algo novo e inusitado. O caráter exploratório desta pesquisa fica evidente quando buscamos compreender os dilemas e desafios da vivência dos pressupostos solidários no contexto da cooperativa e desta com o seu contexto externo – bem como as implicações das crenças, valores e culturas dos sujeitos neste processo.

#### 4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A análise que aqui buscamos empreender sobre a vivência dos pressupostos solidários fica delimitada ao escopo da Cooperativa Agroindustrial Vitória Ltda, a COPAVI, que aqui fica definida como nosso universo de análise. Assim, é, prioritariamente, através da análise do processo de construção da autogestão, das relações de trabalho, bem como das relações mercadológicas e em redes de colaboração e apoio mútuo na cooperativa que buscamos compreender como estes sujeitos estão construindo uma nova forma de economia e sociabilidade.

A seleção dos entrevistados foi intencional. A partir das categorias de análise formuladas e do roteiro de pesquisa buscamos por aqueles que melhor auxiliassem no entendimento do contexto social, político e econômico da cooperativa, que melhor pudessem responderem às perguntas de pesquisa. Por isso, num primeiro momento, buscamos entrevistar dois membros da atual direção da cooperativa; um pioneiro, que pudesse nos relatar a experiência da ocupação e um membro que pudesse nos falar mais a respeito do MST e da representação da COPAVI no movimento. Contudo, a partir destas primeiras entrevistas

e também da análise do Estatuto e do Regimento Interno, chegamos a outros dois entrevistados, contemplando assim um universo de seis entrevistados.

Aqui, consideramos oportuna a apresentação destes sujeitos:

- Cooperado F. S., pioneiro do Assentamento Santa Maria, nos relatou a história do assentamento e do seu ingresso no MST. Sua história se confunde com a de tantos outros trabalhadores rurais que, diante das circunstâncias econômicas das décadas de 70 e 80, foram impossibilitados de continuar na agricultura – e da mesma forma, com a história dos demais entrevistados, todos ex-pequenos proprietários de terra, meeiros, trabalhadores rurais e ou filhos destes.

- Cooperada S. P., a atual presidente da cooperativa e também pioneira do assentamento conta que seu ingresso no MST se deu desde muito cedo, “ainda moça”, quando, através da Comissão Pastoral da Terra, começou a se envolver com a causa. Mãe de três filhos, S. P. se orgulha em dizer que todos pretendem seguir na cooperativa. Um dos filhos é formado em administração e compõe o setor administrativo da cooperativa; uma das filhas está cursando Engenharia de Alimentos com o intuito de contribuir na agroindústria.

- Cooperado C. R. C. é graduado em história pela Universidade Federal da Paraíba. Antes de se filiar à cooperativa, em 2009, atuou como militante em outras frentes do MST. Atualmente ele compõe o conselho diretor da cooperativa como Secretário Geral. Filho de ex-pequenos agricultores ingressou no movimento ainda menino, quando sua família, diante das adversidades da vida na cidade, aderiu ao movimento e foram “montar acampamento”.

- Cooperada D. C., a atual tesoureira da cooperativa é a mais jovem entrevistada, com 27 anos de idade, vive no assentamento desde os sete anos. Seus pais, filhos de pequenos agricultores, aderiram ao movimento assim que se casaram, e ela, como nos relatou, nasceu em um acampamento do MST. Esta cooperada é graduada em agroecologia pela Escola Latino Americana de Agroecologia – ELLA.

- Cooperada T. M., a atual coordenadora de um dos núcleos de base da cooperativa é de Rondônia, onde militava no MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Em 2010, recebeu a indicação do movimento para fazer um curso de Teoria Política Latino Americana na Escola Florestan Fernandes em São Paulo, onde conheceu seu atual companheiro, que é paranaense e trabalhava na escola. Em 2011, ambos foram convidados pelo movimento para conhecer a COPAVI e, desde então, se tornaram cooperados.

- Cooperado E. B. S. é mestre em agronomia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e, atualmente é membro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos do MST. Ele ingressou na COPAVI no ano de 1996, juntamente com sua família “que havia perdido a terra para o banco”, desde então se tornou um militante do MST.

#### 4.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa a campo realizada no período de 29 a 31 de janeiro de 2013 se deu através dos seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevistas, observação direta não participante e análise documental. Para Yin (2010) estas múltiplas fontes de dados contribuem para que o investigador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais – condição chave para que o estudo possa de fato ser classificado como estudo de caso.

Assim, demos início à nossa análise com uma visita panorâmica, junto a um acompanhante, pela cooperativa. Pudemos fazer uma observação generalizada de sua estrutura produtiva, da sua sede e da agrovila. Nos dias subsequentes, buscamos estabelecer um contato próximo com os cooperados, participando das refeições diárias no refeitório, observando as diversas reuniões realizadas diariamente e percorrendo os diversos espaços da cooperativa. Assim, o processo de observação que permeou toda a nossa pesquisa de campo foi fundamental para complementar e melhor elucidar algumas questões abordadas nas entrevistas baseadas em roteiro, bem como algumas diretrizes contempladas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa. Como se refere Godoy (2006) a observação não participante se dá quando o pesquisador atua apenas como espectador atento – baseando-se nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao trabalho.

A análise documental se deu através de documentos primários – como o Estatuto Social, o Regimento Interno, o organograma e os registros de vendas da cooperativa, e secundários – que contemplaram uma gama de decretos, leis, bem como outras informações pertinentes à compreensão dos dados obtidos através das entrevistas e dos documentos primários. Como se refere Yin (2010), para os estudos de caso, o uso mais importante dos documentos dá-se em função da corroboração e ampliação das evidências oriundas de outras fontes.

As entrevistas foram baseadas em roteiro (GODOI *et al.*; 2006). A justificativa para tal modalidade pode estar fundamentada na observação de Godoy (2006, p.134), para quem, este tipo de entrevista tem como principal objetivo compreender os

significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse. Com autorização dos entrevistados procedemos ao registro das entrevistas por meio de gravação de áudio.

#### 4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização das entrevistas, procedemos à transcrição destas no intuito de darmos sentido individual ao depoimento de cada sujeito. Vale ressaltar que mesmo se valendo do mesmo roteiro para a realização de todas as entrevistas, buscamos deixar os entrevistados bem à vontade e, por vezes, os depoimentos se concentraram mais numa categoria de análise do que em outra – o que acreditamos tenha sido positivo, pois conseguimos perceber a importância que cada questão abordada representava naquele momento para cada sujeito.

Posteriormente, identificamos pontos recorrentes em suas falas, de forma que pudemos compor uma análise mais ampla, nos movendo dos dados para o nível conceitual. Da mesma forma, levantamos pontos não homogêneos, opiniões, pontos de vistas e percepções divergentes, que nos conduziram aos principais embates que se travam neste contexto. Estas falas, por vezes, foram transpostas para nosso trabalho de maneira fidedigna, contribuindo assim para complementar e melhor elucidar nossa percepção e compor juntamente com o referencial teórico um texto que faça sentido ao leitor e que seja capaz de traduzir, em parte, os processos analisados neste contexto.

O processo de análise das entrevistas também suscitou uma série de outras dúvidas que por vezes foram dirimidas através de novos contatos com os entrevistados – via telefone ou *email* e ou por meio de pesquisa documental primária e secundária – constituindo-se assim num processo cíclico, paralelo e concomitante à própria coleta de dados.

##### 4.4.1 Categorias de Análise

Dados os objetivos de pesquisa propostos, elencamos algumas categorias de análise principais, que serviram de subsídio para elaboração do nosso roteiro de pesquisa.

1. **A COPAVI no contexto do MST** - Nesta categoria buscamos inserir a COPAVI no contexto do MST, de forma a compreender quais as implicações desta inserção na visão de cooperação, na vivência dos pressupostos solidários e no processo de condução da cooperativa. Vale ressaltar que esta categoria foi inserida posteriormente à

pesquisa de campo, onde percebemos que a compreensão da visão de Economia Solidária destes autores, não poderia se dar sem que compreendêssemos sua posição no movimento.

2. **Elementos Internos** – nesta categoria buscamos analisar os elementos que contemplam a construção do processo de autogestão na cooperativa, bem como os desafios imbricados nesta construção e suas implicações na vida destes sujeitos. Incluímos nesta categoria o acesso às políticas públicas que, de certa forma, nos revelam a importância que estes sujeitos imprimem ao papel do Estado no fomento da Economia Solidária, contribuindo assim para a nossa percepção da visão maior que orienta suas ações. Nestes termos, temos:

- a. No que se refere à autogestão:
  - I posse coletiva da terra e dos meios de produção
  - II construção da democracia participativa
  - III relações de trabalho
- b. Acesso a políticas públicas:

3. **Relações com o contexto externo** – nesta categoria buscamos compreender as relações da cooperativa com o contexto externo em termos de orientação mercadológica e envolvimento em redes de colaboração e apoio mútuo. Assim temos:

- a. orientação mercadológica
- b. redes de colaboração e apoio mútuo

4. **Igualdade e diferença** – esta categoria está voltada para desafios da proposta de construção de uma nova sociabilidade no campo subjetivo e como já salientado no deslindamento de nossos objetivos, permeiam todas as demais categorias.

## CAPÍTULO 5

### CONTEXTO DA COOPERATIVA

#### 5.1 A COPAVI NO CONTEXTO DO MST

Antes de nos voltarmos para uma análise mais pormenorizada da Cooperativa Agroindustrial Vitória LTDA, a COPAVI, faz-se necessário situá-la no contexto do MST, uma vez que os princípios que regem esta cooperativa se confundem com o movimento dos trabalhadores sem terra e com a luta travada por este movimento pela reforma agrária, pela democratização das terras e por mudanças sociais no país. Em nosso estudo de caso foi possível perceber, desde o primeiro contato, a primeira conversa informal, a primeira entrevista, o quanto o MST está presente no contexto da COPAVI, que se apresenta (através do discurso dos seus cooperados, do regimento interno e dos símbolos dispostos em todo o seu cenário) como um instrumento do MST. Dessa forma, a viabilização da produção, a sobrevivência digna das famílias no assentamento, a construção de uma nova forma de sociabilidade no interior da cooperativa, não parece ser, para a COPAVI, um fim em si mesmo, mas uma forma de provar para a sociedade que a reforma agrária é possível, é viável, que uma forma de economia diferente é possível e desejável.

A COPAVI desde seu surgimento tem esse intento, o de ser uma ferramenta do MST, se viabilizando economicamente, produzindo alimentos saudáveis gerando trabalho e renda e demonstrando para a sociedade que a reforma agrária é viável, é possível (Cooperado C.R.C.).

Nesta direção, buscamos em alguns estudos na área, discussões que nos permitissem compreender melhor como a cooperação, nosso principal objeto de análise na COPAVI, é trabalhada pelo movimento dos sem terra e como tem sido vivenciada nos assentamentos. Como expresso por Fabrini (2002) as cooperativas agrícolas nos assentamentos são uma forma de resistência no campo. Tendo a produção como principal objetivo e forma de expressão, as cooperativas constituem-se também em instrumento de luta pela reforma agrária e por uma sociedade economicamente mais justa.

Assim, é importante entender que a luta dos sem terra nos assentamentos não é exclusivamente para se integrar à produção de mercadoria na condição de camponeses subordinados, mas para superar esta condição. Não se trata de luta pela sobrevivência e

inclusão no capitalismo apenas, mas a inclusão no mundo da mercadoria que favoreça a luta contra a dominação do capitalismo, esta é a principal orientação do setor produtivo do MST.

Desta forma, o questionamento da ordem capitalista se materializa na luta pela terra e, como poderemos observar na análise da COPAVI, também no incentivo às práticas cooperativistas e democráticas que contemplam: a posse coletiva da terra; a construção de um processo autogestionário, a produção agroecológica; a contestação do patriarcado e a formação de quadros técnicos e políticos que possam atuar como militantes do movimento, garantindo assim a continuidade da luta política. Por isso, o esforço do movimento em consolidar formas mais apuradas de cooperação nos assentamentos, que possam de fato contemplar todos estes elementos. A cooperação, assim, é vista pelo MST como uma forma de resistência no campo (FABRINI, 2002).

É neste contexto e dentro desta percepção de cooperação que está situada a COPAVI, uma experiência do MST, como todos os cooperados com quem tivemos contato buscaram ressaltar. Assim, é possível perceber os fortes vínculos que a COPAVI estabelece com o movimento, e isso não é diferente no que se refere à forma como percebem a cooperação, que ao menos pelo regimento interno e pelo discurso dos cooperados é “um instrumento para subversão da ordem capitalista e a transformação da sociedade”.

Alguns depoimentos nos ajudam a sustentar esta percepção:

“Nós não cooperamos por piedade, espontaneidade, como os antigos cristãos, colaboramos por ideologia, porque sabemos onde queremos chegar com isso”, Fala o Cooperado E.B.S:

O MST vê na cooperação e nas cooperativas uma questão estratégica para proporcionar o desenvolvimento econômico e social das famílias. Desde quando o movimento surgiu, a cooperação já se fez presente nos seus diversos aspectos, seja a cooperação na própria luta imediata pela terra, que não seria possível sem a cooperação, até a posse da terra, quando ela ganha outra dimensão, que é a de garantir a viabilidade das famílias na terra. O MST incentiva a cooperação desde os níveis mais simples até os mais complexos. A COPAVI é um exemplo de cooperação mais complexo, mais avançado (Cooperado C.R.C).

Assim, para compreendermos melhor estas primeiras proposições, e com o intuito de situar a COPAVI no movimento, seguiremos com uma breve leitura sobre as origens do MST; as formas de cooperação contempladas nos assentamentos, bem como algumas problemáticas sobre esta questão, já trabalhadas por autores como Carvalho (1999); Fabrini (2002); Vazzoler (2004) e Scopinho (2007; 2009), que poderão nos ajudar a deslindar

a complexidade implicada neste tema, para depois prosseguirmos uma análise mais pormenorizada da cooperativa.

Da mesma forma, esta primeira etapa de nossa análise nos permitirá apontar para uma possível resposta para o nosso primeiro objetivo específico, qual seja: o de compreender a forma como estes atores percebem a emancipação pela Economia Solidária.

### 5.1.1 As origens do Movimento Sem Terra

O MST é um movimento de massas, que reúne trabalhadores rurais em luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade sem explorados e exploradores. É uma organização de caráter nacional, com implantação em praticamente todos os estados brasileiros e que se caracteriza por realizar lutas massivas de ocupação de terras visando pressionar os governos a fim de que realizem desapropriações de áreas e assentamentos de trabalhadores (CONCRAB, 1998, apud, VAZZOLER, 2004). Em Geral, após a conquista do assentamento, as mobilizações continuam tendo em vista a garantia por condições básicas para viabilização das áreas conquistadas e a permanência dessas famílias no campo através de crédito para a educação, assistência técnica, infraestrutura social e produtiva.

Sua origem está diretamente ligada às transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 pelas quais a agricultura brasileira passou, objetivando alinhar o setor rural ao modelo de desenvolvimento industrial que o país estava adotando (FABRINI, 2002, VAZZOLER, 2004, CHIARIELLO, 2007). Como explica Vazzoler (2004), esse projeto, que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, se deu no lastro da ditadura militar, tendo por meta final a internacionalização da economia brasileira e o processo de industrialização, favorecendo, dessa forma, as culturas destinadas à exportação e à agroindústria e deixando para o segundo plano as culturas destinadas ao consumo da população de baixa renda. Estas transformações no campo estão relacionadas ao projeto neoliberal, já discutido em nosso primeiro capítulo, que, tendo iniciado nos países do Norte no final da década de 1960, passa a refletir no cenário mundial.

Ademais outros fatores que não serão explicitados aqui<sup>9</sup>, o traço característico dessa política foi o favorecimento do latifúndio, implicando no desmonte das estruturas produtivas locais formadas por pequenos agricultores expulsos econômica e fisicamente da nova dinâmica rural (CHIARIELLO, 2007).

---

<sup>9</sup> Sobre a mudança na estrutura fundiária, a expropriação, a exploração, a concentração de terras e a repressão militar aos movimentos rurais, ver em (VAZZOLER, 2004; FABRINI, 2002, CHIARIELLO, 2007)

Como pudemos perceber esta é a realidade da maioria dos cooperados da COPAVI, pequenos agricultores ou filhos de pequenos agricultores, arrendatários de terras, que diante destas transformações foram impossibilitados de permanecerem em suas pequenas propriedades rurais, tendo que buscar sua subsistência na cidade e ou como trabalhadores rurais assalariados. Pode-se dizer então que estes sujeitos foram expulsos do campo, passando a viver às margens de uma economia que priorizou o latifúndio mecanizado em detrimento das pequenas propriedades de subsistência. Tal condição é bastante elucidativa quando analisamos o contexto de luta do MST, que além de lutar pela democratização da terra, luta contra o modelo atual do agronegócio, fortemente pautado no latifúndio monocultor.

Assim, é neste cenário que ressurgem os movimentos camponeses em fins da década de 1970, que, ligados aos setores progressistas da igreja Católica e aos sindicatos de trabalhadores, da cidade e do campo, deram origem ao MST. O movimento teve seu surgimento marcado por lutas localizadas: em setembro de 1979, centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, em 1980 houve a ocupação da fazenda Bruno Branco; ainda nesse ano, no Paraná, se deu o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado, em função da desapropriação de terras para a construção das barragens de Itaipu; nos municípios de Nova Andradina, Castilho e Nova Independência, no estado de São Paulo, posseiros lutaram na fazenda Primavera; em 1983, após dois anos de ocupação e confronto, resultando na morte de 10 trabalhadores rurais, 207 famílias foram assentadas no Rio Grande do Sul (VAZZOLER, 2004; CHIARIELLO, 2007; MST, 2010). As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo (MST, 2010, p.9).

A experiência adquirida com as ocupações contínuas resultou na articulação entre as lideranças das lutas localizadas. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade, convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, 2010).

### 5.1.2 A Cooperação Nos Assentamentos

Como verificado junto aos próprios cooperados, para o MST, o entendimento de que as conquistas somente se deram em vista de ações coletivas no período do acampamento, agem como elemento motivador na continuidade, agora na produção no

assentamento, quando as questões econômicas adquirem maior relevância. A organização da produção no assentamento é vista como condição básica para permanência do trabalhador assentado na terra e a cooperação é um meio através do qual esta organização será viabilizada. Além disso, o movimento entende que os agricultores assentados têm dificuldade para sobreviver e competir no mercado através da exploração de seus lotes individuais, por isso estimula as várias formas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas, como veremos a seguir, pois considera fundamental para os sem-terra o ato de desenvolver atividades cooperativas, mesmo que sejam as formas mais simples.

Todavia, a prática cooperativa não ocorre de forma homogênea nos assentamentos, havendo uma pluralidade de formas e de intensidade com a qual a cooperação é vivenciada. O assentado sem terra não se constitui como sujeitos sociais homogêneos e o assentamento não é apenas um conjunto de famílias vivendo num espaço de terra ou área onde se dedica à produção agropecuária (FABRINI, 2002, p.118). A generalização não permite compreender as enormes diferenças existentes no interior desta categoria, expressas por diferentes trajetórias de vida, valores, etnias, culturas, idade, escolaridade e etc.

Assim, a união destes atores pode ser caracterizada por uma multiplicidade de causas, de desejos e de anseios – o lote de terra; a sobrevivência; a independência econômica e financeira; a luta por uma sociedade mais justa, e etc. Essas diferenças não deixam pensar no assentamento apenas como uma unidade, mas sim como espaço social permeado de conflitos, de contradições, de diferenças e, portanto, de multiplicidade de ideais, de formas de ver e conceber a vida<sup>10</sup>, que nem sempre se condensam numa causa comum. É neste sentido que a cooperação enquanto principal orientação do movimento, nem sempre é assimilada de forma homogênea.

“As pessoas tem seus desejos pessoais, seus desvios”, fala o Cooperado C.R.C – ao se referir às múltiplas intenções que se chocam no assentamento. “Cada um que aderiu a proposta tem sua trajetória de vida [...] e isso é muito forte. Eu, pessoalmente, aderi à proposta por acreditar no socialismo, mas isso é vazado de contradições” (C.R.C.).

Sobre o ideal da propriedade privada, que como poderemos ver numa análise mais pormenorizada da cooperativa, torna-se um obstáculo para a permanência e o ingresso de mais cooperados na COPAVI, nos fala o Cooperado E.B.S.: “Muitas pessoas ingressam no MST com o sonho da propriedade privada, aos poucos vão apreendendo os valores e fazem a escolha”.

---

<sup>10</sup> Estudos importantes: Carvalho (1999); Fabrini (2002); Scopinho (2007, 2009)

Como afirma Carvalho (1999), o assentamento é produto das contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas existentes na formação econômico-social brasileira e traz no seu âmago social todos os vícios e virtudes das pessoas, famílias, grupos e classes sociais dessa sociedade – o que significa dizer, dentro de uma perspectiva complexa que a contracorrente traz em seu âmago resquícios da corrente dominante. Por isso não há que se pensar numa perfeita coesão entre estes atores, uma vez que o conflito de classe que os trazem para a condição de assentados, não se dissipa, pois no interior do assentamento eclodem outros conflitos, com natureza distinta do anterior, resultante das diferenças individuais.

Dessa forma, podemos estabelecer duas formas de pensar a COPAVI, ou, o assentamento Santa Maria, que neste caso particular se confunde com a cooperativa, uma vez que todos os membros do assentamento são cooperados<sup>11</sup>. Por um lado, como uma unidade, fruto das contradições sociais e resultado de um processo de luta, possibilitada pelo estabelecimento de vínculos entre estes atores, que em algum momento de suas vidas se uniram por uma causa comum. Por outro, como um contexto heterogêneo, permeado por diferenças individuais, pela multiplicidade do ser humano complexo e, portanto, permeado por conflitos, em que a cooperação, o processo de autogestão e a vida em comunidade que se condensam na proposta de “uma nova forma de sociabilidade”, tornam-se desafios diários.

A este respeito, podemos adiantar a fala da Cooperada S.P., que com sua experiência de militante no movimento e pioneira da cooperativa, fala sobre os desafios da cooperação no assentamento, depois de ter sido conquistada a terra:

Todo o acampamento é muito permeado pela colaboração, pela luta, pelas reivindicações, porque lá todos estão vivendo uma situação difícil [...]. Os homens saem para trabalhar de manhã e no final do dia trazem o que conseguiram, tudo é dividido. As mulheres permanecem geralmente no acampamento, mas todas se ajudam, participam das reivindicações, cooperam e lutam da mesma forma que os homens. As refeições costumam ser coletivas. Quando se vai para o assentamento, quando se ganha o lote individual, volta a ser a autoprodução, a cooperação já não é mais a mesma, cada um volta a viver exatamente como vivia antes do acampamento.

Dentro de uma perspectiva complexa Morin (2005a, p.168) afirma: “toda a sociedade é, ao mesmo tempo, comunitária e de rivalidade”. Os egocentrismos individuais

---

<sup>11</sup> Esta é uma peculiaridade da COPAVI, que já nasceu com o Assentamento Santa Maria, neste caso o assentamento se confunde com a cooperativa. Todos os assentados são cooperados. Diferentemente de outros assentamentos pesquisados por Scopinho (2007, 2009) e Vazzoler (2004).

estão em rivalidade, competição e conflitos na sociedade, mas assim que há interesse comum, perigo iminente, ou, neste caso específico, uma experiência de resistência; a solidariedade manifesta-se em virtude do sociocentrismo, do senso de comunidade. Em outras palavras, qualquer sociedade é, ao mesmo tempo, um campo de interesses individuais e uma comunidade fadada ao interesse coletivo.

Tal proposição pode nos ajudar a compreender estas relações, ora de unidade, coesão, vínculo; ora de distanciamento, rupturas, conflitos, como explicitado no relato anterior. Estes sujeitos se aliam num movimento, identificados por uma causa comum – a conquista da terra ou, num plano maior, a reforma agrária, a transformação social. Contudo, esta coesão, essa unidade, não pode ser vista apartada das outras dimensões da vida humana – os costumes, os valores, as aspirações, a forma de viver que no cotidiano afloram e se colidem, de modo que, a pretensa unidade se desfaz em multiplicidade.

Assim, mesmo sendo a cooperação a base para os arranjos organizacionais nos assentamentos do MST existe uma diversidade de formas e de intensidade com a qual esta é assimilada e vivenciada, revelando uma multiplicidade de intenções que se reverberam em diversas possibilidades de formas coletivas de ser e ter. Das formas mais simples para as mais complexas (VAZZOLER, 2004; FABRINI; 2002) tem-se:

**a) Mutirão, puxirão, troca de serviço:** trata-se da forma mais simples de cooperação. Ocorre ocasionalmente entre assentados individuais, especialmente entre vizinhos e parentes, para execução de uma determinada tarefa.

**b) Núcleos de produção:** são assentados individuais que se unem para produzir. É direcionada para assentamentos onde os assentados já estão estabelecidos de forma individual e têm dificuldades de evoluir para experiências associativas mais avançadas.

**c) Associações:** que podem ser de diversos tipos: para a aquisição de animais; de máquinas ou implementos agrícolas; de transporte; de benfeitorias; e de representação política de todos os assentados. As associações são formadas por pessoas que se unem para resolver um problema que dificilmente poderiam resolver sozinhas. Normalmente a terra permanece como lote individual. Já o capital pode pertencer em parte para o indivíduo e em parte para a associação. A COPAVI, embora constituída como uma CPA, também possui duas associações: a associação das mulheres, a Amaterra, e a associação dos pequenos

agricultores rurais, a Mão na Terra. Ambas as associações, conforme relatado pelos cooperados, servem como ferramenta de cunho social<sup>12</sup>.

**d) Grupos semicoletivos:** há grupos semicoletivos quando os assentados produzem no lote familiar e há uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Tendo sido uma modalidade de cooperação predominante entre 1985 e 1988, concluiu-se que esse grupo de produção não é estável. Ou avança para um nível maior de coletivização ou retrocede para um nível de individualização cada vez maior no processo de produção (VAZOLLER, 2004, p. 97).

**e) Grupos coletivos:** em geral, o título de propriedade e concessão do uso da terra permanece em nome do indivíduo. Não se faz, entretanto, parcelamento da terra, pois ela fica sob o comando do coletivo. O capital, bem como o planejamento da produção e os investimentos ficam sob o comando do coletivo. O grupo de produção coletivizada é organizado informalmente, não é legalizado.

**f) Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS):** tem por objetivo planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semicoletivo ou em grupos coletivos. Além disso, dedicam-se à comercialização da produção, assistência técnica e implantação de unidades para beneficiar a produção dos assentados. Podem ser divididas em: Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), quando envolvem apenas um assentamento ou assentamentos de um determinado município; e Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR), quando envolvem vários assentamentos em municípios próximos.

**g) Cooperativas de Crédito:** a finalidade é fazer circular o capital financeiro dos assentados entre os mesmos, facilitando, assim, o acesso ao crédito.

**h) Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS):** é uma forma de transição entre CPS e CPA. Assim, dependendo do nível de desenvolvimento da região ou do assentamento em que estiver localizada a CPS pode passar de cooperativa que simplesmente fornecia a prestação de serviços para uma cooperativa de produção e prestação de serviços (CPPS). Nessa modalidade de cooperação a terra pode ser propriedade do coletivo ou ser do coletivo apenas a parte em que estejam investimentos coletivos e o restante ser de propriedade individual.

---

<sup>12</sup> Através destas duas associações, a Amaterria e a Mão na Terra, os cooperados podem se valer de recursos destinados especificamente ao desenvolvimento empreendedor da mulher e do pequeno agricultor. Cada uma das associações esta constituída como pessoa jurídica, independente da cooperativa.

i) **Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA):** Esta é a forma como está organizada a COPAVI. As CPAs foram implantadas como experiência nos assentamentos do MST a partir de 1989 e são consideradas pelo movimento como uma forma superior de organização cooperativa. Diferentemente das outras formas de organização, numa CPA a terra permanece sob controle do coletivo. Ademais, o que a torna diferente de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação é a sua personalidade jurídica, porque, ao ser registrado como um empreendimento cooperativista passa a ser regida pela legislação cooperativista brasileira. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA, que se constitui como uma empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivo.

Todas estas formas de cooperação, tanto sob o prisma da produção quanto de sociabilidade entre os seus membros, ainda que perdurem até os dias atuais nas suas mais diversas formas, representam também estágios de uma trajetória do movimento (VAZOLER, 2004; CHIARIELLO; 2007). Sendo assim, a cooperação tem evoluído desde os mutirões e as trocas de serviços, que contemplam a fase inicial dos assentamentos e são formas mais espontâneas e improvisadas de cooperação, até a organização de coletivos de produção, associações e cooperativas regionais, que se deram na fase intermediária e, portanto, de forma mais planejada e orientada, para a forma mais avançada que é a CPA – o último estágio de desenvolvimento da cooperação, que se soma à implantação do SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados em 1990, que representa o setor de produção do MST<sup>13</sup>.

O SCA nasce com o objetivo de difundir o cooperativismo nos assentamentos e ser a retaguarda do movimento para a consolidação econômica e política dos assentamentos. Esta última fase, ou seja, a implantação das CPAs e do SCA representa o esforço do movimento em buscar efetividade na reforma agrária, expressa em resultados econômicos satisfatórios (superação do nível de reprodução simples ou de sobrevivência para o nível de produção de excedentes) e construção de um quadro político para atuar no fortalecimento do movimento, que aqui parece ter como elemento fundamental a organização cooperativa.

Por outro lado, a introdução da agroindústria, como evidencia Vazzoler (2004) é estratégica para o desenvolvimento econômico dos assentados na medida em que absorve mão de obra subutilizada – principalmente a dos jovens – e agrega valor aos produtos agropecuários. Da mesma forma, é do seu interesse zelar pela autonomia e representatividade,

---

<sup>13</sup> Vale ressaltar aqui a dificuldade de encontrar números catalogados de cooperativas constituídas em forma de CPAs ou outras modalidades, tanto em artigos e trabalhos na área quanto por parte do próprio movimento. Embora, todos os cooperados afirmem que as CPAs é a forma de organização da minoria dos assentamentos, não conseguem dizer com precisão qual o percentual que representam.

viabilizando assim um cooperativismo que abrange as diferenças regionais e que se opõe às políticas neoliberais e ao cooperativismo tradicional defendido pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que se propõe a ser a única representante de todas as cooperativas (CONCRAB, 1998 *apud* VAZZOLER, 2004).

Resumidamente, como propõe Vazzoler (2004, p. 65), o SCA vê a estratégia geral do MST, como uma forma de:

Proporcionar militantes e dirigentes e criar condições materiais para a luta, ou seja, as cooperativas devem colocar à disposição sua infraestrutura, recursos e pessoal para a mobilização e luta política em vista da reforma agrária e da transformação da sociedade; desenvolver a consciência política na base; construir a sua organicidade; engajar-se na sociedade seja fazendo articulação política e ou ajudando organizar outros segmentos; vivenciando novos valores.

Em 2002 o SCA foi substituído pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que assumiu as funções do SCA no assessoramento às cooperativas. Assim, se o cooperativismo e a introdução da agroindústria são vistos pelo movimento como uma forma de resistência no campo, a opção pela produção agroecológica, que passa a ser estimulada com mais intensidade a partir deste início de século, é vista como uma forma de resistência e combate ao modelo do agronegócio, baseado no monocultivo de grandes extensões de terra, na destruição do meio ambiente e na exploração dos trabalhadores rurais (MST, 2010). Na COPAVI todas as culturas já são orgânicas, o setor de leite é o único que ainda se encontra em fase de transição para a agroecologia.

Assim, o setor de produção do MST está organizado da seguinte forma: as bases locais são constituídas pelas CPAs, pelos grupos coletivos e semicoletivos e demais formas de organização dos assentados. Em âmbito estadual estão as cooperativas centrais de reforma agrária – CCAs, que reúne as CPAs e demais cooperativas e associações regionais. E, em âmbito nacional está a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. É dentro desta estrutura organizacional que se encontra a COPAVI.

De toda a forma, como podemos perceber na organização do próprio movimento, se por um lado houve conquistas e avanços no plano institucional, isso não se dá de forma linear em âmbito local, uma vez que, conforme relatado pelos próprios cooperados, as CPAs ainda representam a forma de organização da ínfima minoria dos assentamentos. Embora a escolha pela forma de cooperação dependa de uma série de fatores como os tecnológicos, de mercado, localização e etc., como sugere Vazzoler (2004), parece que o

principal fator ainda é a disposição das pessoas para a cooperação. O relato abaixo explicita de forma muito elucidativa um dos motivos pelos quais a cooperação é vivenciada de forma muito heterogênea dentro do movimento:

“O MST é um movimento popular, diferente de um sindicato, por exemplo, a estrutura do MST é muito flexível, a pessoa acompanha se quiser. Não se tem obrigações regimentais formais, é solto, vai por interesse e convencimento, isso vai fluindo” (Cooperado E.B.S)

E, se referindo às múltiplas influências que esses atores sofrem do contexto externo, acrescenta:

Tem assentamentos que estão mergulhados no capitalismo selvagem – cada um por si. E essa é uma norma geral nos assentamentos porque a ideologia dominante é sempre a ideologia dominante [...]. Tem muitos assentamentos que são territórios perdidos para a luta ideológica, que o padre, o pastor, o vereador já ganhou, que os interesses dos inimigos de classe já ganharam [...] (Cooperado E.B.S).

Nestes termos, o caráter popular do MST traz à tona a complexidade que subjaz aos movimentos sociais de uma forma geral que, conforme discutido em nosso referencial teórico (SANTOS E RODRÍGUEZ, 2002; SANTOS, 2010), por emergirem como uma reação à globalização capitalista, como uma contracorrente às mazelas sociais que esta suscita e das possibilidades reais destas pessoas, não estão baseados numa unidade do saber, mas sim numa pluralidade de saberes, culturas, de práticas, e de concepções de vida que suscitam uma pluralidade de possibilidades. Assim, mesmo que o MST tenha uma orientação nitidamente socialista, e isso é muito evidente no contexto da COPAVI, através do discurso dos cooperados, do regimento, dos símbolos dispostos em seu cenário (como a bandeira de Cuba, por exemplo, que adorna o refeitório), esta orientação é eivada de interferências.

Estas interferências e múltiplas possibilidades de assimilação da orientação maior que emana do MST, já evidenciadas na multiplicidade de arranjos cooperativos contemplados pelo movimento, nos revelam o caráter experimental que a cooperação enquanto “uma nova forma de sociabilidade” adquire dentro do movimento e dentro de cada assentamento. Nestes termos, o que podemos inferir de imediato é que a ideia de construção de “uma nova sociabilidade”, ou de uma “outra racionalidade” seria demasiado reducionista, uma vez que diversas possibilidades e diversas formas de sociabilidade estão sendo construídas. Todas, de certa forma, vincadas nos princípios cooperativistas, mas de maneira nenhuma, isentas das influências de um contexto permeado pelas relações capitalistas, dos vícios, cultura e concepções que se produzem nessa sociedade, que através de um circuito

hologramático está presente em cada indivíduo (MORIN, 2005a). Entretanto, nem por isso, estas experiências deixam de ser produtoras de novos arranjos, de novas possibilidades, demonstrando como afirma Morin (2011) que a realidade pode ir além do que existe.

Ademais, nos adiantando para uma possível resposta sobre como estes atores percebem a emancipação pela Economia Solidária, o que de imediato podemos afirmar é que tal visão está bastante afinada com os pressupostos centrais do MST. Assim, como já discutido nestas poucas linhas de nossa análise, é constante a busca da cooperativa em seguir as diretrizes do movimento, que vê na cooperação o caminho para a garantia da sobrevivência digna das famílias no assentamento e para a transformação da sociedade através da luta política. Então, de maneira formal, se avaliarmos pelo discurso e pelas diretrizes de seu estatuto, poderíamos afirmar que este é o sentido da cooperação ou da Economia Solidária para a COPAVI.

Contudo, como também buscamos demonstrar, esses ideais são eivados de interferências. Isso também vale para o contexto da COPAVI, cujos atores, como poderemos ver no deslindamento de nossas categorias de análise, veem a manutenção dos princípios cooperativistas e a vivência desses novos valores como um desafio diário frente às múltiplas interferências de um contexto adverso e da complexidade humana, que de nenhuma forma remete a uma coesão, seja na forma de pensar ou de viver estes princípios.

### 5.1.3 Um Breve Histórico da COPAVI.

Como forma de completar esta primeira fase de nossa análise seguiremos ao histórico da COPAVI, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA, que se confunde com a história do assentamento Santa Maria, localizado no município de Paranacity-PR, distante 80 Km da cidade de Maringá-PR, região noroeste do estado do Paraná. Nesta região, como explica Moura (2005), ocorreu mudanças na estrutura fundiária a partir da década de 1970, em decorrência da falência de pequenos produtores e da elevação do desemprego, o que motivou como já evidenciamos aqui, o surgimento de organizações sociais que mobilizaram contingentes de trabalhadores rurais desempregados para a formação de assentamentos rurais na região. Entre os acampamentos do período está a ocupação da antiga Fazenda Santa Maria, em Paranacity, desapropriada pelo decreto número 96.259 de 30/06/1988 por ter sido considerada improdutivo.

Como relatado pelos próprios cooperados da COPAVI, inicialmente, a área foi ocupada por um grupo de trabalhadores sem-terra da própria região de Paranacity.

Contudo, através de uma articulação política entre o proprietário da fazenda, a prefeitura e o sindicato dos trabalhadores rurais, esses trabalhadores foram convencidos a desocuparem a área. Então, aproveitando-se da contestação legal da desapropriação e da desocupação pelos trabalhadores, o proprietário firmou um contrato de arrendamento por 10 anos com a usina de açúcar Santa Terezinha.

De toda a forma, a emissão de posse foi concedida pela justiça em 30 de agosto de 1992, com sentença favorável à contestação feita pelo INCRA, confirmada pela resolução nº 306 de 12 de novembro de 1992. Nesta ocasião, os trabalhadores sem terra da cidade, voltam a ocupar a área, mas dada uma nova negociação com a prefeitura, saem logo em seguida (MOURA, 2006).

O MST ao perceber a importância da área que era vizinha da cidade organizou uma discussão em todo o Estado para identificar famílias provenientes de outros assentamentos e ou acampamentos interessadas em trabalhar de forma coletiva. Em 19 de janeiro de 1993, 5 meses após a emissão de posse, diante da demora das negociações que impediam a efetivação do assentamento, doze famílias pertencentes ao MST, oriundas das regiões Sudeste, Centro-Sul, e Sudoeste do Paraná, ocuparam a área.

Como já explicitado, esta é uma peculiaridade do assentamento Santa Maria, que já nasce com a proposta de ser uma cooperativa de produção agropecuária. Além da localização, propícia para o estabelecimento de uma agroindústria, a Cooperada S.P. explica que esse cuidado do MST se deveu também ao fato de a área disponibilizada ser muito pequena, aproximadamente 96 alqueires, e não muito produtiva, o que inviabilizaria a produção em lotes individuais.

O movimento convidou as famílias já com a proposta de uma cooperativa agroindustrial, uma vez que, por se tratar de um local próximo à cidade havia boas condições para isso. Vieram companheiros de diversos assentamentos, todos que já se interessavam por trabalhar de forma cooperativa. Em cada assentamento sempre tinha um grupinho com interesse no coletivo e o movimento fez este levantamento – vieram famílias de diversos assentamentos do Paraná, todos já sabiam que aqui não haveria lotes individuais (Cooperada S.P.)

Ainda sobre o processo de ocupação e cooperação, nos relata S. P.

Chegamos em doze famílias e com alguns grupos de apoio do MST juntos. Quando chegamos, demos uma “balançada” porque era um areão branco, e o povo, a maioria proveniente de terras vermelhas e mais produtivas, ficou meio assustado [...]. Aqui só tinha cana. Mas mesmo assim começamos o trabalho [...] A cooperação sempre foi o carro chefe, iniciamos em 19 de janeiro e em 10 de julho do mesmo ano conseguimos fundar a cooperativa.

A ocupação, no entanto, gerou um conflito entre as famílias do MST e as do município, que já haviam tentado ocupar a área anteriormente. Nesta ocasião, o apoio da igreja Católica é lembrado pelos cooperados como fundamental. Segundo relatos, no dia 18 de abril de 1993, o arcebispo da região realizou uma missa na igreja matriz de Paranacity, que contou com a presença de aproximadamente três mil pessoas. No mesmo dia, o MST distribuiu uma Carta Aberta à comunidade da região, com o intuito de esclarecê-la e sensibilizá-la para a sua causa.

Dessa forma, o conflito inicial com a comunidade foi sendo dirimido com o apoio da igreja, do MST, e através de um bom relacionamento com a comunidade. Como pacientemente relata o Cooperado F.S., o pioneiro mais idoso do assentamento, “a confiança foi sendo adquirida aos poucos, desde o início nós sabíamos que tínhamos que ter uma conduta exemplar perante a comunidade”.

Seis meses após a ocupação, com o objetivo de consolidar as atividades que já vinham ocorrendo de forma coletiva e conseguir investimentos produtivos, foi fundada, no dia 10 de julho de 1993, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA - COPAVI. Assim, a propriedade privada de 96 alqueires de terra, utilizada para a monocultura intensiva de cana-de-açúcar, se transforma numa propriedade coletiva, em lugar de morada e geração de renda para as vinte famílias que já compunham o assentamento na ocasião da fundação da cooperativa.

Já no primeiro semestre de 1994, com a regularização do assentamento pelo INCRA a cooperativa passou a ter acesso a financiamentos do PROCERA<sup>14</sup>. Os créditos foram utilizados na produção de leite, criação de galinhas e porcos e na plantação de cana-de-açúcar, para produção de açúcar mascavo e melado de cana, o que consolidou a agroindústria na cooperativa. Ao longo dos anos a COPAVI passou por algumas reestruturações no processo produtivo. Hoje a agroindústria está consolidada com a produção de cana-de-açúcar, melado de cana, leite, padaria e horticultura. O cultivo, como já relatado na seção anterior, é todo agroecológico, o único setor que ainda está em fase de transição é o setor do leite.

---

<sup>14</sup> Programa De Crédito Especial Para A Reforma Agrária

Vinculada à CONCRAB, por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná – CCA-PR, a COPAVI busca seguir as orientações do MST, definidas em suas linhas políticas, princípios e símbolos a nível Nacional, Estadual e Regional (REGIMENTO INTERNO, 2004). A cooperativa contempla, em seu regimento interno, alguns objetivos principais:

- a. Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização, buscando organizar o trabalho de seus sócios;
- b. Liberar mão de obra para contribuir no MST e seus setores de organização;
- c. Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social;
- d. Dar exemplo através de resultados econômicos e sociais de que a reforma agrária dá certo;
- e. Buscar a especialização da mão de obra;
- f. Garantir a participação nas decisões, execução e controle e divisão de sobras através da gestão democrática.

A definição destas diretrizes aponta para o duplo fim a que se propõe a cooperativa: garantir a eficiência econômica e ser um instrumento de luta política, ou como preferem afirmar os cooperados, “ser um instrumento do MST”. O relato abaixo é bastante elucidativo dos fins que se propõe a cooperativa e, da mesma forma, reforça nossa compreensão em relação ao posicionamento da cooperativa no movimento e em relação à própria Economia Solidária:

O MST é o grande guarda chuva e a COPAVI está debaixo desse guarda-chuva, fortalecendo-se com a luta maior impulsionada pelo movimento e ajudando a fortalecer a luta geral, no sentido político e econômico. Assim, com base na nossa realidade local e dentro das nossas condições a gente busca fortalecer a luta maior, é uma via de mão dupla. Nós nos colocamos como uma experiência do MST, uma experiência local, pontual, mas as pessoas veem na COPAVI o MST (Cooperado C.R.C.).

Essas primeiras considerações que buscamos fazer, contextualizando a COPAVI no MST, nos conduzem a um elemento fundamental, evidenciado por Singer em “Introdução à Economia Solidária”, qual seja: o efeito militância. Dessa forma, é possível perceber de imediato o potencial emancipatório que as cooperativas do MST trazem para o contexto da Economia Solidária quando buscam através das cooperativas formar quadros políticos para atuarem na luta mais ampla. Por outro lado, Singer (2002a, p. 21-22), afirma:

“Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos” – tal preposição parece ficar evidenciada no esforço para autogestão verificado no contexto da cooperativa.

Isto posto, resta-nos agora, compreender, como a COPAVI, uma experiência cooperativa inserida num movimento popular, cuja visão de cooperação é a de um instrumento, acima de tudo, de transformação social, tem conduzido sua gestão interna e suas ações externas com fins de atingir esses objetivos. Da mesma forma, compreender, os desafios, interferências e conflitos que emergem nesse contexto.

## 5.2 OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO - ANÁLISE DAS AÇÕES INTERNAS

Contemplaremos nesta fase de nossa análise alguns elementos da gestão interna da COPAVI que nos permitirão circunstanciar a vivência dos pressupostos solidários na cooperativa. Primeiramente analisaremos o processo de autogestão, que se concretiza na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, na participação democrática, e nas relações de trabalho. Depois analisaremos como a cooperativa tem se valido do apoio governamental no tocante ao crédito, subsídios e outros incentivos e como assimila a importância do papel do Estado no fortalecimento da Economia Solidária.

### 5.2.1 Autogestão

#### 5.2.1.1 A propriedade coletiva da terra e dos meios de produção

Como já salientado no histórico da COPAVI, as famílias que se interessaram pelo assentamento Santa Maria já tinham o conhecimento prévio de que a propriedade da terra seria coletiva. Assim, a posse da terra e a utilização coletiva dos meios de produção, através da constituição de uma cooperativa nos moldes que o MST delineara para a formação de uma CPA, se colocaram como uma premissa para os trabalhadores e sua posterior adesão como sócios da cooperativa.

Em 1994, após quase um ano de ocupação, o INCRA emitiu o título de propriedade da terra ocupada. Os títulos não foram emitidos individualmente e sim em nome da cooperativa, de maneira que a terra e os ativos posteriormente constituídos fossem de propriedade da COPAVI, incorrendo na impossibilidade do seu fracionamento individual para alienação. A única propriedade que é individual dos cooperados é o lote de terra que

compõem a agrovila, destinado à construção das moradias, mas mesmo assim, apenas enquanto as famílias permanecerem na cooperativa, pois a área é coletiva.

A construção das casas nos moldes de uma agrovila se deu com o intuito de aumentar a utilização dos lotes de terra para a produção coletiva, otimizar a instalação de benfeitorias, bem como estreitar os laços de cooperação entre as famílias. No momento são vinte e duas casas, todas em boas condições e há um projeto para mais dez casas, já que, como veremos a seguir, a cooperativa anseia pelo ingresso de mais sócios.

Os cuidados com a agrovila estão contemplados num capítulo específico do Regimento Interno, dentre os quais destaca-se: “art. 49º – a agrovila, a sede e a área pública da COPAVI terá que mostrar bom gosto, beleza e organização, atendendo limpeza regulares, jardins bem cuidados e arborizados”. Ainda, o mesmo artigo, reza: “a sede, além da limpeza e organização terá que estar ornamentada com a bandeira e cartazes da luta do MST [...]”. Mas como pudemos observar na pesquisa a campo, além da sede, todas as casas da agrovila estampam a bandeira do MST em sua fachada.

**Figura 1 - Agrovila**



Como a cooperativa detém o título de posse dos lotes, o interessado em ingressar no quadro associativo, se aprovado, passa a integrar seu corpo de trabalhadores. Como já observado por Chiariello (2008) todo o cooperado na COPAVI é tido como um trabalhador, pois adiciona sua força de trabalho ao coletivo e pode, assim, usufruir benefícios da cooperativa e incrementar o patrimônio de um empreendimento que também lhe pertence. Contudo, o ingresso de um novo cooperado deve ser precedido de um estágio probatório de quatro meses, cuja aprovação será decidida pela assembleia geral.

Assim, conforme especificado no Estatuto “poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de dezoito anos, que residir na área de atuação e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa<sup>15</sup>”. Conforme salienta a Cooperada S.P., no processo de estágio probatório será analisada a disposição para o trabalho, a contribuição para o coletivo através de uma boa relação com os companheiros, e o respeito às normas do Regimento Interno e do Estatuto. Quanto à subscrição da cota parte, esta é simbólica, algo em torno de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), que poderá ser paga com o próprio trabalho.

Desta forma, a centralização da terra e dos ativos sob propriedade da cooperativa, somada à constituição dos fundos de reserva<sup>16</sup> funcionam como dispositivos que evitam sua descapitalização e redução da extensão territorial diante de resoluções individuais. Garantindo assim a perenidade do empreendimento solidário e sua função social, sinalizando que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro como já argumentado por Singer (2002a, p.15). Segundo o Estatuto Social e o Regimento Interno, em caso de desligamento do sócio, a assembleia geral delibera sobre o prazo de devolução da cota-parte do cooperado, que pode ser dar em até dois anos. Ademais, o cooperado também poderá ser ressarcido pela cooperativa de possíveis benfeitorias realizadas por ele na casa em que morava.

Entre os cooperados, uma das principais razões apontadas para explicar o bom desempenho da cooperativa ao longo desses vinte anos reside no fato de a utilização coletiva da terra e dos meios de produção ter sido determinada desde a etapa de ocupação. A opção pela coletivização, como já analisado por Chiariello (2008), mesmo diante de situações precárias de existência, quando os trabalhadores abdicaram da propriedade individual do seu lote em prol de uma perspectiva abstrata da construção de uma cooperativa, teria sido decisiva para o progresso da COPAVI ao longo dos anos. Essa afirmação poderá ser confirmada através de diversos aspectos que serão tratados em nossa análise, como a utilização coletiva de recursos oriundos de créditos destinados ao pequeno agricultor, o empenho em produzir o máximo de produtos para o autoconsumo, a compra no atacado de outros gêneros alimentícios e que são distribuídos entre as famílias, o trabalho coletivo, dentre outros, que evidenciam as vantagens econômicas e sociais dessa forma de organização.

---

<sup>15</sup> Embora sendo estabelecido por Estatuto que o cooperado deve residir na área de atuação, ou seja, no assentamento – algumas flexibilizações têm ocorrido a esse respeito pelo fato de filhos de cooperados terem se casado com pessoas externas à cooperativa. Neste caso, eles podem continuar trabalhando na cooperativa e fixar residência nas proximidades.

<sup>16</sup> Art. 49º do Estatuto: a) 10% para fundo de reserva de capital, destinado a reparar prejuízos ou atender necessidades do desenvolvimento; 5% para fundos de assistência técnica, educacional e social, destinado à assistência dos sócios; 30% para fundo de investimento, sendo destinado a investimentos na cooperativa para alcançar os seus objetivos; 20% para aumento do capital social.

Todavia, se por um lado a organização coletiva é considerada elemento fundamental para o êxito da cooperativa, por outro lado é vista também como um dos principais desafios e muitas vezes, empecilho para permanência e ingresso de novos cooperados. No atual contexto da COPAVI além das vinte famílias que vivem dignamente através do trabalho coletivo há como ressaltado pelos cooperados, a necessidade de agregar pelo menos mais dez famílias, uma vez que, para atender a demanda produtiva a cooperativa está empregando quatorze funcionários, o que representa 40% dos 35 sócios. A manutenção destes trabalhadores assalariados, apesar de necessária e imprescindível para a manutenção do atual aporte produtivo, é reconhecida pelos cooperados como uma contradição aos princípios cooperativos solidários de não separação entre capital e trabalho, cuja maior contribuição é o efeito igualitário e direto da distribuição da propriedade na economia e a ampliação da democracia participativa no âmbito econômico (SINGER 2002a; SANTOS E RODRIGUEZ, 2002).

A total absorção da mão de obra na COPAVI, que a faz destoar de outras cooperativas do MST que possuem mão de obra ociosa em seu interior e que imprimem inclusive, limite de sócios por família (VAZZOLER, 2004), pode ter como sua principal justificativa à opção da cooperativa pela agroindústria, que conforme já relatado, se converte numa estratégia do movimento para o desenvolvimento econômico dos assentamentos ao absorver mais mão de obra, inclusive a dos jovens, que na COPAVI, embora não podendo se filiar como sócios antes dos 18 anos já integram o corpo de trabalhadores. Ademais, vale ressaltar que a cooperativa possui atualmente oito cooperados liberados – seis para o MST e dois para estudar, o que contribui para a necessidade de contratar mão de obra assalariada.

Além da atual conjuntura econômica<sup>17</sup>, que também é apontada como desestimuladora para a adesão por parte de novos cooperados, o principal motivo parece ser a propriedade coletiva dos meios de produção e todas as implicações que tal forma de sociabilidade suscita. Como bem pontua a Cooperada S.P.: “o principal desafio é o de mudar do meu para o nosso, porque aqui tudo é nosso, tudo é discussão; tudo é decidido de maneira conjunta”.

Esta percepção encontra respaldo na análise Singer (2002a), de que grande parte dos indivíduos se insere na economia solidária em momentos de crise ou retração da economia tradicional, como forma de se reinserir a produção social e escapar da pobreza e não exatamente por estarem desejosos de seguir os princípios solidários no seu cotidiano. No

---

<sup>17</sup> A Cooperada S.P. resalta a abundante oferta de emprego e benefícios sociais, como “o Bolsa Família”.

que se refere especificamente a cultura camponesa, muito presente nas famílias assentadas em cooperativas de reforma agrária, Fabrini (2002) e Vazzoler (2004) afirmam que a resistência à propriedade coletiva e a autogestão é fruto de uma cultura que tem na família o seu núcleo central de produção.

Neste sentido, ao longo de nossa análise identificamos três aspectos interdependentes dessa transição, isto é, dessa mudança “do meu para o nosso”, que se mostraram desafiadores para o contexto da COPAVI e que podemos adiantar aqui como um fio condutor para as próximas categorias analisadas. O primeiro parece ser a necessidade da posse individual: a necessidade de, como salientado pelos cooperados, “ter a sua cerca” e que, de certa forma evidencia a orientação mais individualista e competitiva, que a sociedade dentro de uma lógica capitalista tem privilegiado em detrimento da racionalidade social, da democratização dos meios de produção. O segundo, e ainda mais desafiador, é a disposição para a prática democrática que a organização coletiva requer; a disposição em cooperar e participar ativamente das questões que afetam a cooperativa que é de todos. Um terceiro aspecto parece ser a adaptação ao enlace que a vida em comunidade parece suscitar – e que na COPAVI permeia a posse coletiva, a gestão democrática, as relações de trabalho dentro do assentamento, que como já evidenciado se confunde com a própria cooperativa.

Assim, voltando para a questão relativa à propriedade, o que é possível constatar através dos depoimentos é que, como já salientado na primeira fase de nossa análise, embora tendo sido excluídos da dinâmica capitalista, estes atores trazem consigo o imaginário da propriedade privada – sendo que muitos não conseguem transpor esta barreira – não conseguem, nas palavras do Cooperado E.B.S “harmonizar o sonho individual com o coletivo”.

Assim, conforme explica a Cooperada S.P, embora tendo conseguido proporcionar uma boa qualidade de vida para os cooperados, em termos de habitação, alimentação, formação educacional, saúde<sup>18</sup>, etc., a renda mensal monetária é módica e ainda não foi possível obter uma significativa valorização das cotas parte, deste modo, o cooperado que deixar a cooperativa não auferirá uma retirada substancial. Como explica o Cooperado C.R.C.: “aqui nós produzimos valor de uso – porque produzimos e trocamos por outras coisas que não produzimos, não acumulamos”. É essa realidade que, para os cooperados da COPAVI, além de ter sido motivo de dissidências, também se torna um dos principais

---

<sup>18</sup> Neste caso, a Cooperada S.P. explica que, se os cooperados não conseguirem, por qualquer motivo, atendimento pelo SUS – Sistema Único de Saúde, a cooperativa se responsabiliza pelas despesas médicas.

obstáculos para o ingresso de novos membros<sup>19</sup>. A este respeito, a Cooperada S.P expõe com muita precisão a fala de um sócio, que ao deixar a cooperativa, argumenta: “se eu continuar aqui eu não terei nenhuma herança para dividir um dia” – E contra-argumenta: “isso foi feito para quem quer viver aqui e é isso que algumas pessoas não conseguem entender”.

A fala de S.P. nos remete mais uma vez aos pressupostos solidários delineados por Singer em “Introdução à Economia Solidária” (2002a): “na empresa solidária o ingressante não investe seu capital com vistas a obter lucro, mas sim no intuito de participar de um empreendimento coletivo, visando à geração de trabalho e renda”. De toda a forma, através dos depoimentos percebemos certa preocupação dos cooperados com o futuro – afirmando a necessidade de se obter alguma valorização das cotas parte, de modo que no momento da aposentadoria do cooperado estas possam ser retiradas – proporcionando assim uma maior segurança na velhice. O que fica evidenciado no esforço produtivo e mercadológico que poderemos demonstrar adiante.

A despeito das vicissitudes apontadas, a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e a organização cooperativa que se estabeleceu desde o início é vista pelos cooperados como determinantes para o desenvolvimento de uma experiência tida como exitosa. Contudo, o êxito da cooperativa como poderemos observar no deslindamento de nossa análise, parece não estar atrelado apenas a sua posição no mercado, mas também à possibilidade de sobrevivência digna das famílias no assentamento, à possibilidade de emancipação destas em relação à economia capitalista, à construção de uma cultura não patriarcal, à produção de alimentos saudáveis, cujo cultivo se dá sem a adição de veneno e adubos químicos. Essas qualificações evidenciam, nos termos de França Filho (2007, 2008), Gaiger (2004), e de Santos e Rodriguez (2002) a ampliação do conceito de economia para além do conceito mercantil, uma vez que, neste caso, a economia parece se colocar a serviço de outras finalidades, como as sociais, políticas, culturais e ambientais. O que nos remete à perspectiva complexa de ampliação da realidade para as múltiplas dimensões que compõe o humano e o seu convívio em sociedade.

Nestes termos, daremos sequência à análise da construção da gestão democrática, onde contemplaremos as instâncias de decisão, a organização produtiva da cooperativa e as relações de trabalho. Através da análise destas dimensões buscaremos

---

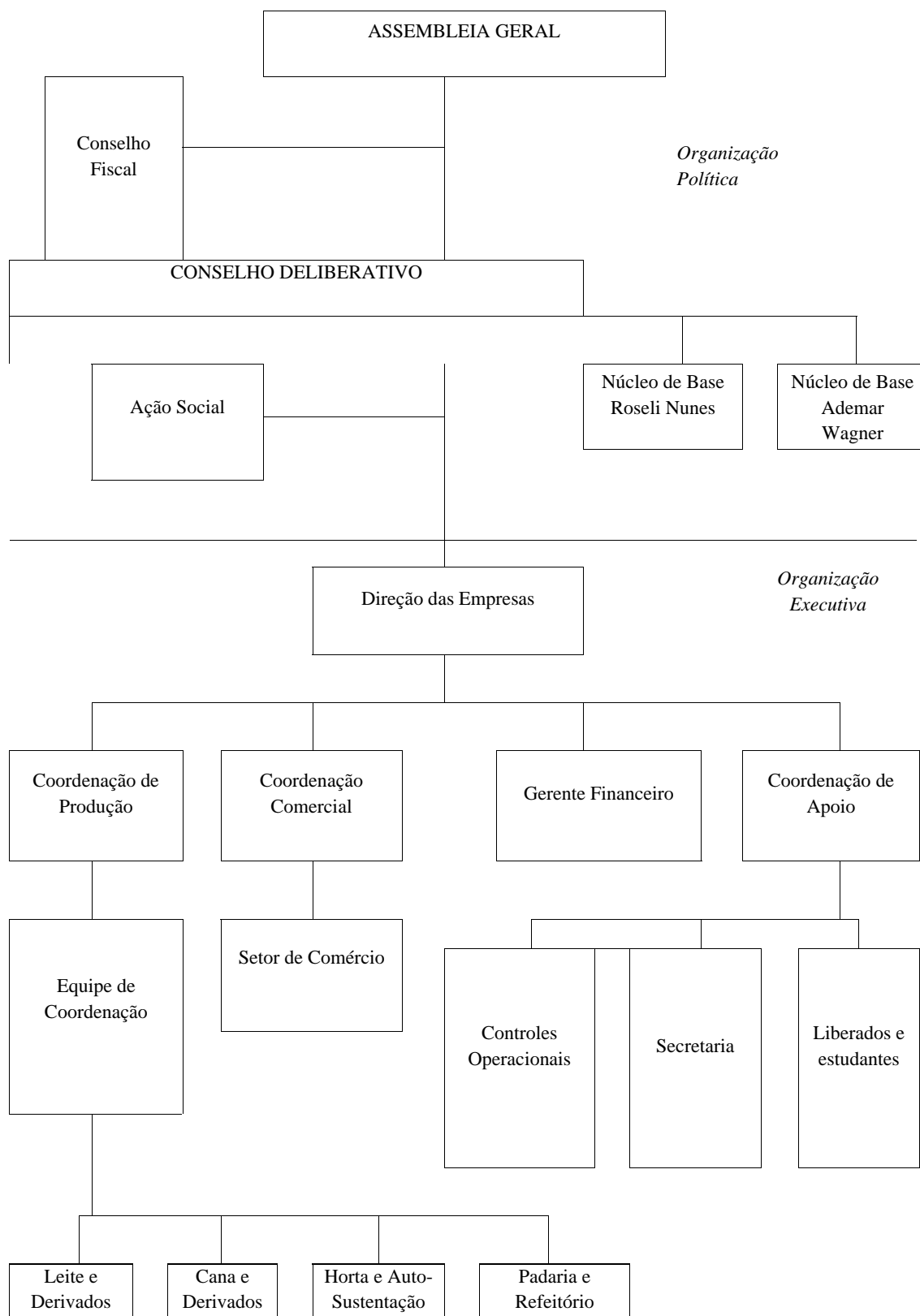
<sup>19</sup> Depois de concedida a entrevista a Cooperada S.P. nos informou que naquela semana duas famílias haviam se desligado da cooperativa. Uma delas porque o filho descumpriu o regimento, cometendo uma falta grave. A outra, tendo ingressado mais recentemente, ainda estava em fase de adaptação. Contudo, como ressalta a cooperada, sendo provenientes da cidade – não estavam habituados à rotina de trabalho coletivo. A esposa, que era dona de casa, não estava acostumada a trabalhar fora – na COPAVI, todas as mulheres trabalham na cooperativa e, “por estas e outras, acabaram se desligando” (Cooperada S.P.)

compreender as contribuições desta forma de organização no processo de emancipação destes sujeitos, bem como os profundos desafios encontrados neste caminho.

#### 5.2.1.2 A construção da democracia participativa

A participação democrática na COPAVI é vista pelos cooperados como um processo dinâmico e em construção, como um aprendizado contínuo, um desafio diário. Como relata a Cooperada S.P. “conseguimos avanços significativos, mas ainda temos vários associados que preferem deixar que os outros decidam, mas a gente procura dar responsabilidades, distribuir as tarefas, e isso acaba fazendo com que a pessoa tenha que participar”. Esta afirmação de fato pode ser verificada ao analisarmos a arquitetura organizacional da cooperativa, que por si só, parece não deixar brechas para a não participação. Dessa forma, mesmo que não haja uma predisposição para o processo de autogestão, esses indivíduos acabam por ser envolvidos no processo democrático, senão como participantes ativos, pelo menos como espectadores de uma nova dinâmica social, que podem suscitar como buscaremos evidenciar, graduais transformações no modo de ser e estar em sociedade por parte destes sujeitos.

**Figura 2 – Organograma – Organização Política e Produtiva da COPAVI**



**Fonte:** Dados fornecidos pela COPAVI.

Como podemos observar no organograma, a organização interna contempla ao mesmo tempo o aspecto político e o produtivo. O primeiro remete à organização entre os cooperados, às deliberações que definem as linhas de atuação da cooperativa, tendo como eixo principal os núcleos de base, ou como os cooperados costumam se referir, o núcleo de famílias, composto pelos núcleos Roseli Nunes e Ademar Wagner<sup>20</sup>. Cada núcleo contempla uma parte da agrovila. O segundo aspecto contempla a execução das decisões tomadas no âmbito da organização política, sendo que ambos se guiam pelo Estatuto Social e tem como instância principal de deliberação a Assembleia Geral dos Sócios.

Antes, porém, de nos atermos a uma descrição pormenorizada do organograma, reservaremos um espaço especial para falarmos dos núcleos de base, considerado pelos cooperados como uma instância fundamental para o exercício da prática democrática no assentamento e na cooperativa. Da mesma forma, é através do núcleo de base que os cooperados estabelecem um elo direto com o MST, mantendo-se assim, informados de todas as discussões e orientações que emanam do movimento.

Cada núcleo possui um coordenador e uma coordenadora, eleitos ou reeleitos a cada seis meses. São estes coordenadores e coordenadoras que representam o assentamento junto ao MST. Como nos explica a Cooperada T. M., a atual coordenadora de um dos núcleos, os núcleos de base são comuns em todos os movimentos sociais, porque é onde se dá, num contexto informal, as discussões que afetam a vida de todos no movimento. É neste espaço que são discutidas as questões políticas da COPAVI e do Movimento.

Deste modo, na COPAVI, todas as propostas que saem do conselho deliberativo, antes de ir para votação em assembleia, passa pelos núcleos, que também discutem todas as questões que extrapolam a normalidade do setor produtivo, como rotatividade de pessoas, novos direcionamentos, e etc. Da mesma forma, os núcleos são os espaços onde se discute a vida no assentamento, questões relacionadas às moradias, à convivência entre vizinhos e etc.

Porque é do interesse de todos o que ocorre no assentamento e na cooperativa [...]. Trabalhar dessa forma é uma forma de autogestão, porque depende de cada família e de cada pessoa que aqui vive como é que vamos continuar se mantendo e como vamos continuar vivendo (Cooperada T.M.).

E, por se dar num contexto informal, entre os vizinhos da agrovila, e não entre instâncias de hierarquia da empresa (COPAVI), acredita-se que há uma maior abertura

---

<sup>20</sup> Os nomes atribuídos aos núcleos são em homenagem a companheiros do MST já falecidos.

para o debate, “porque o espaço formal intimida”, fala o Cooperado E.B.S., se referindo à resistência que alguns cooperados ainda demonstram de manifestar sua opinião no âmbito da empresa. De toda a forma, como ressalta o Cooperado C.R.C., a participação de todos os membros nas reuniões dos grupos de família, que se dá quinzenalmente, é obrigatória, “tem um peso político – porque o coordenador anota as faltas, a participação é cobrada, se o indivíduo falta, tem que dar justificativa – é levado bastante a sério”.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de a coordenação dos núcleos ser sempre composta por um homem e por uma mulher, de modo que, como ressalta a Cooperada T. M., “a mulher possa ir adquirindo seu espaço, sua independência, se libertando das amarras de uma sociedade patriarcal, muito presente no referencial da pequena propriedade agrícola brasileira”. Na COPAVI é perceptível uma atuação intensa das mulheres – inclusive na atual presidência<sup>21</sup>. Para o MST, a importância da participação da mulher no interior dos assentamentos e das cooperativas populares, bem como nas instâncias maiores de representação é um elemento fundamental para a transformação da sociedade (MST, 2010). Tal qualificação nos remonta para uma das teses elaboradas por Santos e Rodríguez (2002) segundo a qual existe uma estreita conexão ente as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal e contra todas as formas de opressão – a exploração, o racismo, etc.

De toda a forma, o principal aspecto referente aos núcleos para nossa análise é o fato de os núcleos de família enquanto principal instância política na cooperativa representar uma forma de “desburocratização” das decisões, isto é, as decisões, as responsabilidades, não são específicas de cada setor, coordenador e etc., mas são de todos, são tomadas num âmbito político maior. “Todos são convidados e incentivados a participar, todos são responsáveis” (Cooperada T.M.). Assim, mesmo que haja um rodízio bastante dinâmico de cargos e funções na cooperativa, de nenhuma forma as decisões ficam limitadas a estes cargos e funções específicos. É neste ponto que percebemos um intenso exercício democrático, a construção de uma prática cidadã, essencial, como argumenta Morin (2011), para o processo de reintrodução do sujeito perante a sociedade – não como um membro burocrático incumbido de uma tarefa especializada, mas como sujeito consciente do contexto que o envolve, consciente da sua responsabilidade perante o todo.

---

<sup>21</sup> A atuação participativa da mulher, no entanto, não parece ser regra geral nos assentamentos. Conforme dados de Vazzoler (2004), que pesquisou duas CPA's no estado de São Paulo (COPAVA E COPANOSSA) e duas no Rio Grande do Sul (COPAEL E COPAN), onde além de não haver participação intensiva das mulheres no trabalho da cooperativa, aquelas que participam não tem direito a voto, tampouco de serem votadas.

Assim, se contra a burocratização e contra o enfraquecimento da responsabilidade que esta suscita Morin (2011) apela ao indivíduo, à revitalização da prática democrática, entendemos que nesta forma de gestão podemos encontrar sinais, pequenas fagulhas, do começo de construção de uma ampla política, uma vez que aqui o apelo está no sujeito e não no cargo ou na posição que ocupa na organização burocrática

Seguindo a estrutura do organograma tem-se:

**1 - A Assembleia Geral dos sócios:** realizada mensalmente, ou de forma extraordinária quando necessário, é a instância máxima de deliberação na cooperativa, abrangendo tanto os aspectos políticos quanto produtivos. Dela participam obrigatoriamente todos os sócios, cada um com direito a um voto. Assim, dentre outras, é função da assembleia: definir planejamento global, anual e de curto prazo da empresa; aprovar ou não a prestação de contas; criar ou extinguir setores e atividades e núcleos de família; aprovar admissão ou exclusão dos sócios. A assembleia geral também é responsável por eleger o conselho deliberativo, o conselho fiscal e ratificar a escolha dos coordenadores de setor e dos núcleos de família.

**2 - Conselho fiscal:** independente do conselho deliberativo tem por atribuições resguardar o patrimônio da cooperativa, conferir as horas trabalhadas pelos cooperados e fiscalizar as atividades dos setores no que diz respeito às questões financeiras e contábeis. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por três suplentes, todos eleitos em assembleia a cada três anos.

**3 - Conselho deliberativo:** constitui a direção da cooperativa e é composto: (1) pelo presidente, secretário-geral e tesoureiro; (2) pelos coordenadores dos setores, (3) pelos coordenadores dos núcleos de família. Ao conselho deliberativo compete dirigir a empresa conforme decisão em assembleia, garantindo assim o bom funcionamento produtivo, financeiro e social da cooperativa, representando-a política, financeira e economicamente. O presidente da cooperativa é o cooperado responsável por coordenar a Assembleia Geral e as reuniões do conselho deliberativo, que ocorrem semanalmente.

A eleição das instâncias que compõem o conselho deliberativo se dá da seguinte forma:

**Direção geral:** composta pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário, são eleitos em assembleia geral pelo voto secreto de todos os

cooperados para um exercício de três anos. Somente o vice-presidente e o vice-tesoureiro poderão assumir cargos de coordenadores de atividades ou dos núcleos.

**Coordenadores de produção, comercial e de apoio:** os coordenadores são escolhidos pelos próprios pares para um exercício de um ano. A escolha é ratificada em assembleia.

**Coordenadores dos núcleos de famílias:** cada núcleo aponta o nome de uma pessoa do sexo masculino e uma do sexo feminino para o exercício de seis meses. A escolha também é ratificada em assembleia. Todos podem ser reeleitos por mais um ou dois mandatos.

Desta forma, o conselho deliberativo é representado por todas as instâncias da cooperativa o que facilita o fluxo de informações e, da mesma forma, garante a representatividade e a democracia.

**4- Ação social:** é a instância responsável pela formação política e social dos membros da cooperativa, pelas atividades de integração social, acompanhamento dos monitores sociais (responsáveis pela recepção dos visitantes, pesquisadores, estagiários, etc.). Também cabe à ação social equacionar os problemas mais graves de relacionamento entre cooperados quando já debatido no núcleo de famílias. Para isso, a cooperativa conta com a assistência periódica de um psicanalista da CONCRAB. A eleição do gestor social se dá da mesma forma que a dos coordenadores.

**5- Coordenação de Produção:** responde por toda a atividade produtiva da COPAVI na produção dos gêneros tanto para o autoconsumo quanto para comercialização. Atualmente a coordenação de produção subdivide-se em quatro subsetores. Cada subsetor é representado por um coordenador, que compõe a equipe de coordenadores e também o conselho deliberativo. Para cada atividade ou segmento dentro do subsetor existe um trabalhador responsável (coordenador de atividade) que se remete ao coordenador do subsetor. Integra o setor de produção os seguintes subsetores:

Leite e derivados: responsável pela cadeia produtiva interna do leite nas atividades de manejo do gado, ordenha mecanizada e processamento do leite e seus derivados, como iogurte, manteiga e queijo. Estes produtos são destinados ao consumo dos cooperados e também à comercialização na cidade de Paracity e abrangências. O subsetor de leite e derivados representa o segundo em escala de produção na cooperativa.

**Figura 3** – Subsetor de leite e derivados - gado leiteiro e equipamentos



Cana e derivados: é o subsetor responsável pelo cultivo orgânico de cana-de-açúcar e seu processamento. Está dividido em três segmentos: açúcar mascavo; melado de cana e cachaça. Atualmente é o maior em escala de produção dentro da cooperativa<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Os números da produção serão vistos mais detalhadamente na seção dedicada à orientação mercadológica.

**Figura 4** – Subsetor de cana e derivados

Horta e autosustento: desde a sua fundação a COPAVI teve por objetivo proporcionar aos cooperados o máximo de produtos para autoconsumo, produzidos internamente e de maneira orgânica, sem adição de veneno e adubo químico. Contudo, a horta, que anteriormente era destinada principalmente ao consumo interno, hoje, com alguns aprimoramentos no cultivo, já tem 50% de sua produção destinada à comercialização.

**Figura 5** – Subsetor de horta

Padaria e refeitório: a padaria, que anteriormente se constituía apenas como um segmento do setor de autoconsumo, agora, com a possibilidade da venda institucional<sup>23</sup> ampliou sua dimensão comercial. O refeitório, por sua vez, é destinado à alimentação dos cooperados, que tomam café da manhã e almoçam de segunda a sábado, pagando por estas refeições apenas o valor de custo. Os alimentos provenientes da horta, não são contabilizados. Assim, além de diminuir o custo com alimentação das famílias, o refeitório<sup>24</sup> tem o importante papel de promover a sociabilidade dos trabalhadores e de suas famílias que se reúnem diariamente no momento das refeições, bem como de liberar as mulheres do preparo das refeições diurnas, possibilitando assim uma atuação mais intensa nas atividades da cooperativa. Ademais, é, geralmente no refeitório, nos horários próximos às refeições, que se realizam as muitas reuniões entre a equipe de coordenadores, entre o conselho deliberativo, a equipe social, e demais grupos da cooperativa, que ocorrem sempre de “portas abertas”. Na ocasião de nossa pesquisa observamos com muita frequência a realização destas reuniões.

**Figura 6** – Refeitório – reunião de grupos de trabalho



<sup>23</sup> Sobre a Venda Institucional veremos mais detidamente na seção dedicada à orientação mercadológica.

<sup>24</sup> Conforme relatado pela presidente da cooperativa, a COPAVI está fazendo um levantamento de custo com um nutricionista da região, de modo a oferecer uma refeição mais balanceada para os cooperados.

**Figura 7** – Refeitório, horário das refeições



**5- Setor comercial:** é responsável pela comercialização dos produtos da cooperativa, bem como todas as tarefas que dizem respeito a este setor, como prospecção de novos clientes, abertura de novos mercados e acompanhamento. Na seção destinada às ações externas da cooperativa, veremos mais pormenorizadamente como tem sido a orientação mercadológica na COPAVI.

**6- Gerente Financeiro:** o tesoureiro da cooperativa, que faz parte da direção geral, juntamente com o presidente e o secretário geral acumula o cargo de gerente financeiro. Mas como relatado pelos cooperados, já há discussões para que essa atribuição seja direcionada para alguém com mais especificações técnicas para o cargo.

**7- Coordenação de apoio:** é responsável pelas atividades burocráticas da cooperativa que contemplam a organização administrativa e contábil, a secretaria e a recepção. Da mesma forma é este setor que se responsabiliza pelos cadastros dos liberados para atuar no MST e para estudar. A liberação, no entanto, está condicionada a uma prévia consulta do coletivo.

**Figura 8** – Sede da cooperativa – refeitório e escritório



Assim, tendo elucidado o organograma, cumpre destacarmos alguns aspectos que consideramos bastantes relevantes na gestão democrática da COPAVI:

(1) é perceptível a busca pela representatividade de todas as instâncias da cooperativa, bem como das famílias do assentamento nas decisões que afetam o destino do empreendimento, uma vez que todas estas instâncias possuem representação no conselho deliberativo, responsável por dirigir a cooperativa, evidenciando que de fato a gestão é realizada por todos os cooperados.

(2) o segundo aspecto, que evidenciamos aqui e que consideramos ainda mais relevante, é o fato de os cooperados alocados em setores ligados à direção e conselhos integrarem os demais setores produtivos. Por exemplo, a própria presidente da cooperativa trabalha no período da manhã no subsetor de cana e derivados, no empacotamento do açúcar mascavo, onde é subordinada ao responsável pelas atividades deste segmento que, por sua vez, se reporta ao coordenador do subsetor de cana e derivados, que compõem, juntamente com a presidente, o conselho deliberativo. Essa medida, como já observada por Chiariello (2008), mostra a preocupação da cooperativa em promover a interação das atividades, evitando o sectarismo entre as esferas de planejamento e de execução do trabalho. Tal mecanismo também aproxima os dirigentes da cooperativa dos demais cooperados, que na prática são seus companheiros de trabalho. Essa inversão de mando tem por sua principal contribuição a não homogeneização dos cooperados em escalas de hierarquia. Como ressalta a atual presidente, a Cooperada S.P., “na nossa forma de pensar nem precisaria haver a figura do presidente, já que aqui eu não decido nada sozinha, se tal figura existe é por questões legais”.

(3) o terceiro aspecto diz respeito ao estímulo à rotatividade de coordenadores de setores e núcleos de famílias, que como já evidenciado, são eleitos por

períodos de um ano e seis meses respectivamente, e também do conselho diretor e conselho fiscal eleito por um período de três anos. No caso do conselho diretor e do conselho fiscal, qualquer cooperado pode compor uma chapa. O processo eletivo ocorre sempre de forma tranquila, pois, conforme buscam ressaltar os cooperados “aqui, estes cargos não significam maior *status* e poder, mas sim, maior responsabilidade<sup>25</sup>”.

(4) por fim, um quarto aspecto que vale ressaltar é que em alguns postos de trabalho, como é o caso do setor administrativo e contábil da empresa, bem como outros setores produtivos onde se exige uma maior qualificação técnica, a rotatividade ainda não é possibilitada, haja vista o número limitado de profissionais com tais especificações. Contudo, estes sujeitos não ficam impossibilitados de assumirem responsabilidades no âmbito político.

Assim, como já analisado no tocante à esfera política, representada sobremaneira pelos núcleos de família, e que consideramos ser uma das principais contribuições desta forma de organização, percebemos também na esfera produtiva um exercício constante da prática democrática. Embora, como relatado pelos cooperados, nem todos ainda se mostram em condições de assumir certas responsabilidades – às vezes por questão de qualificação e ou não aptidão para coordenar equipes de trabalho, ou mesmo por não demonstrarem interesse – o constante exercício democrático propicia uma alternância bastante significativa na direção das atividades, impedindo deste modo, a cristalização hierárquica e possibilitando, por outro lado, a formação de todos os sócios no desempenho das diversas atividades internas.

Neste sentido, vale nos remetermos para uma importante observação de Singer sobre o caráter emancipatório da autogestão. Para o autor, heterogestão e autogestão são duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. Enquanto a primeira parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, a autogestão é mais eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários, que é o que os seus sócios precisam (SINGER, 2002a, p.23).

Desta forma, tendo elucidado a arquitetura organizacional da COPAVI, que consideramos cumprir um importante papel na construção da autogestão, cabe agora nos voltarmos para os profundos desafios imbricados nesta proposta.

Como pudemos perceber, a gestão de um empreendimento que é de todos exige uma doação, um desprendimento tal, que o papel do indivíduo na cooperativa se amplia

---

<sup>25</sup> No último processo eletivo, duas chapas concorreram ao pleito. É comum também, segundo os cooperados, um mesmo sócio fazer parte de duas chapas distintas.

para muito além da atividade que ocupa no setor produtivo. E este parece ser o principal desafio no tocante à autogestão – o de fazer com que todos se disponham ao esforço adicional que a prática democrática exige, e que se constitui, para alguns sujeitos mais afinados com a orientação maior que emana do movimento do qual fazem parte, a máxima da emancipação do sujeito em relação ao capital.

O depoimento do Cooperado C.R.C é elucidativo:

Aqui estamos num contexto em que temos nossa autonomia e, entre companheiros, gerimos algo para nossa vida. Eu não conseguiria mais ser subordinado [...] no sentido de que para você produzir sua existência você depende de alguém que tem capital para você trabalhar.

Tal depoimento nos remete para a análise de Singer sobre a potencialidade da vivência democrática, da introjeção dos valores democráticos, que segundo o autor permite que os sujeitos transponham a carga alienante de uma vida de sujeições: “As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens [...] Participar das decisões do coletivo educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (SINGER, 2002a, p.21).

Contudo, quando Singer se refere à sujeição, ele se refere à dominação que o capital, que o trabalho assalariado, que as condições degradantes de vida conferem ao indivíduo, isto é, à sujeição que é imposta ao sujeito pelo contexto externo. Por outro lado, há que se atentar como bem expresso por Morin (2005a, p.79), que o sujeito pode também ser submetido por potências subjetivas mais fortes – ideias, crenças, mitos, desejos, com as quais, sem perceber, acaba sendo possuído dentro de si mesmo. Dizendo de outro modo, todo sujeito é ao mesmo tempo um ser autônomo, mas também dependente. E é essa subjetividade própria de cada indivíduo que, entendemos, pressupõe uma não linearidade (relação causa/efeito) nesse processo de transformação, isto é, na potencialidade que a educação para a autogestão confere na emancipação destes sujeitos, cujos comportamentos, não podem ser entendidos em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, de incerteza. Assim, embora haja um esforço por parte da cooperativa no processo de introjeção de novos valores, na participação democrática e etc., isso não produz a mesma reação em todos os indivíduos.

Nestes termos, o Cooperado C.R.C. ressalta: “Nós estamos no mundo, e o mundo está sendo isso aí” (fala das concepções individualistas, da heterogestão e da propriedade privada, que, por vezes, parecem dominar as subjetividades individuais) [...].“Nós

temos essa intencionalidade, fizemos todo um processo de conquista, conseguimos construir uma cooperativa nestes moldes, mas muitos não se adaptam. Esse é um limite que nós não escondemos, mas procuramos trabalhar”.

Assim, o esforço da COPAVI na educação para a autogestão fica evidenciado tanto em sua arquitetura organizacional quanto na tentativa de formação política de seus membros, através das múltiplas instâncias de debate dentro da cooperativa. Como relatado pelos cooperados há periodicamente a realização de palestras, debates e orientações que contemplam temas diversos como – consumo, planejamento familiar, gênero, política, economia, sexualidade e etc., através dos quais busca-se manter vivos e fortes os pressupostos que guiam o movimento – para os cooperados, “a mística da transformação”, pois trazem em seu âmago uma forte contraposição à lógica dominante.

De toda forma, mais uma vez salientando as limitações deste delicado processo o Cooperado E.B.S. afirma:

Temos que entender que os tempos são outros, os cooperados são assediados pelo capitalismo, pelas oportunidades de uma economia de pleno emprego. Temos as redes sociais, a internet, as crianças estudam na cidade e estão cheias da ideologia capitalista, enfim, muitas são as informações e as tentações.

Ademais, contemplando todos estes elementos – a posse coletiva, a participação democrática e a vivência de novos valores – outro elemento se nos apresenta como desafiador neste contexto, qual seja: a vida em comunidade. Neste sentido, se por um lado os valores da cooperação promovem uma convivialidade pautada na reciprocidade, no cuidado de um pelo outro, que como ressalta o Cooperado E.B.S. “nos dão a garantia de que não estamos sozinhos e desamparados”. Por outro, suscita também uma maior responsabilidade do indivíduo perante o grupo, tanto no que se refere à necessidade de participação e colaboração quanto aos cuidados que se estabelecem entre os pares no tocante à manutenção dos pressupostos ideológicos, à conduta na sociedade, ao consumo planejado e a todos os demais problemas que possam vir a interferir no trabalho e no bem estar do grupo como um todo. E que, em alguns momentos, parece estabelecer uma fronteira muito tênue entre, por um lado, solidariedade, reciprocidade e cuidado, e por outro, privacidade, individualidade e liberdade. Nas palavras de E.B.S.:

A vida privada como a sociedade define, aqui não é tão privada assim porque se o problema é seu, o problema é meu também, porque somos associados, estamos na mesma luta, fazemos parte do mesmo grupo.

De forma a elucidar as dificuldades nesse processo, o cooperado expõe a fala de um ex-companheiro que ao deixar a cooperativa para se integrar a outro assentamento onde os lotes são individuais e a vida coletiva menos intensa – mesmo sabendo que as condições de vida seriam mais difíceis do que na cooperativa, afirma:

“Eu não aguento estas reuniões [...] a mulher se voltou contra mim na assembleia. No assentamento em que estou agora tiro leite de manhã, cuido das minhas coisas, a tarde vou para a bodega e não devo explicações a ninguém”.

Este depoimento se faz extremamente valioso para a nossa análise por dois motivos. Primeiro, porque evidencia que, ao contrário do que se faz pensar dentro de numa concepção simplista, nem todos são guiados prioritariamente por questões econômicas e/ou utilitarista, privilegiando, por vezes, um maior tempo livre, maior liberdade, maior independência. Segundo, porque explicita os profundos desafios imbricados na vivência desses novos valores, os quais suscitam transformações tão profundas na forma de ser e estar em sociedade por parte destes indivíduos – que fazem revelar as incertezas deste processo.

É neste sentido que podemos também nos voltar para um importante aspecto que Singer aponta como sendo necessário para uma possível revisão dos pressupostos socialistas – o de que é necessário buscar minimizar a exclusão social, sem almejar a ausência total da exclusão. “É preciso entender que numa sociedade livre, o direito de escolha também pressupõe o direito de autoexclusão (SINGER, 2003a, p.76).

Nesse caminho, seguiremos para a análise das relações de trabalho na cooperativa, onde, além de evidenciar a qualificação diferenciada impressa ao trabalho dentro deste contexto, evidenciaremos também as problemáticas e desafios encontrados na gestão da cooperação para o trabalho que também permeiam o debate entre cooperação, igualdade e diferença.

#### 5.2.1.3 As relações de trabalho – cooperação, igualdade e diferença

A participação democrática na COPAVI também se estende à organização do trabalho. A definição dos setores e funções que contemplam o quadro de trabalho na

cooperativa é decidida em assembleia geral, que determina a alocação dos trabalhadores levando em consideração critérios como: capacitação técnica, aptidão física e intelectual, afinidade com a tarefa em questão e disponibilidade. No interior dos setores os conteúdos e especificações técnicas das atividades de trabalho são determinados pelos próprios pares, de forma que todos possam interagir na prescrição das atividades. Dessa forma, ao participar da esfera de planejamento do trabalho e tomada de decisões como membros da assembleia e como membros do setor onde estão alocados, os cooperados integram o núcleo central das deliberações acerca do trabalho que realizam, evidenciando mais uma vez a responsabilidade e a autonomia dos sujeitos perante o contexto do qual fazem parte.

Na COPAVI todo o cooperado é um trabalhador, por isso, segundo o próprio regimento interno, todos os cooperados devem estar alocados em um setor e trabalhar, no mínimo 176 horas mensais, ou 44 semanais. Fato que evidencia a não separação entre capital e trabalho, elementar para um empreendimento solidário, cujo modo de produção, como bem ressalta Singer (2002a), está assente na propriedade coletiva e ou associada do capital e cujo resultado natural é a solidariedade e a igualdade.

Um aspecto também diferenciado na COPAVI é a participação dos jovens na rotina de trabalho<sup>26</sup>. Os filhos dos cooperados, menores de 18 anos, mesmo impossibilitados de integrar o quadro de cooperados, são estimulados ao trabalho coletivo. A participação destes jovens no trabalho é vista pelos membros da cooperativa como uma forma de educação social e formação familiar e, como pudemos perceber, também de envolvimento político, participativo, porque além de contribuírem na rotina de trabalho, participando como trabalhadores, participam também como filhos de cooperados (inclusive como espectadores nas assembleias, reuniões, etc.), o que nos faz entender que é na rotina diária destes jovens que ocorre de forma muito natural e espontânea a educação para a autogestão, evidenciada por Singer como um dos pilares de sustentação da Economia Solidária. “É preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos” (SINGER, 1998, p.131).

---

<sup>26</sup> Assim, conforme especificado no artigo 32º do regimento interno, “poderá prestar serviços à COPAVI, com autorização dos pais, os filhos dos sócios que tenham mais de 14 anos, desde que o trabalho não interfira em seus estudos”. Entre 14 e 17 anos não há obrigação de carga horária, sendo que pelas horas trabalhadas, os menores recebem 65% do valor das horas pagas aos sócios. A partir de 17 anos já deverão cumprir uma carga horária rotineira, podendo receber pelas horas, o equivalente a 85% do valor das horas dos sócios, ou, no caso de extrapolar 100 horas de trabalho mensais, o mesmo valor pago aos demais. Para as crianças entre 11 e 14 anos também poderão ser organizados trabalhos esporádicos – para estes serviços as contribuições financeiras serão simbólicas.

A este respeito depõe a Cooperada D.C., que desde os sete anos de idade vive no assentamento: “Eu fui me familiarizando desde cedo com a cooperativa, aprendendo os valores da cooperação, a importância do movimento e da luta política, sem os quais, este tipo de empreendimento não consegue se fortalecer na sociedade.”

Na ocasião de nossa presença na cooperativa, além dos jovens acima de 14 anos já alocados em setores produtivos, foi possível perceber a presença de adolescentes mais jovens executando pequenas tarefas, como varrer o pátio da sede, ajudar na arrumação do refeitório, dentre outras. A participação destes menores no contexto de trabalho e nos arredores da sede enseja uma percepção diferenciada, a sensação é que estamos num contexto familiar, comunitário e não numa empresa. O fato de o refeitório ficar posicionado na sede administrativa da COPAVI, também contribui para esta percepção. A todo o tempo é possível perceber a presença de grupos de trabalho realizando suas reuniões, ao mesmo tempo em que as refeições são preparadas na cozinha e as crianças esperam seus pais para o almoço e ou ajudam na organização de uma tarefa ou outra.

Contudo, essa qualificação comunitária, se por um lado suscita um sentimento de pertença comum, de segurança, de fazer parte, como já observado, por outro, suscita conflitos no tocante ao nível de cooperação, ao desempenho no trabalho, à igualdade e justiça na distribuição das sobras. Todas estas questões estão, de certa forma, relacionadas às diferenças individuais e a primazia que cada sujeito confere ao trabalho num contexto onde o trabalho parece se colocar como questão primordial tanto para a manutenção da sobrevivência como forma de educação.

Assim, percebemos dois aspectos cruciais que parecem permear as discussões da COPAVI no tocante a esta questão: a justiça na distribuição das sobras e as diferenças no desempenho do trabalho que, como buscaremos evidenciar, dividem opiniões entre os cooperados.

No que se refere à distribuição das sobras esta se dá pela modalidade de horas trabalhadas. Em estudo realizado anteriormente Chiariello (2008), explica que em todas as atividades da cooperativa são computadas as horas trabalhadas pelos cooperados, e, após a constatação do resultado financeiro de cada mês (receita total), é feito o rateio das sobras pelo total de horas trabalhadas, sendo determinado então o valor de uma hora trabalhada. Esse valor é o coeficiente pelo qual são multiplicadas as horas trabalhadas individualmente por cada cooperado.

Além do valor pago pelas horas trabalhadas, a presidente da cooperativa explica que mensalmente é repassado um adiantamento referente à divisão de sobras anuais.

“Como não dá para esperar o fim do ano para saber o lucro e só então dividir, a gente estipula um valor mensal aproximado e aí em cima deste valor se faz o rateio das horas trabalhadas” (Cooperada S.P.). Dessa forma, a remuneração monetária do trabalhador/sócio na COPAVI contempla: as horas trabalhadas mais um adiantamento referente à distribuição dos lucros anuais. A esta remuneração monetária soma-se a remuneração não monetária, que contempla: os itens produzidos para o autoconsumo na cooperativa – como o leite, as hortaliças, os produtos da panificação; as refeições feitas no refeitório, para as quais são cobradas apenas o preço de custo – bem como outros gêneros alimentícios que a cooperativa compra no atacado e distribui aos cooperados ao preço de custo.

Contudo, se até o ano de 2007 a hora trabalhada em qualquer setor possuía o mesmo valor, a partir de 2008 a cooperativa lançou mão de outro critério. O novo modelo de remuneração considera, além das horas trabalhadas, um diferencial em função de determinadas condições as quais os trabalhadores são expostos quanto executam o trabalho: “nos setores administrativos e industriais é a responsabilidade que pesa mais, no campo é o esforço e o sol” (Cooperada S.P.). Como nos relata a presidente, estas discussões tiveram início em 2006 e partiram dos trabalhadores que executavam tarefas mais penosas, tanto na indústria quanto no campo.

Sabemos que todos os trabalhos têm importância para a cooperativa, mas com o passar do tempo a gente foi vendo que era injusto: eu estou aqui na sombra e minha cabeça às vezes está muito mais cheia do que quem está lá no sol, trabalhando em serviço pesado, mas este trabalho é mais penoso. Então estipulamos uma diferenciação e começamos a remunerar um pouco mais, tanto os trabalhos mais penosos fisicamente quanto os que envolvem maior responsabilidade. Em 2006 começamos essas discussões e implantamos em 2008 (Cooperada S.P.).

Contudo, S.P. explica que uma mesma pessoa pode trabalhar em até quatro postos por dia e então ela vai anotar as horas em cada posto de trabalho e receber o equivalente a cada tarefa (atividade agrícola, administrativa, industrial, comercial). A diferença, no entanto, não é grande, algo em torno R\$ 0,30 (trinta centavos) a hora para os trabalhos da indústria, do campo e administrativo, e um adicional de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês para o pessoal do conselho e direção.

No entanto, estas discussões não cessam por aí. Como explicita S.P., “o critério para remuneração ainda não é totalmente justo porque não contempla as contribuições de muitos cooperados que, embora não estando alocados em funções que justifiquem maior

remuneração, dão contribuições ímpares para a cooperativa” – o que tem provocado, segundo ela, profundos descontentamentos. Como forma de ilustrar esta situação S.P. cita o exemplo de um companheiro que, quando voltou de sua formação (técnico em cooperativismo), conseguiu fazer com que a produção de leite passasse de 9 litros por vaca/dia para 17 litros, mas por não estar alocado num setor que seja contemplado pelos adicionais (maior esforço e ou responsabilidade) “continua ganhando a mesma coisa do que aquele que só faz o que mandam.” E complementa: “Nós estamos dentro de um sistema capitalista e querendo ou não as pessoas são acostumadas a receberem mais por maior esforço, capacidade e produção” (Cooperada S.P.)<sup>27</sup>.

A este respeito, quando Singer (2002a, p.13-14), fala sobre a igualdade na distribuição das sobras dentro de um empreendimento solidário, afirma a necessidade de se atentar para a remuneração dos sócios mais qualificados, uma vez que, se por um lado estes são mais assediados pelas empresas capitalistas, podendo facilmente deixar o empreendimento solidário se por ventura se sentirem desvalorizados, a permanência destes sócios na cooperativa pode contribuir para um maior desempenho do empreendimento. Citando a “Teoria da Justiça” do filósofo John Rawls, afirma que certa desigualdade é permissível quando esta maximiza as expectativas de longo prazo do empreendimento e, conseqüentemente, do grupo menos afortunado da sociedade.

No entanto, como vimos trabalhando até aqui, os problemas levantados pela Cooperada S.P. parecem fazer parte de um contexto permeado pela prática democrática – onde, as decisões, ao contrário do que ocorre numa empresa capitalista, não são baseadas apenas num cálculo utilitário, mas na vontade que emana da maioria. Desta forma, ao privilegiar as atividades que ensejam maior esforço físico, a cooperativa atendeu ao clamor da maioria dos trabalhadores que, no contexto da empresa solidária participam de forma igualitária das decisões. Todavia, parecem reconhecer as dificuldades que permeiam esta questão e dos desafios que ainda existem.

Ademais, vale ressaltar que a COPAVI tem um contingente de profissionais com cursos de graduação e pós-graduação bastante expressivo e que auferem, por vezes, uma remuneração menor do que qualquer outro trabalhador menos qualificado que trabalha numa atividade mais penosa. Assim, se de um lado esta realidade evidencia uma qualificação bastante diferenciada impressa ao trabalho, mais igualitária e mais recíproca, por outro, enseja preocupação por parte dos cooperados. Como exposto pela presidente, como a cooperativa

---

<sup>27</sup> Em maio de 2013, três meses depois de nossa pesquisa a campo, fomos informados que este companheiro deixou a cooperativa, por motivos pessoais.

sempre incentivou a formação técnica e acadêmica dos seus cooperados, são vários os jovens que já se preparam para um curso superior – e, com o tempo – se a cooperativa não tiver condições de absorvê-los e compensá-los de maneira adequada, corre o risco de perdê-los<sup>28</sup>. Como ressalta S.P., “para nós é muito importante que nossos filhos deem continuidade à cooperativa”.

O depoimento de S.P. também é elucidativo dos desafios enfrentados pela cooperativa no que concerne à cooperação para o trabalho. Como referido anteriormente pela cooperada ainda existem aqueles que “só fazem o que mandam”. Esta é, pois, a segunda problemática que evidenciamos aqui como crucial no tocante ao trabalho na COPAVI. E, é neste ponto que percebemos as maiores divergências de opinião. De forma a melhor ilustrá-las daremos sequência aos relatos de S.P, para depois expormos a opinião de outro cooperado.

Deste modo, embora constando no regimento interno que todo o trabalhador deve estar disponível para o trabalho durante 8 horas diárias, um número expressivo de trabalhadores, segundo a cooperada, trabalha cerca de 6 horas ou menos, enquanto outros chegam a trabalhar de 10 a 11 horas diárias. Da mesma forma, afirma que algumas atividades na indústria e no administrativo não ocupam as 8 horas diárias do trabalhador “mas muitos trabalham numa atividade e não querem fazer outra” (Cooperada S.P), o que acaba acarretando em *déficit* de mão de obra e na percepção, por parte de alguns, de que estão contribuindo mais do que outros.

Assim, como explicita S.P. “desde o começo a gente tem tentado trabalhar na questão da conscientização para o trabalho, mas não é fácil, e alguns companheiros não esperaram isso acontecer e acabaram inclusive nos abandonando, por acreditar que o trabalho cooperativo não dá certo”. Em outro momento desabafa: “as vezes a gente acaba carregando alguns pesos que não desempenham o trabalho da mesma forma”.

Assim, mesmo auferindo uma retirada menor na divisão das sobras alguns cooperados mantêm uma rotina de trabalho menos intensa e comprometida o que para a presidente se constitui o grande desafio no âmbito do trabalho. Ademais, a cooperada ressalta que segundo um estudo realizado, se todos trabalhassem 9 horas diárias, diminuiria significativamente a necessidade de contratação de mão de obra assalariada, que hoje é bastante expressiva na cooperativa – afirmando inclusive que já existem discussões para premiar (com adicional na remuneração) os que se disporem a trabalhar mais, “porque o

---

<sup>28</sup> Atualmente são 11 cooperados com formação superior, dos quais 6 se encontram cedidos ao MST. Há também 2 cooperadas licenciadas para graduação.

econômico, queira ou não é o que move, não era esse o nosso objetivo, mas...” (Cooperada S.P.)

Dessa forma, mesmo expondo a necessidade de aumentar o número de cooperados, S.P. parece acreditar que se houvesse maior empenho por parte dos cooperados atuais, parte dos problemas relativos ao trabalho seria solucionado – o que evidencia certa contradição aos pressupostos da Economia Solidária no tocante à democratização ao acesso de mais cooperados (SINGER, 2002a) e na construção de uma sociabilidade que privilegie também o tempo livre, conferindo assim uma outra possibilidade de bem viver (MANCE, 2002).

Como um contraponto à visão da Cooperada S.P., o Cooperado E.B.S. parece acreditar que o grande desafio no tocante ao assalariamento não está em aumentar o número de horas trabalhadas, mas sim o número de cooperados, de forma que “todos os que trabalhem sejam associados e donos daquilo que produzem”. Da mesma forma, como a contratação de mão de obra assalariada se deve principalmente a opção da cooperativa pelo cultivo agroecológico, bastante intensivo em mão de obra, para aliviar o excesso de trabalho E.B.S. aponta a necessidade de se investir na mecanização da produção de cana-de-açúcar que, atualmente, gera muita mão de obra sofrível. Estes são os desafios, do ponto de vista deste cooperado.

Precisamos diminuir a mão de obra assalariada – ato consciente – aquele que trabalha e produz riqueza como assalariado não fica com a riqueza. Nosso ideal é aumentar o número de cooperados e diminuir o trabalho sofrível com mecanização, tecnificando, para que todos os que trabalham sejam associados e donos daquilo que produzem (Cooperado E.B.S)

Evidenciando uma orientação controversa a de S.P., o Cooperado E.B.S. afirma a necessidade de se dedicar mais ao ócio produtivo, isto é, as atividades de estudo, de lazer e de entretenimento que contribuem para a formação social e intelectual dos cooperados, e que, por enquanto, “não são bem desenvolvidas na cooperativa porque tem muito trabalho” Contudo, segundo o cooperado, esta é uma questão difícil de trabalhar junto a alguns sujeitos que, por questões culturais apresentam uma orientação bastante produtivista. “Alguns cooperados, por questões culturais, influências de origem europeia, são muito produtivistas – o trabalho com animais, trato, ordenha, etc., o trabalho das crianças e das mulheres, não são considerados trabalho”, explica E.B.S., se referindo a cultura camponesa e patriarcal, muito presente em algumas famílias no assentamento.

Ademais, E.B.S. ressalta a importância de, dentro do movimento, não ficarem limitados ao âmbito da cooperativa, mas fazer com que o bom desempenho do empreendimento reflita no movimento através da liberação de cooperados, do apoio a outros assentamentos e etc. Tais colocações corroboram as discussões que permearam a primeira fase de nossa análise, de que a COPAVI se coloca como um instrumento do MST e, da mesma forma, reforça nossa percepção inicial de que a atuação militante por parte de alguns cooperados imprime uma conotação diferenciada neste contexto.

Neste sentido, a vivência dos pressupostos solidários parece estar sendo tecida na diversidade de opiniões e modos de conceber e viver os pressupostos solidários que se colidem no interior da cooperativa, e que, através de um processo dialógico vão produzindo novos sentidos e significados às orientações maiores que emanam do movimento e ou expressas no Estatuto e no Regimento Interno da cooperativa. Evidenciando desta forma, que a construção de uma nova sociabilidade, pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação é construída cotidianamente a partir das possibilidades reais destes indivíduos, que embora guiados por alguns pressupostos centrais, imprimem a sua trajetória e a sua experiência de vida no contexto que os envolvem, evidenciando, nos termos de Morin (2011), que neste contexto a transição de uma lógica capitalista/individualista/heterogestionária para outra mais fundamentada no bem viver coletivo e solidário, parece adquirir o caráter de uma metamorfose que, diferentemente de uma revolução, guarda sua radicalidade transformadora, mas sem negar a conservação da história, das culturas, das experiências – trazendo em si a conservação do mesmo na sua transformação em outro (MORIN, 2002; 2005a; 2011).

Contudo, vale ressaltar que este processo dialógico precede de um exercício pedagógico constante da democracia participativa, da possibilidade de expressão e debate – sem os quais não há coalizão, não há embate, não há transformação e, que neste contexto parece ser facilitado sobremaneira pela propriedade coletiva e pelas relações igualitárias que se estabelecem. Assim, a formação cidadã, que dentro da cooperativa parece estar sendo construída através de suas múltiplas instâncias de debate e participação, da cooperação e da reciprocidade é, ao mesmo tempo, produto e produtor desse processo de transformação.

Por outro lado, cumpre evidenciar um elemento de difícil compreensão, e que se nos apresenta desafiador no contexto da COPAVI e, acreditamos, para o próprio campo da Economia Solidária. Como buscamos evidenciar, a cooperativa tem vivenciado uma rotatividade substantiva de sócios que se desligam, principalmente por não se adaptarem ao modelo coletivo de produção, numa espécie de “seleção natural”. Diante do exposto, algumas questões podem ser levantadas: Será que só alguns estão predispostos a viver dentro de um

modelo coletivo e comunitário? E se sim, o que os faz singulares? Poderíamos, diante dessas evidências pensar num modelo econômico em que os empreendimentos sejam predominantemente compostos por iniciativas similares, ou devemos entender que estas sempre serão experiências marginais? E ainda, a cooperação pode ser desenvolvida, aprendida, ou existem aspectos que transcendem esse universo e dizem respeito à própria condição humana? E, finalmente, qual o potencial de transformação que estas experiências, a princípio, tão marginais, têm em relação ao todo social?

Em relação ao último questionamento, encontramos, em Santos e Rodríguez (2002), em Morin (2005a, 2011) e em Mance (1999, 2002), argumentos de que o potencial de transformação destas iniciativas, destas contracorrentes, está em sua articulação em redes de colaboração e apoio mútuo; na assimilação de uma pela outra, numa revolução das redes, que poderá suscitar inícios de transformação nas estruturas vigentes. Obviamente, o nosso limitado escopo de análise não nos permitirá generalizações, de toda a forma, buscaremos adiante, na análise da articulação da COPAVI, com outros movimentos sociais, compreender o potencial desta ação. Ademais, as outras questões ficam aqui explícitas como pontos de reflexão.

### 5.2.2 A Importância do Apoio Estatal no Contexto da COPAVI.

Como já observado por Moura (2006) e Chiariello (2008), inicialmente, as atividades da COPAVI foram marcadas pela escassez de recursos. Os trabalhadores sem-terra, desprovidos de aporte financeiro para investimento, ao ocuparem o assentamento, contavam apenas com sua força de trabalho.

Assim, as primeiras atividades produtivas se restringiram à colheita da cana-de-açúcar encontrada na área que, diante da resistência da usina arrendatária em fazer a colheita, as próprias famílias com ajuda de outros assentados do MST da região de Paranapanema o fizeram. A cana-de-açúcar que sobrou foi processada para a produção de melado e rapadura que foram vendidos na cidade de Paranaity. Contudo, diante da escassez de recursos, parte das famílias passou a trabalhar como boias-frias para outros pequenos agricultores da região, uma vez que os poucos recursos que tinham não eram suficientes para dar início ao processo produtivo no assentamento.

As famílias também contaram com o apoio da igreja católica através de doação de animais e material de construção – com os quais puderam, juntamente com alguns

recursos próprios, darem início, de forma improvisada, à construção das primeiras casas da agrovila.

Esta situação inicial elucida uma importante questão relacionada aos assentados de reforma agrária – ao iniciarem suas atividades, ao conquistarem a terra, estes sujeitos passam a produzir uma nova demanda – necessitam realizar investimentos produtivos e começar a produzir, precisam de assistência técnica, todas as condições de infraestrutura precisam ser providenciadas para possam fazer valer o benefício da conquista da terra (MOURA, 2006).

Assim, os assentados são demandantes de uma série de bens públicos e, portanto, depois de acessada a terra, as mobilizações continuam. Contudo, a conquista desses bens parece estar relacionada com sua capacidade organizativa e também com a atual conjuntura política. Portanto, a luta do MST contempla além da reforma agrária a busca de incentivos estatais para a reprodução familiar no assentamento – tendo então, o Estado, um papel fundamental no incentivo à cooperação, através do crédito, da assistência técnica e da pesquisa (VAZZOLER, 2004).

É neste sentido que a abordagem de Mance (2002, 1999), ao se pautar no desenvolvimento de iniciativas solidárias independente do apoio do Estado, parece encontrar uma de suas principais limitações. Já em Singer, encontramos uma orientação mais afeita a esta realidade, quando, não rechaçando o apoio de forças diversas da sociedade civil e etc., argumenta também em favor do apoio estatal, inclusive, ressaltando que a expansão da economia solidária passa pelo plano político, com vistas a eleger governos que a apoiem (SINGER, 2003a). Ainda que Mance não admita, o seu entendimento parece estar mais próximo de um sistema fechado em que as relações entre as empresas solidárias seriam suficientes para manter o sistema funcionando.

Nestes termos, como já tratado por Moura (2006) e Chiariello (2008), um ano após a ocupação, com a legalização do assentamento pelo INCRA, a cooperativa passou a ter acesso a créditos oficiais para a reforma agrária. As primeiras linhas de crédito foram: a) PROCERA TETO I <sup>29</sup> – linha de crédito direcionada a todos os assentados, garantindo um crédito de investimento de R\$ 7.500,00, por família, direcionados para o processo produtivo, para obras de infraestrutura em energia elétrica, água e demais benfeitorias. b) PROCERA TETO II – também propiciando R\$ 7.500,00, por família, essa linha era direcionada apenas para famílias integradas em um projeto de trabalho coletivo (CHIARIELLO, 2008, p. 93).

---

<sup>29</sup> PROCERA- Programa Especial De Crédito Para a Reforma Agrária – que no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi substituído pelo PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar.

As famílias acessaram ambas as linhas de crédito no ano de 1995 e, como relatado pelos cooperados, todos os recursos foram utilizados coletivamente. Assim, os R\$ 300.000,00 provenientes do crédito foram investidos no processo produtivo – permitindo então que a COPAVI desse início às atividades agroindustriais, fundamentais para a consolidação da cooperativa.

Da mesma forma, as famílias passaram a acessar, depois de consolidada as atividades produtivas, linhas de crédito para melhorar a condição das casas da agrovila, que incluem tanto créditos a fundo perdido, provenientes da Caixa Econômica Federal e INCRA, quanto outras modalidades de financiamento, como a COHAPAR<sup>30</sup>.

Ademais, como relatado pelos cooperados, linhas de crédito são acessadas todos os anos, via PRONAF, sendo utilizadas tanto para investimento na agroindústria como também para custeio da produção agrícola. Nos últimos 10 anos estima-se que a comunidade tenha acessado cerca de R\$ 550.000,00 via PRONAF. Vale ressaltar que, estes créditos são direcionados individualmente para cada família, através do cadastro de pequeno agricultor (DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF), mas no contexto da COPAVI, há um consenso na sua utilização de forma coletiva. Como explica o Cooperado C.R.C.: “a forma de utilização é previamente discutida, e se aprovada, acessa-se o crédito”. E ressalta: “a forma de organização cooperativa ajuda enormemente os trabalhadores, pois os ajudam a minimamente se capitalizarem, abrindo portas”.

Dessa forma, observamos que, embora não havendo, por vezes, grandes incentivos específicos para a reforma agrária, o fato de estarem organizados de maneira coletiva, contribuiu, ao longo do tempo, para um maior aproveitamento de modalidades de crédito direcionadas ao pequeno agricultor. Evidenciando mais uma vez a importância da organização coletiva.

Contudo, como relatado pelos cooperados, a COPAVI experimentou uma sensível melhora nas condições para o acesso ao crédito no governo do PT – Partido dos Trabalhadores – o que vem mais uma vez reforçar a tese de Singer, da importância de se eleger governos que apoiem as iniciativas solidárias.

Embora vários entrevistados tenham se mostrado insatisfeitos com o avanço da reforma agrária neste governo, admitiram estar havendo maior incentivo para os assentamentos. Como podemos perceber pela fala da cooperada, as opiniões se dividem no movimento:

---

<sup>30</sup> Companhia de Habitação do Paraná

No governo do Lula melhorou muito para os assentamentos, não avançou na reforma agrária, mas avançou em infraestrutura. Por outro lado, o governo contribuiu muito para as famílias não saírem da cidade, geração de emprego, bolsa família, etc. Dentro do MST há bastante contestação da postura do governo, mas temos que entender que o momento não é para isso. Se tivermos que dar um passo para trás na reforma agrária para fortalecermos o assentamento e formar quadros de pessoas para lutar no futuro – aproveitando as oportunidades do presente – daremos (Cooperada S.P.).

Este depoimento evidencia um elemento bastante elucidativo no tocante a realidade da COPAVI e, acreditamos, no contexto da própria Economia Solidária. Como já ressaltado por Singer (2003a) a ênfase no desemprego como gênese da Economia Solidária problematiza uma inconsistência intertemporal, pois “o programa desta se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a do modo de produção dominante” (p.112). Neste sentido, como por vezes argumentaram os próprios cooperados, na COPAVI, uma das principais dificuldades em aumentar o quadro de cooperados reside no fato de que a atual conjuntura econômica é desestimuladora, ou seja, diante da abundante oferta de empregos, formais e informais, e ao mesmo tempo, diante de políticas públicas de amparo às classe menos favorecidas, a busca por outras alternativas parece estar sendo atenuada. No tocante à oferta de empregos, se referindo à precariedade do mercado informal, o Cooperado E.B.S. afirma: “são empregos podres, sem nenhuma garantia, mesmo assim, é uma alternativa”.

Ainda no que pese a esta questão Singer (2003a), ressalta: “Portanto, trata-se de aproveitar uma janela histórica, um momento em que a Economia Solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo de produção dominante para abrir caminhos” (p.113). Caso contrário, novas ondas de crescimento capitalista poderiam frear e contrariar a Economia Solidária.

Nestes termos, além da construção da autogestão e do efeito militância, presenciados no contexto da COPAVI, e que para Singer (2002a) se revelam fulcrais para o desenvolvimento e fortalecimento das alternativas solidárias, percebemos também, através do depoimento da Cooperada S. P. e dos dados que seguem que no contexto da cooperativa e do próprio MST, há uma atenção no sentido de se valer de incentivos estatais possibilitados pela atual conjuntura política, para se consolidarem como alternativa econômica, pois, como salienta a Cooperada S.P. se referindo à possibilidade de mudança na conjuntura política: “sabemos que as grandes lutas vão voltar, e temos que estar preparados”. Os dados abaixo são reveladores do esforço da cooperativa em se valer de políticas públicas de incentivo.

Em 2009 a cooperativa acessou recursos provenientes do Programa Terra Sol do governo federal<sup>31</sup>, num total de R\$ 300.000,00, não reembolsáveis. Estes recursos foram investidos na agroindústria de derivados de cana, onde foram adquiridos sistema de moagem de cana e caldeira de produção de vapor. Este ano este programa passou a se chamar Terra Forte e a cooperativa está pleiteando um novo recurso para aquisição de um caminhão para transporte de cana-de-açúcar<sup>32</sup>.

**Figura 9** – Subsetor de cana e derivados – equipamentos adquiridos com recursos do Programa Terra Sol.



Também há uma expectativa em conseguir recursos para construir mais 10 casas na agrovila através do Programa “Minha Casa, Minha vida”, que passa, a partir de 2013, a incluir as famílias beneficiárias da reforma agrária no Programa Nacional de Habitação Rural (BRASIL, 2013).

Contudo, a principal contribuição do governo petista para os cooperados está nas vendas Institucionais – que se constitui numa política pública de viabilidade aos empreendimentos solidários e autogestionários, ao fazer com que o próprio poder público passe a demandar produtos e serviços desses empreendimentos. Para os cooperados as vendas institucionais são uma conquista. “Estamos aproveitando o resultado de uma luta histórica que o governo resolveu atender” (Cooperado E.B.S.).

Assim, a COPAVI, desde 2004, passou a fornecer alimentos para a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, através do PAA – Programa de Aquisição de

<sup>31</sup> O Programa Terra Sol foi criado em 2004 no governo do PT e em fevereiro de 2013 foi incorporado ao Programa Terra Forte. O objetivo destes programas é apoiar e promover a agroindustrialização de assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil (BRASIL, 2013).

<sup>32</sup> Segundo relatos, a cooperativa tem enfrentado dificuldades junto à prefeitura municipal no tocante aos projetos encaminhados ao programa. Segundo os cooperados, estes projetos, por estarem relacionados ao desenvolvimento regional, devem passar obrigatoriamente pela prefeitura, que deve fazer a mediação entre a cooperativa e o INCRA, contudo, há uma falta de preparo e informação dos órgãos da prefeitura incumbidos desta tarefa, que acaba por vezes, dificultando o andamento dos processos.

alimentos<sup>33</sup>. E, a partir de 2010, também para a merenda escolar, através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>34</sup>, que desde 2009, estabelece outras diretrizes para alimentação escolar, dentre elas, a de que pelo menos 30% dos alimentos fornecidos aos alunos das escolas municipais e estaduais devem ser provenientes do âmbito local e preferencialmente do pequeno produtor agrícola. Neste caso, o fato de estarem organizados em forma cooperativa, também se constitui numa vantagem, uma vez que essas vendas se dão sempre através de associações de pequenos agricultores e ou cooperativas.

Além das políticas públicas de crédito e de viabilidade da comercialização, os cooperados também têm acessado, de maneira bastante efetiva, políticas de assistência técnica e de formação. Desde o início de suas atividades a COPAVI tem se valido de assistência técnica viabilizada pelo INCRA, através de convênios com instituições como EMATER<sup>35</sup>, Fundação Terra, dentre outras – com o intuito tanto de obter assistência técnica para aprimoramento da produção e atualização mercadológica quanto para capacitação continuada. Para os cooperados, estes convênios são muito importantes porque além de propiciarem um aporte técnico no processo produtivo e mercadológico, também propiciam, através de capacitação, um empoderamento da comunidade no sentido de fazer valer seus direitos em relação ao acesso ao crédito, elaboração de projetos para financiamento, subsídios e etc.<sup>36</sup>

Quanto à formação, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, oferecido pelo INCRA, a cooperativa conseguiu formar quatro cooperados em cursos de nível superior, dois em Administração e dois em Pedagogia. Da mesma forma, uma cooperada se graduou em Tecnologia em Agroecologia pela Escola Latino Americana de

---

<sup>33</sup> O PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.772 de 2 de julho de 2003, permite estabelecer um vínculo direto entre o apoio à comercialização da agricultura familiar e o atendimento a populações em situação de risco alimentar (BRASIL, 2013).

<sup>34</sup> Alinhada com os anseios da sociedade contemporânea, a Lei nº 11.947/2009 veio estabelecer importantes inovações no âmbito da Alimentação Escolar, firmando uma política pública que garante o Direito Humano à alimentação adequada e saudável e que assegura esse direito para todos os estudantes da educação básica, apoiando ainda o desenvolvimento sustentável mediante o incentivo à aquisição de alimentos produzidos em âmbito local e preferencialmente pelos agricultores familiares e pelas comunidades agrícolas menos favorecidas (REBRAE, 2009)

<sup>35</sup> Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

<sup>36</sup> No momento, a COPAVI conta com o atendimento integral de um engenheiro agrônomo que também compõe o quadro de cooperados. Através de um convênio entre o INCRA e a Fundação terra, este engenheiro agrônomo presta assistência técnica na COPAVI e também em outros assentamentos da região. Até o ano passado, contavam com a assistência técnica da Emater – através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), também em convênio com o INCRA.

Agroecologia (ELLA) <sup>37</sup>, fruto de uma iniciativa entre a Via Campesina, com o apoio do governo estadual do Paraná, da Universidade Federal do estado e do governo da Venezuela.

Deste modo, percebemos que no contexto da COPAVI, o papel do Estado em prover políticas públicas de crédito, viabilização, assistência técnica e formação tem sido fundamental, o que reforça os pressupostos de Singer (2002a) Santos e Borinelli (2010) e Eid (2007) quanto à necessidade de financiamento estatal de cooperativas de produção; quanto ao caráter promissor de políticas públicas de incentivo à comercialização de produtos e serviços para o próprio Estado; e quanto à importância da formação destes atores em cursos superiores nas diversas áreas do conhecimento.

Ainda em relação a este último aspecto (a formação), cabe ressaltar que a cooperativa tem um número significativo de cooperados graduados nas diversas áreas do conhecimento – engenharia agrícola, engenharia florestal, agroecologia, administração, contabilidade, história, pedagogia. Alguns formados por convênios do próprio MST, como já evidenciado, outros, de forma independente, mas todos em universidades públicas. Tal qualificação evidencia o compromisso do MST em formar quadros técnicos e políticos para garantirem a luta – que passa também pela consolidação econômica dos assentamentos.

Ademais, num plano maior, podemos inferir que a mobilização por parte destes sujeitos em relação a estas políticas públicas cumpre um papel fundamental no que se refere à democratização econômica, qual seja: o de redistribuir os recursos do Estado em favor também dos setores populares, como bem argumentam Santos e Rodríguez (2002). Neste sentido, tomando a luta do MST, poderíamos inferir que o potencial de transformação social das iniciativas solidárias está bastante relacionado à sua articulação com o poder público.

### 5.3 OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO - ANÁLISE DAS AÇÕES EXTERNAS

Esta fase da análise contemplará dois elementos que podem se mostram reveladores da visão que estes sujeitos têm da cooperação enquanto mecanismo de

---

<sup>37</sup> A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) é fruto de uma iniciativa entre a Via Campesina, com apoio do governo estadual do Paraná e da Universidade Federal do estado, além do apoio do governo da Venezuela. A ELAA desenvolve o curso de Tecnologia em Agroecologia, em parceria hoje com o Instituto Federal do Paraná. Para tanto, o método pedagógico, seja pela alternância (tempo escola e tempo comunidade), e em seus diversos tempos educativos e processos de autogestão busca qualificar os educandos em sua visão crítica da realidade, a formação política e o preparo técnico. A ELAA promove a formação de jovens oriundos de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina. É a primeira escola de Agroecologia de nível universitário do país.

transformação social – a orientação mercadológica e a participação em redes de colaboração e apoio mútuo. Assim, no âmbito da orientação mercadológica buscaremos evidenciar o potencial produtivo da cooperativa e as estratégias de inserção no mercado. No que se refere a sua articulação em redes de colaboração e apoio mútuo, buscaremos evidenciar como a COPAVI tem se assimilado a outros movimentos da sociedade civil e como tem buscado, através de sua experiência, contribuir para o desenvolvimento de outros empreendimentos solidários no contexto do MST.

### 5.3.1 Orientação Mercadológica

Tendo no início de suas atividades, diante da escassez de recursos para investir na produção, se pautado prioritariamente na produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo dos sócios (criação e abate de aves, hortaliças, mandioca, leite, panificação) foi nos anos de 1997 e 1998, depois de ter tido acesso às primeiras linhas de crédito que a cooperativa passou a conduzir seu esforço produtivo para o mercado.

A análise que segue evidencia a preocupação da cooperativa em se preparar para competir no mercado, investindo em infraestrutura produtiva e na qualificação de seus cooperados, com vistas a garantir sua autonomia financeira. O que nos remete às observações de Singer (2002a; 2003b) – de que a perpetuação da Economia Solidária como alternativa factível ao modelo hegemônico capitalista deve prescindir de sua capacidade de competição.

Através do planejamento de suas atividades, a cooperativa passou, nesta fase, a direcionar seus recursos para a produção de gêneros que permitissem maior agregação de valor e demonstrassem potencial para a comercialização. Assim, o esforço produtivo foi canalizado prioritariamente para as atividades de beneficiamento do leite e derivados da cana, cujas matérias primas são produzidas na própria cooperativa. Contudo, num plano menor mantiveram as hortaliças, com vistas a manter a diversidade produtiva que se opõe ao monocultivo característico do agronegócio, bem como atender o autoconsumo e o mercado local.

Neste sentido, esse período dá ensejo a um processo de transição da informalidade para uma atividade que se adequasse às normas do mercado formal em termos de padrões de higiene e sanidade; de padronização de insumos; acondicionamentos; legislação (sanitária, tributária, etc.); registros (instalações, dos produtos e dos rótulos); código de barra; padronização dos produtos, etc. (MOURA, 2006). Para tanto, foi fundamental uma maior qualificação técnica dos assentados bem como o apoio de programas de assistência técnica

aos assentamentos viabilizados pelo INCRA por meio de diversas instituições e empresas de assistência técnica.

Além dos diversos cursos de capacitação oferecidos pela CCA/PR e ou CONCRAB, nas diversas áreas de produção, os cooperados passaram a realizar continuamente cursos de gestão oferecidos pelo SEBRAE<sup>38</sup> e outras instituições. A cooperativa também conseguiu formar dois cooperados em gestão cooperativa por meio de um convênio entre o MST e a Cooperativa Mondragón da Espanha, através da Universidade de Mondragón.

No que se refere à certificação orgânica, esta foi possibilitada a partir de 2008, depois da integração da cooperativa à Rede de Agroecologia Ecovida – uma forma de certificação alternativa para produtos orgânicos provenientes da pequena agricultura e da economia solidária<sup>39</sup>.

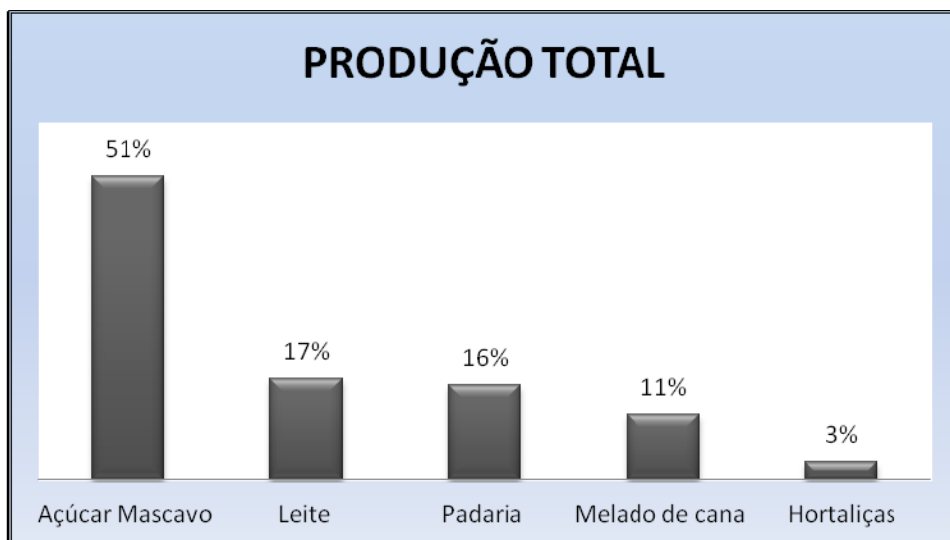
Os produtos são comercializados com a marca COPAVI, exceto a cachaça, que recebe a marca “Camponesa”. Além do selo de certificação agroecológica Ecovida, destaca-se também o símbolo do MST e que são produtos da terra. Esses atributos são utilizados como forma de diferenciação dos produtos em relação à origem – destacando-se na embalagem tratar-se de produtos da reforma agrária e provenientes de assentamentos rurais.

As principais linhas de produção da cooperativa são: a) cana e derivados, com uma produção mensal aproximada de 35.500 kg de açúcar mascavo e 9.250 kg de melado de cana; b) leite e derivados, sendo 23.000 litros de leite pasteurizado e 1.000 litros de iogurte caseiro/mês; c) padaria, com produção de 4.000 kg/mês; e d) hortaliças, 1.700 kg/mês. Além desta produção a COPAVI também produz, em menores quantidades e de forma esporádica cachaça e queijo.

---

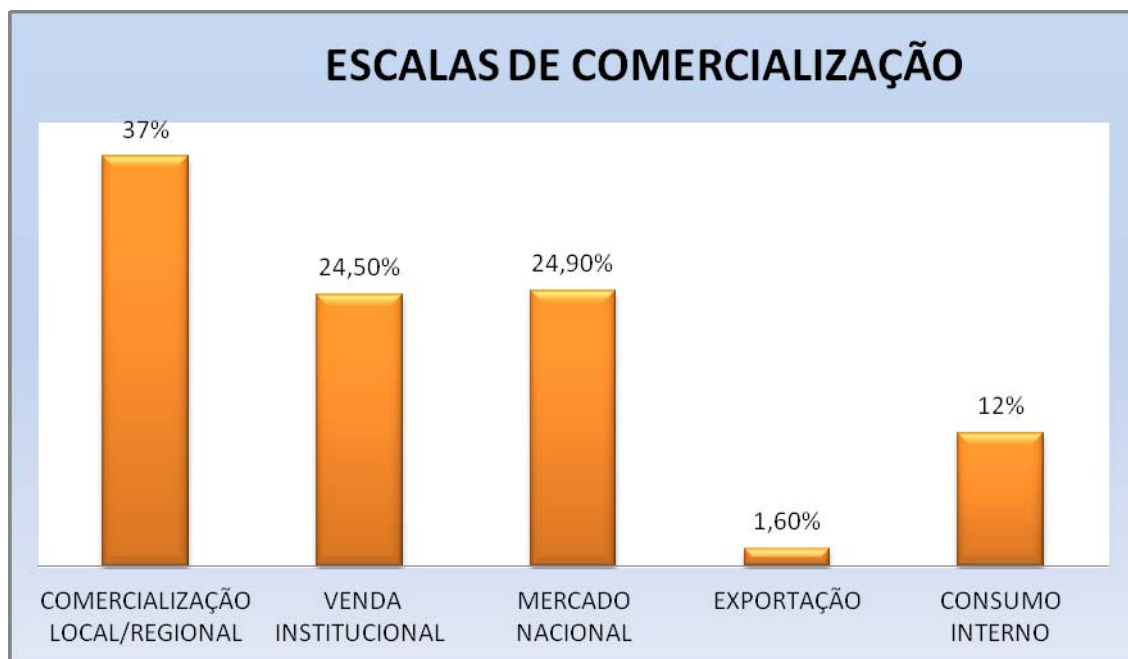
<sup>38</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

<sup>39</sup> A Rede Ecovida abrange os três estados da região Sul do Brasil e tem como objetivo a certificação participativa em rede – um processo de certificação adequado à agricultura agroecológica familiar.

**Gráfico 1 - Produção total mensal 2012 - 2013**

**Fonte:** Dados fornecidos pela COPAVI

Em relação a estes totais, estima-se que a produção para o auto-consumo esteja na proporção de 50% para as hortaliças, 5% para os derivados de leite, 5% para a padaria e 1% dos derivados da cana – totalizando 12% da produção total. Esses dados demonstram que a cooperativa conseguiu superar o nível de reprodução simples, predominante nas fases iniciais, para o nível de produção de excedentes – atendendo assim, os objetivos do setor produtivo do MST que vê nas cooperativas agroindustriais uma possibilidade de buscar efetividade na reforma agrária através de resultados econômicos satisfatórios. A comercialização da produção se dá em escala local/regional, e nacional. A cooperativa também já fez algumas exportações via comércio justo.

**Gráfico 2** - Escalas de comercialização e consumo interno

**Fonte:** Dados fornecidos pela COPAVI.

As estratégias de comercialização contemplam as seguintes escalas e modalidades:

- a) comercialização local/regional – que abrange:
  - a. vendas direta ao consumidor de porta em porta:

A venda direta ao consumidor, de porta em porta, foi iniciada junto com a implantação do assentamento, com a venda de leite a granel. Somente a partir de 1996, o leite passou a ser ensacado e pasteurizado – constituindo-se no principal item comercializado nesta modalidade. Ao leite, somaram-se outros produtos como o iogurte (produzido em menor escala), as hortaliças, os derivados da cana e por último os itens produzidos na padaria. Com o tempo, além da produção no assentamento, a cooperativa passou a incluir na venda direta ao consumidor, produtos provenientes de outros assentamentos e também de intermediários tradicionais, como ovos, queijo, café, legumes e frutas<sup>40</sup>.

Estas vendas são realizadas diariamente nas cidades de Parancity e em Cruzeiro do Sul-PR, onde a cooperativa atende aproximadamente mil famílias. As entregas são realizadas por dois cooperados que segem com uma Kombi equipada com balança para pesagem. Assim, enquanto um dos cooperados faz a pesagem e a entrega dos produtos, o

<sup>40</sup> Segundo dados da COPAVI, estes produtos são comprados pela cooperativa para o autoconsumo dos sócios - a inclusão destes produtos na comercialização é uma forma de abater um pouco os custos e diversificar a oferta para a comunidade.

motorista faz o controle das vendas, marcando numa ficha por cliente a quantidade e o valor devido. O pagamento geralmente é efetuado na última compra do mês.

Esta modalidade de vendas não apresenta potencial de ampliação, uma vez que ambas as cidades atendidas são bastante pequenas e a prospecção de novos clientes, muito limitada. Mesmo assim, apresenta expressividade, representando aproximadamente 30% da comercialização dos produtos da cooperativa no âmbito local/regional. A venda direta ao consumidor também propicia uma maior proximidade da COPAVI com a comunidade - os cooperados setem-se orgulhosos em poder oferecer a estes clientes, na maioria pessoas de baixa renda, um alimento diferenciado, livre de agrotóxicos e a preços e condições facilitados.

b. vendas em feira de produtores:

Todos os domingos a COPAVI participa de uma feira realizada na praça da cidade de Paranacity, que, como relatam os cooperados “não é mais uma feira de produtores” porque o comércio varejista também participa. O percentual de comercialização na feira é irrisório, de toda a forma, a cooperativa entende que a participação é uma forma de manter firmes os vínculos com a comunidade e também divulgar seus produtos junto ao comércio varejista.

c. vendas para varejistas

As vendas para varejistas permitem ampliar a dimensão local para a regional, contemplando mercados, padarias e, numa proporção menor, algumas lojas de produtos naturais da região noroeste e também de outras cidades como Paranaíba e Maringá. Nestas vendas é possível explorar as características orgânicas dos produtos e também a marca COPAVI, principalmente através dos derivados da cana que são os mais vendidos nesta modalidade – que representa aproximadamente 70% das vendas locais/regionais.

Contudo, como relatado pelos cooperados, no que se refere à comercialização local/regional, exceto nas lojas de produtos naturais, onde há uma mínima inserção dos produtos da COPAVI, a demanda não parece ser motivada pelas qualidades orgânicas dos produtos e nem mesmo por serem provenientes da reforma agrária – sendo o preço o principal diferencial. Nestes termos, podemos dizer que a autossuficiência da Economia Solidária baseada em consumo ideologicamente motivado, como pressupõe Mance (2002) ainda parece ser algo distante deste contexto.

b) vendas nacionais

As vendas em âmbito nacional são realizadas, em sua grande maioria, para indústrias de alimentos nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, e Mato Grosso – que compram o açúcar mascavo e o melado a granel para a fabricação de produtos alimentícios – 30% do total destas vendas é especificamente voltada para a qualidade orgânica dos produtos. Ademais, um ínfimo percentual, aproximadamente 1% é absorvido por associações de comercialização de orgânicos e ou em feiras de produtos da reforma agrária no estado do Rio grande do Sul, onde os produtos (açúcar mascavo, melado e cachaça) são vendidos com a marca COPAVI – o que reforça mais uma vez a precariedade que a demanda ideologicamente motivada ainda apresenta.

c) Vendas institucionais

As vendas institucionais, como relatamos anteriormente, são vistas pelos cooperados como uma conquista da comunidade organizada em torno da segurança alimentar e nutricional, de associações de pequenos agricultores e comunidades agrícolas menos favorecidas. Em 2012 estas vendas representaram aproximadamente 25% do percentual total de vendas da cooperativa.

Assim, desde 2004 a cooperativa fornece o açúcar mascavo para a CONAB através do PAA – Programa de Venda Antecipada. No ano de 2013 a venda antecipada prevê o fornecimento de 100 toneladas do açúcar mascavo até o mês de junho. Conforme relatado pela presidente da cooperativa, a grande vantagem da venda antecipada é que além de oferecerem os produtos embalados com a marca da COPAVI, o preço pago é bem superior às vendas feitas a granel para as indústrias de alimentos e ou para o comércio varejista. Enquanto estas giram em torno de R\$ 2,80 o quilo do produto, nas vendas antecipadas o preço praticado é de R\$ 4,29.

No que se refere ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, a cooperativa está atendendo atualmente mais de 70 instituições de ensino em 27 municípios da região. Nesta modalidade de vendas a cooperativa fornece tanto os derivados da cana (açúcar mascavo e melado) quanto hortaliças e panificados. O leite envasado, por enquanto, é fornecido apenas para as instituições de ensino de Paracaty porque a cooperativa ainda não possui certificação sanitária para comercializar o produto no varejo fora do município. Contudo já há um esforço no sentido de conseguir a certificação estadual<sup>41</sup>, necessária para expandir a comercialização.

---

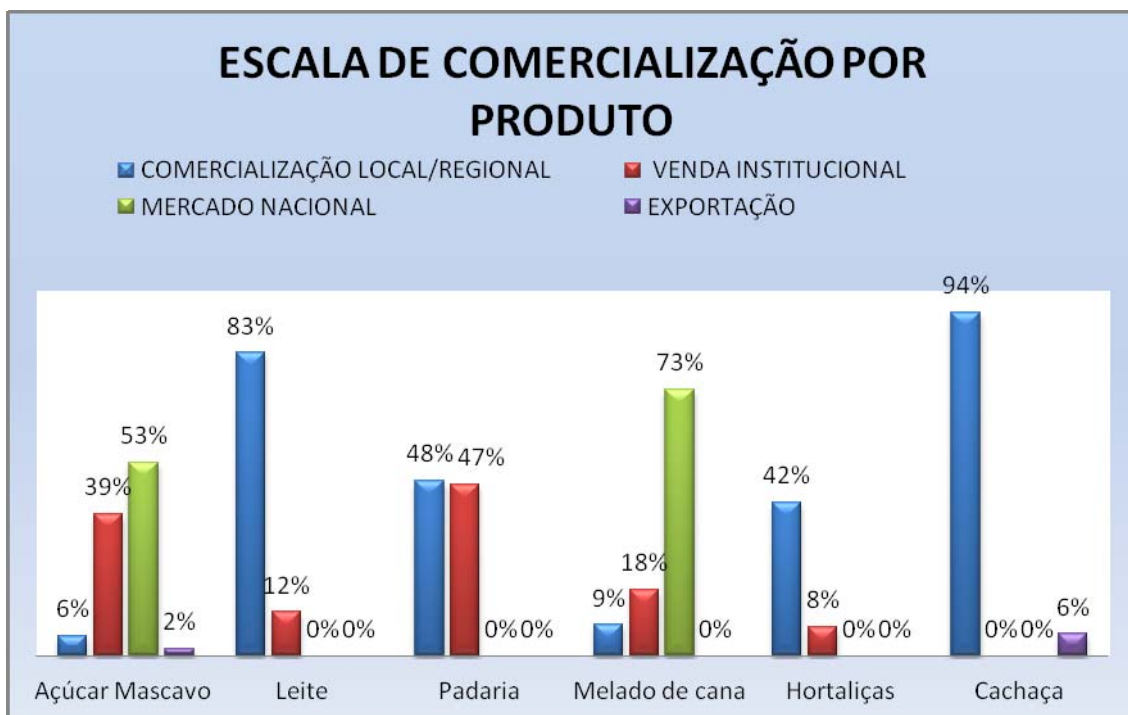
<sup>41</sup> SIP/POA - O Serviço de Inspeção do Paraná-SIP, é uma Divisão do Departamento de Fiscalização (DEFIS) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do Paraná, sendo responsável pelo

A produção de leite já ultrapassa a demanda do município, assim 30% da produção é vendida a granel para um laticínio da região, daí o esforço em conseguir a certificação estadual. Contudo, mesmo podendo, depois da certificação, canalizar esta produção para a venda institucional, a cooperativa pretende expandi-lá para o comércio varejista, de forma a manter diferentes estratégias de vendas e não ficar dependente de possíveis alterações políticas em relação a este programa.

As vendas institucionais além de representarem uma excelente forma de viabilização da comercialização e também de exploração da qualidade orgânica dos produtos (evidenciando desta forma, a importância da participação do Estado no estímulo ao consumo orgânico), contribuíram para alavancar a produção da padaria, que anteriormente atendia apenas ao consumo interno. Como forma de melhorar a infraestrutura produtiva da padaria para atender a esta modalidade de vendas, a cooperativa submeteu um projeto através da Associação de Mulheres da cooperativa – a Amatterra, para um edital da Cáritas Brasileira e foi contemplada com um valor de R\$ 10.000,00 – comprometendo-se como contrapartida, a fornecer pães para a Escola Milton Santos de Agroecologia de Maringá. Da mesma forma, depois de ampliada a produção foi possível atender tanto a venda institucional através da merenda escolar, quanto diversificar a comercialização no âmbito local, uma vez que nem toda a produção pode ser absorvida pela merenda escolar.

#### d) Exportação

A COPAVI realizou nos anos de 2011 e 2012 dois lotes de vendas de açúcar mascavo e cachaça da marca Camponesa para a Europa através da rede de comércio junto – essa transação foi possibilitada por meio de uma cooperativa do MST que tem registro para exportação. Para o final de 2013 está previsto mais um lote de vendas. Mas como relatado pelos cooperados é algo ainda bastante incipiente, em torno de 2% do açúcar mascavo produzido anualmente e 6% da cachaça.

**Gráfico 3** - Escala de comercialização por produto

**Fonte:** Dados fornecidos pela COPAVI.

Assim, através da análise de sua atuação mercadológica podemos inferir que a COPAVI, enquanto uma cooperativa agroindustrial do MST tem buscado seguir as diretrizes do movimento no que se refere à superação da condição de reprodução simples imposta à pequena propriedade agrícola para o nível de produção de excedentes, que se consubstancia em sua inserção no mercado com vistas a obter resultados econômicos satisfatórios. Dessa forma, tendo num primeiro momento, dependido quase que exclusivamente dos recursos estatais para sua viabilização no assentamento, estes atores passam, através da constituição de uma cooperativa e do acesso aos primeiros créditos a se inserirem no mercado.

Como podemos observar na análise dos dados, toda a transação mercadológica da cooperativa, exceto pela venda institucional, e pelas poucas exportações via comércio justo, está direcionada para o mercado tradicional, permitindo-nos concluir que uma economia solidária está sendo construída não de forma paralela ao mercado capitalista como sugere Mance (2002), mas por dentro desta economia, como pressupõe a visão de Singer (2002a).

Obviamente, percebemos que há uma característica singular, evidenciada nas vendas diretas ao consumidor, de porta em porta, que nos remete a uma outra

temporalidade, mais residual, mais presa ao local e aos hábitos e costumes desta população. Contudo, poderíamos nos perguntar se esta característica não se deve principalmente à impossibilidade de comercializar o leite envasado (principal item nesta modalidade de venda) fora do município – ou seja, o quanto esta modalidade de vendas ainda não se deve às próprias limitações da cooperativa em expandir suas escalas de comercialização.

De toda a forma percebemos que uma economia de reciprocidade e de redistribuição se soma, na COPAVI, a uma economia mercantil – permitindo-nos compreender, nos termos de França Filho (2007, 2008) e Singer (2002) que uma experiência econômica plural está sendo construída neste contexto. Estas três dimensões não estão apartadas e parecem não predominarem umas sobre as outras. Assim, enquanto a economia de reciprocidade é construída através da propriedade coletiva, da distribuição igualitária das sobras e da democracia participativa, uma economia de redistribuição parece ser tecida na luta constante por créditos e subsídios estatais – fundamentais para garantir a viabilidade da cooperativa nas fases iniciais e sua posterior inserção no mercado. Por último uma economia mercantil parece ser determinante para garantir a consolidação do empreendimento e, conseqüentemente, a emancipação econômica e social de seus membros.

Nestes termos, percebemos um grande esforço por parte da cooperativa em estabelecer diversas estratégias de comercialização e ampliar suas escalas de produção além do âmbito local, como forma de se consolidar no mercado e garantir sua independência dos vaivens das políticas públicas estatais – o que nos remete a duas teses elaboradas por Santos e Rodríguez (2002) em *Produzir para viver*. A primeira, de que as alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala, devendo ser capazes de atuar em diferentes escalas, desde o local até o global, passando pela regional e pela nacional. A segunda, de que as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado. Dentro do Estado para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar os recursos do Estado a favor dos setores populares. Fora do Estado para manter a sua integridade, sem ter de depender das flutuações do ciclo político e continuar a formular alternativas ao *status quo*.

Estas colocações se assimilam às inferências já realizadas na seção dedicada à importância do Estado no contexto da COPAVI, quando buscamos elucidar o esforço da cooperativa em se valer dos subsídios e incentivos estatais, possibilitados pela atual conjuntura política, para se fortalecer enquanto alternativa econômica, construindo assim, sua própria dinâmica.

Isto posto, percebemos que dentro deste contexto é possível vislumbrar o começo de uma ação pública, política, no sentido de fazer valer os recursos do estado em

favor dos setores populares, de modo que estes passem a “fazer parte” passem a se inserir na economia. Como já buscamos ressaltar em outras passagens, é através da consolidação econômica das cooperativas, que o MST busca, gradualmente, fortalecer a luta política, cujo maior objetivo seria a superação do modelo capitalista, isto é, a revolução.

Tal visão distancia-se do pensamento complexo de Morin (2011), segundo o qual, não se trata de superar o capitalismo, mas reduzir seu poder de influência, viabilizando novas possibilidades de economia e de produção com lógica distinta – que poderá suscitar o começo de uma metamorfose nas estruturas de poder vigente e que, na prática, parece ser o grande potencial destas iniciativas. Contudo, independente do objetivo – revolução ou metamorfose – como vimos tratando ao longo do trabalho, a capacidade de transformação destas iniciativas como sugere Morin (2011, 2005a) e Santos e Rodríguez (2002) pode ser potencializada através de sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo, para as quais, nos encaminharemos no próximo tópico.

### 5.3.2 Redes de Colaboração e Apoio Mútuo

Como pudemos observar, a inserção da COPAVI em redes de colaboração e apoio mútuo está bastante atrelada a sua própria inserção no MST. Assim, o envolvimento do MST com outras esferas da sociedade organizada – com destaque aqui para as redes que militam em torno da segurança alimentar e nutricional, da produção orgânica, e também setores ligados à Economia Solidária como a UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura familiar e Economia Solidária – parece se estender ao âmbito da COPAVI, cujos atores parecem estar bastante afinados com a luta política travada pelo movimento. Da mesma forma, estas articulações estão bastante atreladas à articulação do MST com a Via Campesina, cuja principal atuação é em favor da soberania alimentar – que traz em seu bojo uma forte contraposição ao modelo do agronegócio, caracterizado pelos grandes latifúndios e o uso intenso de agrotóxicos.

Vale ressaltar, que no âmbito do MST esta união em redes adquire um caráter bastante amplo – várias são as “bandeiras” apoiadas pelo movimento. Assim, além da reforma agrária, a luta do movimento se estende à democratização da cultura e da comunicação; à igualdade de gêneros (que na cooperativa fica evidenciado pela intensa participação das mulheres em todas as esferas de decisão e produção); à diversidade étnica; à saúde pública; ao desenvolvimento social, à democracia popular e participativa e à soberania nacional e popular (MST, 2013). É neste ponto que percebemos o que parece ser o início de

uma convergência de diversas contracorrentes, que poderão conduzir a uma nova via (MORIN 2011, 2005a).

**Figura 10** – Refeitório – lado a lado as bandeiras do MST e da Via Campesina



No contexto específico da COPAVI pudemos perceber pelo menos três esferas de ação integrada de atores populares com as quais a cooperativa está bastante sintonizada e participa, através de encontros, fóruns, espaços virtuais, debates e etc. Neste sentido, observamos que a principal atenção da cooperativa no atual contexto é com as discussões em torno da soberania alimentar e nutricional e da produção agroecológica, que, de certa forma, evidencia seu posicionamento perante o mercado (enquanto competidora) e com a sociedade (enquanto alternativa econômica, contraposta ao modelo do agronegócio). Vale ressaltar também que a cooperativa tem um membro representando a região Sul do país na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO<sup>42</sup>.

Desta forma, uma primeira rede que podemos evidenciar é a rede “dos que produzem”, como se refere o Cooperado E.B.S., “uma rede vibrante”, que envolve tanto os assentamentos de reforma agrária – representados pelas cooperativas centrais de cada Estado, e no âmbito nacional, pela CONCRAB, como as associações de pequenos agricultores e da Economia Solidária, representadas principalmente pela UNICAFES – União das Cooperativas da agricultura familiar e economia solidária. “Temos diferenças com eles, mas são nossos parceiros. Diferenças por preconceito, teor ideológico” (Cooperado E.B.S.). Como afirma o

<sup>42</sup> A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi instituída em novembro de 2012 para elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, aprovado em junho de 2013 segundo as diretrizes do Decreto nº 7.794 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. (BRASIL, 2012). A comissão é composta por 14 membros do Executivo Federal e 14 membros indicados por entidades da Sociedade Civil, que além de contribuírem na elaboração do plano, acompanharão toda sua execução.

cooperado, algumas associações e cooperativas de Economia Solidária, têm um posicionamento menos transgressivo diante do contexto capitalista “eles não querem mudar o mundo”.

Uma segunda esfera de ação pública com a qual a cooperativa se mostra bastante sintonizada é com as redes urbanas que militam em prol da segurança alimentar e nutricional, representada sobremaneira pelos Conselhos estaduais e municipais atrelados ao CONSEA – Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional.

Como observa E.B.S., “foi essa grande força da sociedade que ajudou o governo a fazer uma lei que obriga os municípios a gastarem o dinheiro da merenda com a agricultura familiar” – se referindo a Lei nº 11.947/2009, que institui novas diretrizes ao Programa Nacional de Merenda Escolar – PNAE, dentre as quais, a articulação do fornecimento de alimentos adequados e saudáveis para a rede escolar com o desenvolvimento sustentável – privilegiando a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e de comunidades agrícolas menos favorecidas.

Nestes termos, uma terceira rede se destaca – é a Rede de Agroecologia Ecovida, da qual a COPAVI participou por dois anos do Conselho Diretor. A Rede Ecovida abrange os três estados da região Sul do Brasil e tem como objetivo a certificação participativa em rede – um processo de certificação adequado à agricultura agroecológica familiar, como prevê o caderno de formação da Rede Ecovida<sup>43</sup> (2004). Segundo os cooperados, esta forma de certificação participativa é mais acessível às pequenas propriedades agrícolas, que de outro modo, dados os custos e a burocracia, não conseguiria obter a certificação orgânica.

Assim, a própria exportação via “comércio justo”, por exemplo, só foi possibilitada, como afirmam os cooperados, pela articulação do MST com a Via Campesina e da COPAVI com as demais redes de produção, principalmente com a rede Ecovida, que lhes propiciou a certificação orgânica. “É uma troca entre movimentos sociais. Vários produtos de diversas partes do Brasil são enviados (de assentamentos e agricultura convencional familiar). O comércio internacional não é feito para pobre, é difícil, então a gente só consegue juntando” (Cooperado E.B.S.)

---

<sup>43</sup> A Rede Ecovida estabelece os parâmetros do que é ser orgânico – Lei 10831 de 23/12/2003 através de uma nova forma de certificação de orgânico, que é participativa – possibilitada pelo Decreto 6.323, de 27/12/2007 que estabelece a possibilidade de certificação por meio de Sistemas Participativos de Qualidade Orgânica. Esta forma de certificação se opõe à certificação auditada (ato unilateral). A participação é controlada de dentro para fora, pelos próprios pares: produtores, comercializadores, ensino, pesquisa, consumidores, representantes de cooperativas de consumo e etc. (CADERNO DE FORMAÇÃO, 2004)

Ademais, esta articulação em redes representa uma forma de se inserir no debate sobre demandas públicas fundamentais que, de certa forma, estão sintonizadas com as demandas do movimento dos sem-terra e com as demandas da cooperativa. Como salienta E.B.S., “os outros assuntos, de outros parceiros, nos interessam porque fortalece a proposta de uma sociedade mais harmoniosa, mais plural, e é isso que a gente acredita”.

É neste processo, que percebemos os fragmentos, os sinais, de uma possível assimilação entre diversas contracorrentes. Nos termos de Morin (2005a; 2011) poderíamos falar de uma convergência de contracorrentes aos domínios hegemônicos que podem, na assimilação de uma pela outra, conduzir a uma nova via. Nos termos de Mance (2002) uma revolução das redes, cujo processo de cruzamento e articulação pode subverter não apenas códigos econômicos, como também políticos e culturais. Contudo, pela breve análise do empreendimento solidário em questão e do movimento do qual fazem parte, podemos argumentar que uma união em redes, capaz de subverter padrões exploratórios, não está apartada do plano estatal, ao contrário do que sugere Mance (2002), pois é justamente no seu potencial de construção de uma ampla política, de ampliação da democracia participativa, e do empoderamento que proporcionam à comunidade organizada que estas podem, através de um diálogo incessante com o poder público, propiciar inícios de transformação – evidenciados sobremaneira aqui, pela Lei nº 11.947/2009, que institui novas diretrizes ao Programa Nacional de Merenda Escolar – PNAE e pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, cuja construção, parece ser motivada, em grande parte, pelas experiências concretas de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil na produção agroecológica e orgânica<sup>44</sup>.

Por outro lado, num plano mais estratégico a COPAVI tem buscado captar recursos de organizações não governamentais com foco no desenvolvimento social. Para tanto, criou duas associações no interior da cooperativa, com constituição jurídica independente. A associação das mulheres, a “Amaterra”, e a associação dos pequenos agricultores rurais, a “Mão na Terra”, cujo objetivo é captar recursos destinados especificamente ao desenvolvimento empreendedor da mulher e do pequeno agricultor.

---

<sup>44</sup> Em entrevista concedida à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Selvino Heck, assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, e também secretário executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, afirma que todo o processo de construção, seja da Política Nacional ou do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, vem da experiência concreta que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm de produção agroecológica e orgânica [...]. “A experiência concreta é que faz com que os governos assumam depois a partir dessas experiências programas, políticas, planos. Esse foi o caso também da agroecologia: se não houvesse os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil seguramente não teríamos uma Política ou Plano Nacional de Agroecologia” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2012).

Assim, através da associação das mulheres a cooperativa já conseguiu captar recursos num montante de aproximadamente R\$ 30.000,00 – provenientes da Fundação Banco do Brasil – que foi investido na indústria de derivados de cana – e da Cáritas Brasileira, investido na infraestrutura da padaria.

Assim, é através desta articulação com outras esferas da sociedade, que na COPAVI adquire o caráter de uma atuação militante, que estes sujeitos buscam se fortalecer em seus ideais e também ampliar suas possibilidades econômicas. Ambas as dimensões – luta política e desempenho econômico são interdependentes neste contexto. O que mais uma vez reforça os pressupostos do movimento dos sem-terra, delineados na primeira seção deste trabalho, onde buscamos evidenciar que a luta política passa antes pela consolidação econômica das cooperativas.

Esta atuação em redes, que na COPAVI se confunde com o processo de atuação militante, fica evidenciada também na atuação da cooperativa dentro do contexto do MST. No âmbito local, através de sua experiência, a cooperativa tem ajudando a impulsionar a luta social pela efetivação da reforma agrária, nos termos dos cooperados, “a construção de um território da reforma agrária”. Como relatado pelos cooperados e também evidenciado por Moura, (2006, p.66), todos os assentamentos da microrregião de Paranacity, se efetivaram anos depois da consolidação da COPAVI. Assim, como se refere o Cooperado E.B.S., “a COPAVI é a ‘ponta de lança’, que na região, tem ajudado muito a luta geral”.

Neste sentido, atualmente, a COPAVI, através de sua experiência cooperativa e de seu corpo técnico, tem colaborado com o projeto de uma CPS – Cooperativa de Produção e Serviço – a Cooperativa Mista de Agroindustrialização, Comercialização e Reforma Agrária União – CORAU. Esta cooperativa tem por objetivo construir uma cadeia de agroindustrialização orgânica da cana-de-açúcar, através da aglutinação da base de assentamentos em lotes individuais e de pequenos agricultores, de aproximadamente 14 municípios da região. Nas palavras do Cooperado E.B.S:

O objetivo da cooperativa é devolver o território para os pequenos produtores, num raio de 100 km – onde existem seis usinas de açúcar e álcool que monopolizam a produção, fazem pulverização de avião e ganham dinheiro destruindo a natureza. Vamos “encravar” dentro deste “mundo de veneno” a produção orgânica, num arranjo de policultivo – em que no lote da pessoa tem um alqueire de cana, um de floresta, pastagem sombreada com gado de leite, lavouras de mandioca, colorau, café – integrando a produção da cana com todas as demais.

Nas palavras da Cooperada S.P.:

A CORAU representa uma oportunidade de viabilização da reforma agrária e da produção agroecológica na região. Não queremos apenas produzir cana-de-açúcar, o ideal é termos diversidade, produzir leite, horta, cana e etc., e a constituição de uma cooperativa viabiliza a produção orgânica. Nossos filhos poderão trabalhar na cooperativa que será de todos. É uma forma de mantermos todos estes jovens atuando na região, sobrevivendo da pequena propriedade agrícola.

Assim, a CORAU, que já tem constituição jurídica desde 2007, tem buscado recursos para investir em sua infraestrutura produtiva através, principalmente, da oportunidade do lançamento do novo programa do governo federal de incentivo às cooperativas de reforma agrária o “Programa Terra Forte”, lançado em fevereiro de 2013. Atualmente, dispõe de dois agrônomos (um deles membro da COPAVI) e um economista – todos empenhados na elaboração do projeto para esta finalidade.

Dessa forma, como procuram evidenciar os cooperados, dado o elevado nível de desenvolvimento sócio econômico que a COPAVI apresenta em relação aos outros assentamentos de lotes individuais, ela se constitui num laboratório visível de que outros processos de cooperação podem ser bem sucedidos. É esta qualificação que faz com que o projeto de construção de uma cadeia produtiva tenha tido o apoio dos diversos assentamentos e pequenos produtores da região.

Neste sentido, podemos perceber o potencial transformador que uma experiência exitosa como a COPAVI pode exercer em seu contexto social. O projeto da CORAU se revela, dessa forma, potencialmente capaz de gerar um empoderamento da comunidade regional diante do contexto capitalista, seja no sentido de captação de políticas públicas para fortalecimento de territórios de reforma agrária, como se referem os cooperados, seja na ampliação de suas escalas de produção, de modo que, como já argumentamos anteriormente, a Economia Solidária possa ir construindo sua própria dinâmica.

No que se refere a sua atuação no MST em âmbito nacional, a COPAVI tem contribuído com a liberação de cooperados para atuarem em diversas frentes do movimento. Atualmente a cooperativa tem seis cooperados cedidos ao MST. Dois pedagogos com atuação no setor de formação nacional; uma economista conveniada no Programa Terra Forte do governo federal; um engenheiro florestal, conveniado no Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental (Ates) do INCRA e Fundação Terra; e dois engenheiros agrônomos – um

deles prestando assistência técnica em agroindústrias nos assentamentos da região através de um convênio com o INCRA, e outro atuando na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- CNAPO.

Deste modo, a intensa atuação militante da cooperativa é reveladora de como estes sujeitos veem a Economia Solidária – que como apontamos na primeira fase de nossa análise é vista no contexto do MST como um meio, um mecanismo de transformação social, uma forma de resistência, de organização política, capaz de gerar um empoderamento comunitário com vistas a mobilizar os recursos do Estado em favor dos setores populares e, desta forma, ganhar expressividade diante do poder hegemônico.

Diante destas colocações, acreditamos que é possível perceber neste contexto os sinais de uma ampla política – nos termos de Morin (2011) de uma antropolítica, nos termos de Santos (2007) de uma democracia de alta intensidade – cujo principal objetivo é a reintrodução do sujeito como centro do processo de transformação social.

Ademais, como evidenciado no referencial teórico, tanto por autores como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, quanto pelos autores da Economia Solidária, esta atuação em redes, esta assimilação de diversas contracorrentes, do produtivismo anticapitalista, da contestação do patriarcado, da soberania popular, etc., que podem ser percebidas no contexto da COPAVI e do MST se constitui num elemento fundamental no processo de construção de uma nova via, de uma globalização contra-hegemônica, de uma segunda globalização (MORIN, 2011; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SANTOS, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática central desta dissertação está relacionada com as discussões em torno das alternativas ao modelo socioeconômico dominante. Assim, como forma de construirmos nossos argumentos de pesquisa buscamos, no pensamento de Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos – dois eminentes críticos da racionalidade moderna – alguns elementos que nos ajudassem a circunstanciar a compreensão dos profundos limites em que se funda o pensamento moderno e, conseqüentemente o desenvolvimento capitalista.

Nestes termos, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos argumentam que, na contemporaneidade, diante do vazio político que se estabeleceu com o fim das experiências do chamado socialismo “real”, as alternativas ao capitalismo devem ser buscadas, devem ser pautadas, nas múltiplas contracorrentes que emergem como uma reação ao seu domínio. Estas contracorrentes, diferentemente do socialismo, não partem de uma unidade do saber, de uma teoria geral, mas de múltiplas críticas e proposições. E, é justamente esta qualificação que as fazem potencialmente transformadoras, porque possibilita a abertura à diversidade e as múltiplas dimensões que compõem o humano e o social, já que trazem em seu bojo uma série de reações aos domínios do pensamento hegemônico – ao produtivismo capitalista, ao patriarcado, à prioridade do quantitativo sobre o qualitativo; à preservação ambiental; às múltiplas concepções de bem viver e etc., trazendo, pois, para a realidade, dimensões há muito ignoradas pelo pensamento hegemônico.

Ademais, estas contracorrentes, ao partirem do âmbito local, regional, da sociedade civil organizada, ao interagirem com o global influenciando-o e sendo por ele influenciado num vai e vem contínuo, promovem a possibilidade de um amplo debate no seio da sociedade que poderá suscitar inícios de transformação nas estruturas vigentes. Daí os argumentos de Morin (2002, 2011) da necessidade de uma antropolítica e de Santos (2007a) da necessidade de uma democracia de alta intensidade – que, conforme buscamos argumentar no decorrer do trabalho são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras desse processo – cujo potencial de transformação está assente na possibilidade de inclusão de outras lógicas de produção e sociabilidade.

Assim, dentro de uma ampla gama de alternativas de produção, que Santos (2007a), denomina de uma “ecologia das produtividades”, que por si só já revelam a qualidade multiforme destas propostas anticapitalistas, elegemos como foco de nossa análise a Economia Solidária, cujas proposições - evidenciadas aqui a partir de diversos autores, mais pormenorizadamente, Paul Singer e Euclides Mance – ora complementares, ora antagônicas,

só fazem reforçar a multiplicidade de concepções e manifestações que permeiam as discussões sobre as alternativas de produção anticapitalistas.

Dentro destas propostas buscamos elencar alguns elementos que nos permitissem compreender como uma nova forma de produção e sociabilidade está sendo vivenciada dentro de uma cooperativa do MST, a COPAVI. Neste sentido, a construção dos pressupostos solidários foi analisada levando-se em conta: a inserção da cooperativa no MST, de onde buscamos compreender como estes atores percebem a emancipação pela Economia Solidária; o processo de autogestão; a relação que estes atores buscam estabelecer com o Estado no tocante às políticas públicas; bem como seu relacionamento com o contexto externo em termos de orientação mercadológica e inserção em redes de colaboração e apoio mútuo.

Tais elementos nos permitiram construir algumas preposições sobre o sentido da Economia Solidária por parte deste atores e como esta visão tem guiado suas ações internas e externas, seu posicionamento diante da sociedade, bem como os principais desafios enfrentados neste caminho.

Assim, como por vezes buscamos evidenciar no decorrer do trabalho, o sentido que os sujeitos da COPAVI imprimem à Economia Solidária e ao seu potencial de emancipação em relação à lógica capitalista está evidentemente atrelado a sua inserção no Movimento dos sem-terra, o MST. Neste sentido, todos os elementos verificados – a construção do processo de autogestão, a relação com o Estado, a orientação produtiva e mercadológica, bem como sua inserção em redes, está, de certa forma, relacionada com a orientação maior que emana do movimento – a de que a organização cooperativa se constitui numa forma de resistência ao economicismo capitalista e a todas as preposições embutidas nesta proposta, como o modelo do agronegócio centrado nos grandes latifúndios e no uso intenso de agrotóxicos; o financiamento estatal de grandes corporações; o consumismo; o patriarcado; e etc.

Neste caminho, a consolidação econômico-financeira das cooperativas agroindustriais é vista como fundamental para a constituição de quadros técnicos e políticos para intensificar a luta em favor de uma sociedade mais democrática – o que fica bastante evidenciado no contexto da COPAVI, que apresenta um forte compromisso com o processo de militância. Neste sentido, é possível inferir que a Economia Solidária no contexto do MST e também na COPAVI se manifesta como um instrumento de luta política, onde, através de uma outra lógica de produção e sociabilidade, estes atores buscam se inserir no mercado, com vistas a garantir sua independência e, num plano maior, “fazer a revolução”.

No entanto, como pudemos evidenciar através de diversos trabalhos que tratam o tema da cooperação nos assentamentos, no âmbito do próprio MST a cooperação adquire diversas formas e diversos níveis de intensidade – nos revelando o caráter plural que a cooperação adquire neste contexto, que de nenhuma forma nos remete a uma unidade, mas a uma multiplicidade de formas de compreender e viver os pressupostos cooperativistas. A multiplicidade de arranjos cooperativos nos revela o caráter experimental que a cooperação enquanto “uma nova forma de sociabilidade” adquire dentro do movimento e dentro de cada assentamento. Onde podemos inferir que a ideia de construção de “uma nova sociabilidade”, ou de uma “outra racionalidade” seria demasiado reducionista, uma vez que diversas possibilidades e diversas formas de sociabilidade estão sendo construídas no âmbito do movimento. Todas, de certa forma, vincadas nos princípios cooperativistas, mas de maneira nenhuma, isentas das influências de um contexto permeado pelas relações capitalistas, dos vícios, cultura e concepções que se produzem nessa sociedade, que através de um circuito hologramático, com acentua (MORIN, 2005a) está presente em cada indivíduo.

Da mesma forma, essa multiplicidade de formas de assimilação dos pressupostos solidários fica evidente quando analisamos a construção do processo autogestionário no contexto da COPAVI – cujos principais desafios parecem estar assentes na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e em todas as demais implicações que esta suscita – como a cooperação no trabalho, a democracia participativa e a vida em comunidade. Todas dimensões que se distanciam das concepções de uma sociedade fundada nos princípios capitalistas de posse, de competição, de heterogestão – e cuja vivência, provoca rupturas tão profundas no modo de ser e estar na sociedade por parte destes indivíduos que só nos dão a certeza de que a construção de um novo paradigma de sociabilidade está condicionado a um processo lento, gradual e de não ruptura total com os pressupostos hegemônicos.

Assim, ao analisar os diversos dilemas e conflitos vivenciados no contexto da COPAVI, as diversas opiniões que se chocam no assentamento e a forma que estas vêm sendo dirimidas, é possível inferir que a construção de uma nova sociabilidade no seio desta cooperativa é tecida cotidianamente a partir das possibilidades reais destes indivíduos, que embora guiados por alguns pressupostos centrais, imprimem a sua trajetória e a sua experiência de vida no contexto que os envolvem. Evidenciando, nos termos de Morin (2011), que neste contexto a transição de uma lógica capitalista/individualista/heterogestionaria para outra mais fundamentada no bem viver coletivo e solidário, parece adquirir o caráter de uma metamorfose que, diferentemente de uma revolução, guarda sua radicalidade transformadora,

mas sem negar a conservação da história, das culturas, das experiências – trazendo em si a conservação do mesmo na sua transformação em outro (MORIN, 2002; 2005a; 2011).

Este processo dialógico, que percebemos no contexto da cooperativa e através do qual estes indivíduos vão construindo sua própria dinâmica parece preceder de um exercício pedagógico constante da democracia participativa, da possibilidade de expressão e debate – sem os quais não há coalizão, não há embate, não há transformação, e que neste contexto parece ser facilitado sobremaneira pela posse coletiva, pelas relações de igualdade que se estabelecem, bem como pela arquitetura organizacional da cooperativa, que como buscamos evidenciar na análise dos dados, parece não deixar brechas para a não participação – envolvendo todos os cooperados, nem que seja na qualidade de expectadores, num exercício diário de participação e tomada de decisões. Assim, a formação cidadã, que dentro da cooperativa parece estar sendo construída através de suas múltiplas instâncias de debate e participação, da cooperação e da reciprocidade é, ao mesmo tempo, produto e produtor desse processo de transformação, deste processo lento e gradual de assimilação de novas concepções.

Analisando a importância que as políticas públicas adquirem no contexto da COPAVI; sua orientação mercadológica e sua atuação em redes de colaboração e apoio mútuo, podemos inferir que neste contexto uma economia de reciprocidade se soma a uma economia de redistribuição e a uma economia mercantil (FRANÇA FILHO, 2007, 2008). Ou seja, uma experiência econômica plural está sendo aí construída. Estas três dimensões não estão apartadas e parecem não predominarem umas sobre as outras. Assim, enquanto a economia de reciprocidade é construída através da propriedade coletiva, da distribuição igualitária das sobras e da democracia participativa, uma economia de redistribuição parece ser tecida na luta constante por créditos e subsídios estatais – fundamentais para garantir a viabilidade da cooperativa nas fases iniciais e sua posterior inserção no mercado e, num plano maior, para garantir a redistribuição dos recursos do Estado em favor das classes populares. Por último uma economia mercantil parece ser determinante para garantir a consolidação do empreendimento e, conseqüentemente, a emancipação econômica e social de seus membros.

Ademais, é possível vislumbrar no contexto do MST e da COPAVI o começo de uma ação pública, política – que se inicia na construção do processo de autogestão e da formação cidadã no âmbito da cooperativa – e se prolonga na atuação política dos membros da cooperativa dentro do movimento e, do movimento com outras esferas de ação pública e outros setores populares. Esta articulação em redes, que no âmbito da cooperativa adquire o caráter de uma atuação militante se apresenta como potencialmente transformadora

– pois permite que, na assimilação de demandas comuns estes atores possam juntos, ganhar expressividade junto ao poder público e à sociedade, de modo que passem a “fazer parte”, passem a gradualmente se inserir na economia, no contexto político, social. Assim, se para Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, a transformação nas estruturas de poder vigentes passa sobremaneira pela ampliação da democracia representativa, podemos dizer que neste contexto encontramos pequenos sinais, pequenas fagulhas, de uma ampliação da democracia, de uma antropolítica – cujo principal objetivo é a reintrodução do sujeito no centro do debate político.

Assim, as principais inferências que tiramos deste trabalho de pesquisa é que a assimilação dos pressupostos solidários não pode ser entendida como algo linear, de fácil proposição e ou resolução, transcendendo, por vezes, nossas possibilidades de compreensão. Contudo, o grande potencial destas iniciativas em âmbito interno parece estar na autogestão, na participação democrática e na formação cidadã que estas proporcionam aos envolvidos. Em âmbito externo sua viabilização parece passar sobremaneira pela sua articulação com outras iniciativas populares e outras esferas da sociedade civil organizada, bem como a articulação destas com o poder público. Ademais, como por vezes buscamos ressaltar, o potencial de transformação que estas trazem em seu âmago, parece estar mais próximo de uma metamorfose, de uma lenta e gradual transformação nas estruturas de poder vigente do que propriamente de uma revolução, de uma ruptura total com pressupostos hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ALMEIDA, M da C. Mapa inacabado da complexidade. In: SILVA, A.A.D; GALEANO, A. (orgs.). **Geografia: ciência do *complexus***: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

**Articulação Nacional de Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/noticias-para-o-boletim/472-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-deve-sair-nos-proximos-dois-meses>>. Acesso em: 12 jul. 2013>.

BAUER, R. **Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOEIRA, S. L. ; VIEIRA, P. F . Estudos Organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar In. GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção e Orgânica. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 ago.2012. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conab.Companhia Nacional de Abastecimento. Ações da Conab – PAA. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>>. Acesso em: 06 maio.2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>. Acesso em: 01 jun. 2013.

Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: **Rede Ecovida de Agroecologia**, 2004, 48 p. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CARDOSO, M. L. Ideologia da Globalização e (des) Caminhos da Ciência Social. In: GENTILI, P. (org). **Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CARVALHO, H. M. **A Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma**

**agrária no Brasil.** MPF – Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento – NEAD. Curitiba, 1999.

CATTANI, A.D. “A Outra Economia: conceitos essenciais, emancipação e utopia”. IN CATTANI, A.D. (org). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHIARIELLO, C. L. **Análise da Gestão de Cooperativas Rurais Tradicionais e Populares:** estudos de caso na Cocamar e Copavi. São Carlos: UFSCar, Dissertação de Mestrado, 2008.

CHOOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global, 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CUNHA FILHO, C. M. Tudo o que Tinhas a Fazer era Mudar a Direção da Rota? A Social-Democracia pós-keynesiana e seus dilemas ideológicos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.** Maringá, v.32, n.2, p.199-206, 2010.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DOWBOR, L. Democracia Econômica: alternativas de gestão. Versão atualizada em 2010. Disponível em: <<http://dowbor.org/2012/06/democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-2008>>. Acesso em: 10 de out. de 2012.

DOWBOR, L. Intellectuals in a Network : A New Generation Faces the Challenges of Development. **Latin American Perspectives** 38: 78, 2011.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DURIGUETTO, M. L. As Lutas Sociais no Contexto da Crise e da Reestruturação do Capital. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Maranhão: UFMA, 2005.

EID, F. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: Construção da cidadania ou reprodução história do assistencialismo? **Org & Demo**, v.8, n.1/2 Jan.-Jun/Jul.-Dez., p.47-66, 2007.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa.** Presidente Prudente: UFSCAR, Tese de Doutorado, 2002.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Unicamp, 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **Organizações & Sociedade**, v.15, n.45, abril/junho, 2008.

\_\_\_\_\_. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v.7, n.1, jan/jun, 2007, p.155-174.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GAIGER, L. I. Antecedentes e Expressões Atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, p. 81-99, 2009.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.47, n.4, 2004, p.799-834.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. A Pesquisa Qualitativa nos Estudos Organizacionais Brasileiros: uma análise bibliométrica, In. GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo, In. GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Redes de Colaboração Solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice**: examples for discussion and analysis. Harper & Row, New York: 2002.

MORIN, E. **A minha esquerda**. Tradução Edgar Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. **O método 5**: a humanidade da humanidade. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

\_\_\_\_\_. Em Busca dos Fundamentos Perdidos. In: MORIN, E. **Em Busca dos Fundamentos Perdidos**: textos sobre o marxismo. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Sociologia. In: MORIN, E. **Em Busca dos Fundamentos Perdidos**: textos sobre o marxismo. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. Diálogos com Edgar Morin. In: Morin, E. ; LE MOIGNE. **A inteligência da complexidade**. Tradução Nurimar Maria Falci . São Paulo: Peirópolis, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília,DF: UNESCO, 2000b

\_\_\_\_\_. LE MOIGNE, J. L. **A inteligência da complexidade**. Tradução Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **Roda Viva** – Edgar Morin (2000c). Entrevista concedida ao Programa Roda Viva. <Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ptITr1Zl9UQ>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MOURA, I. F. **Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização: o caso do Assentamento Santa Maria (Paranacity-PR)**. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, 2006.

MST. **Lutas e Conquistas**. 2.ed. jan/2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: 06 de mar de 2013.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T. et al. **Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: UNESP, 1995.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PAULA, A. P. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações & Sociedade**. v.14, n.40, jan/mar, 2007

POLANY, K. **A Grande Transformação** – as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

PIRES, M. R. G. M; DEMO, P. Políticas de Saúde e Crise do Estado de Bem Estar Social: repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde e Sociedade**. v.15, n.2, p.56-71, maio-ago 2006.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação das riquezas das nações**, 2.ed. Rio de Janeiro, FGV: 1989.

REBRAE. Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição Escolar. **A Lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Bahia, 2009. Disponível em: <[http://www.rebrae.com.br/artigo/alim\\_rebrae.pdf](http://www.rebrae.com.br/artigo/alim_rebrae.pdf)>. Acesso em: 02 mai.2013.

SALE, J.E. M; LOHFELD, L. H; BRAZIL, K. Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-methods research. **Quality&quantity**, v.36, p.43-53, 2002.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente, para um novo senso comum**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Tradução Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Out. 2007b: 3-46p.

\_\_\_\_\_. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial**. E Para Além de Um e Outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. RODRÍGUEZ, C. Introdução. In. SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L.M. **Organizações da Sociedade Civil**: Entre a solidariedade libertária e a liberal. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, L. M. L; BORINELLI, B. Economia Solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (orgs). **Economia Solidária em Londrina**: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina. UEL, 2010.

SCHWARTZ, G. **John Maynard Keynes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCOPINHO, R. A. Sobre Cooperação e Cooperativismo em Assentamentos Rurais. **Psicologia & Sociedade**, 19 (número especial), 84,89, 2007.

\_\_\_\_\_. Em Busca dos “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.12, n.2, pp. 257-270, 2009.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.” IN SANTOS Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

\_\_\_\_\_. “**Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.**” IN SINGER, P. e SOUZA, A. R. de (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

\_\_\_\_\_. “**Economia dos setores populares**: propostas e desafios.” IN KRAYCHETE, G. et alli (orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1994.

VAZZOLER, M. R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária**: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. Tese de Doutorado. São Carlos: UFScar, 2004.

VIEIRA, F. M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária**: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual a principal motivação para a fundação da cooperativa?
2. Qual a importância do MST na consolidação da cooperativa?
3. Todos os cooperados eram, na época da fundação da cooperativa, militantes engajados ao MST?
4. Além do MST, a cooperativa está engajada a outros movimentos sociais: Sindicatos, ONG's, fundações ou a outras organizações econômicas alternativas?
5. Como se dá a relação com o Poder Público – Governo Federal; Estado; Município? A cooperativa tem recebido investimentos, subsídios? Batalha junto ao governo por eles? Considera importante o apoio estatal?
6. A cooperativa está atenta às alternativas de outras esferas da economia e da sociedade?
7. Além das entidades já citadas, quais são os seus demais *stakeholders*? fornecedores, parceiros comerciais, clientes? Existe alguma restrição ou “preferência” por organizações não capitalistas?
8. Como se dá a comercialização da produção oriunda da cooperativa? quanto da produção é comercializada na comunidade local? Há exportações?
9. Como se estabelece a divisão de trabalho na cooperativa: Existe algum tipo de rodízio de cargos?
10. Como se dá a divisão do excedente? É admitida alguma desigualdade nesta divisão, dada a maior capacitação ou maior necessidade (família como maior prole, por exemplo)?
11. Se há certa desigualdade na distribuição do excedente, como os cooperados veem isso?
12. Como a cooperação é estimulada?
13. Todos os cooperados se interessam em participar ativamente das decisões (autogestão)? Quais os principais obstáculos enfrentados relativos a esta questão?
14. Como se dá a socialização das famílias fora do âmbito do trabalho? (lazer, cultura, entretenimento)

15. Existe alguma restrição, explícita ou implícita, a respeito das opções de consumo dos cooperados? (artefatos materiais, alimentação viagens, entretenimento).
16. Como as diferenças individuais em termos de rendimento no trabalho são administradas?
17. Há cooperados trabalhando fora da cooperativa, como assalariados, autônomos ou afastados para estudar?
18. Já ocorreram dissidências? Quais os motivos?
19. O que mudou em sua vida com o ingresso na cooperativa?
20. Quais são, na sua opinião, os principais desafios da Economia Solidária frente ao contexto capitalista? (Considerando tanto os aspectos econômicos quanto subjetivos).